



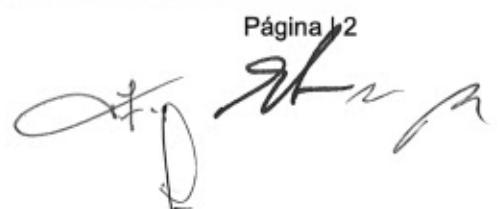
Montepio Seguros SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

Exercício de 2018

Maio de 2019

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Two handwritten signatures are present. The signature on the left is a stylized, cursive 'M' and 'S'. The signature on the right is a more fluid, cursive 'M' and 'S'.

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	7
I. A DINÂMICA DOS MERCADOS	11
A. Enquadramento macroeconómico.....	11
B. Enquadramento do mercado segurador nacional.....	13
II. FACTOS RELEVANTES EM 2018	15
III. A DINÂMICA EMPRESARIAL	16
A. Síntese	16
1. Produção de seguro direto.....	16
2. Custos com sinistros de seguro direto	16
3. Custos e gastos de exploração de seguro direto	17
4. Resseguro cedido.....	17
5. Custos por natureza a imputar.....	17
B. A atividade da gestão dos fundos de pensões	18
C. Ativos Financeiros.....	18
D. Margem de solvência.....	18
E. Resultado líquido e capitais próprios.....	19
F. Recursos humanos	19
IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	19
V. PERSPECTIVAS PARA 2019	20
A. A atividade económica	20
B. O enquadramento do mercado segurador.....	21
C. A estratégia para o triénio 2018-2020	22
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	25
NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS	33
CERTIFICAÇÕES.....	105
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2018.....	107

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Vice-Presidente	José Joaquim Fragoso
Secretário	O Secretário da Sociedade

Conselho de Administração

Presidente	Virgílio Manuel Boavista Lima
Vice-Presidente	Eduardo José da Silva Farinha
Administrador	Fernando Dias Nogueira
Administrador	Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador	Paulo José Martins Jorge da Silva

Conselho Fiscal

Efetivo	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Efetivo	Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Efetivo	Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Suplente	Maria Fernandes Rodrigues Fernandes

Revisor Oficial de Contas

Efetivo	KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves
Suplente	Miguel Pinto Douradinha Afonso

Secretários da Sociedade

Secretário da Mesa	Susana Raquel dos Anjos Pacheco
--------------------	---------------------------------

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

O Conselho de Administração da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.
nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, apresenta o
Relatório e Contas Consolidado relativo ao exercício de 2018.

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

I. A DINÂMICA DOS MERCADOS

A. Enquadramento macroeconómico

A economia global em 2018 atingiu um crescimento de 3,6%, de acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional, embora tenham sido registados desempenhos menos robustos em certas regiões como Europa e Ásia.

No que diz respeito aos EUA, o crescimento atingiu os 2,9% em 2018, suportado pelo efeito dos estímulos fiscais e pela forte procura doméstica. Para 2019 estima-se um crescimento do PIB de 2,5% (segundo a média dos analistas na Bloomberg), abaixo do valor estimado para 2018. Este crescimento continuará a ser suportado pelo consumo privado, que deverá crescer 2,6%, enquanto os gastos públicos deverão registar um aumento de 2,1%. No mesmo sentido, também o investimento privado deverá continuar a evoluir favoravelmente, esperando-se um aumento de 4,5%. Refira-se que o impacto positivo dos estímulos fiscais introduzidos pela administração Trump deverá ser menos notório em 2019.

Na Zona Euro, em 2018, o crescimento económico deverá atingir os 1,8%, segundo o FMI, penalizado essencialmente pelo abrandamento da economia alemã. Os níveis de consumo, quer público quer privado, deverão manter o seu ritmo de crescimento modesto, alcançando os 1,3% e os 1,6%, respetivamente. O mercado laboral deverá manter o ajustamento, sobretudo em França, Espanha e Itália, sendo que a Alemanha já se encontra a níveis de pleno emprego. Apesar deste movimento de recuperação, não se perspetiva, no curto prazo, impacto significativo ao nível do crescimento dos salários o que impede aumentos mais expressivos da inflação.

Na Europa, os mercados acionistas encerraram o ano de 2018 com rendibilidades negativas e com um aumento de volatilidade no último trimestre do ano. Os índices acionistas norte-americanos terminaram 2018 em terreno negativo, com exceção do Nasdaq 100 que beneficiou das valorizações significativas do sector tecnológico.

Região	Índice	Var. 2018
	S&P 500	-6,24%
EUA	Nasdaq 100	1,04%
	Dow Jones Industrial	-5,63%
	DAX (Alemanha)	-18,26%
	CAC 40 (França)	-10,95%
Europa	IBEX 35 (Espanha)	-14,97%
	PSI 20 (Portugal)	-12,19%
	FTSE MIB (Itália)	-16,15%
	FTSE 100 (Reino Unido)	-12,48%
Ásia	Nikkei 225 (Japão)	-12,08%
	Shanghai SE Composite (China)	-24,59%

Fonte: Bloomberg

Em Portugal, em 2018, registou-se um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,1%, mantendo-se uma expectativa de recuperação do crescimento económico ainda que em desaceleração face a 2017. Esta tendência deverá continuar, segundo o Banco de Portugal, durante os próximos anos, podendo atingir os 1,7% em 2020.

	2017	2018P	2019P	2020P
Produto Interno Bruto	2,80%	2,10%	1,80%	1,70%
Consumo Privado	2,30%	2,30%	2,00%	1,80%
Consumo Público	0,20%	0,70%	0,10%	0,00%
Formação Bruta de Capital Fixo	9,20%	3,90%	6,60%	5,90%
Importações	8,10%	4,10%	4,70%	4,90%
Exportações	7,80%	3,60%	3,70%	4,00%

Fonte: Banco de Portugal; tva, em %

O consumo privado atingiu, em 2018, um crescimento de 2,3%, dando assim continuidade ao crescimento registado em 2017. No entanto, segundo o Banco de Portugal, no seu

Boletim de Projeções para a economia portuguesa: 2018-2021, este ritmo deverá registar um abrandamento já a partir de 2019.

O consumo público deverá subir ligeiramente em 2018, segundo as projeções do Banco de Portugal, como consequência do aumento de funcionários públicos e do crescimento pontual no consumo intermédio de despesas relacionadas com os incêndios de 2017. A partir de 2019 deverá haver lugar a uma inversão desta tendência fruto de uma estabilização na contratação pública.

A formação bruta de capital fixo deverá registar uma desaceleração em 2018, alcançando um crescimento de 4,4%, refletindo, essencialmente, um abrandamento no segmento de construção face a 2017.

Em 2018, as exportações deverão registar um abrandamento face a 2017, em linha com a tendência europeia, como consequência da desaceleração do crescimento global e do aumento das tensões comerciais.

O mercado de trabalho deverá continuar a registar uma evolução favorável, com a taxa de desemprego a evoluir dos 8,9% em 2017 para 7% em 2018. O Banco de Portugal prevê que o mercado de trabalho continue a apresentar uma tendência de recuperação, com uma taxa de desemprego de 6,2% e 5,5%, em 2019 e 2020, respetivamente.

B. Enquadramento do mercado segurador nacional

De acordo com os dados disponibilizados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), as contas do setor segurador em 2018 registaram um aumento do resultado líquido global de 38,9%, face ao período homólogo, atingindo os 486 milhões de euros.

Relativamente ao volume de produção de seguro direto, o Mercado Segurador Português, apresentou um crescimento de 12,6%, consolidando-se a tendência de crescimento do ano anterior (2017 :4,8%), ascendendo a um montante de 12 mil milhões de euros.





Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Este aumento do volume de produção foi muito influenciado pelo comportamento do ramo Vida, que cresceu 15,9% face a 2017. Neste segmento a receita atingiu os 7,7 mil milhões de euros, representando 63,7% do total da produção (2017:61,9%).

Os seguros de Vida não ligados destacaram-se em 2018, com um incremento de 31,4%, em detrimento dos seguros de Vida ligados, que registaram um decréscimo de 18%. Os planos de poupança reforma (PPR) representaram 45% na estrutura da carteira Vida, o que reflete a atratividade destes produtos no atual contexto de baixas taxas de juro.

Os ramos Não Vida apresentaram um aumento de produção de 7,3%, com o volume de prémios a atingir os 4,4 mil milhões de euros, mantendo-se a tendência de crescimento dos últimos anos.

A modalidade Acidentes de Trabalho atingiu os 750 milhões de euros, tendo-se evidenciado em 2018 com um crescimento de 13,5% e com um peso de 17,2% (2017:16,2%), em linha com os ajustamentos que se registaram no setor nos últimos anos e com o aumento da massa salarial segurável.

A modalidade Doença, apesar do ligeiro abrandamento, continuou a crescer, com um incremento de 9,2%, representando 18,1% do mercado, com um volume de prémios de 791 milhões de euros.

O ramo Automóvel mantém um peso muito relevante no mercado nacional. Em 2018 representava 35,9% do total da produção Não Vida. Esta linha de negócio apresentou um crescimento de 6,2%, tendo globalmente atingido 1,6 mil milhões de euros.

O ramo Incêndio e Outros Danos, apresentou uma evolução de 5,3%, superior em 2,8 p.p. face a 2017, com maior incidência ao nível dos seguros multirriscos.

II. FACTOS RELEVANTES EM 2018

No âmbito do acompanhamento dos níveis de solvência das empresas de seguros no perímetro de consolidação da Montepio Seguros, tendo em conta os objetivos estabelecidos por cada uma das Companhias, foram desenvolvidas em 2018 várias iniciativas no sentido de assegurar, em particular no caso da Lusitania e da N Seguros, o cumprimento dos níveis de solvência estabelecidos nas respetivas Políticas de Apetite ao Risco. Nesse sentido foi deliberado pela Montepio Seguros, em 2018, o reforço de fundos próprios na N Seguros através de Prestações Acessórias sob a forma de Prestações Suplementares de Capital no montante de 4,5 milhões de euros e na Lusitania um aumento dos fundos próprios em 35 milhões de euros. Os fundos necessários para o reforço das referidas prestações acessórias pela *holding*, decorrem do reforço das Prestações Acessórias na Montepio Seguros pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

Durante o ano de 2018, o Montepio Geral - Associação Mutualista subscreveu integralmente as emissões de dois empréstimos obrigacionistas subordinados emitidos pela Lusitania nos montantes de Euros 10.000.000 e de Euros 5.000.000, em 30 de maio e 28 de dezembro, respetivamente.

O valor dos custos apresentados pela Montepio Seguros SGPS, resultou essencialmente, de uma revisão ao valor recuperável dos investimentos nas subsidiárias, tendo sido reconhecido perdas por imparidade no valor de Euros 23.813.708 (2017: Euros 90.790.157). Estas perdas relacionam-se com a Lusitania e a N Seguros, tendo os respetivos valores recuperáveis sido determinados com base nos planos de negócios das duas Companhias, mas com ajustamento ao nível dos pressupostos, com incidência nos níveis de solvência exigidos pela atividade seguradora.



No final de 2018 a Lusitania Vida reembolsou na totalidade um empréstimo obrigacionista subordinado, subscrito pelo Montepio Geral - Associação Mutualista no valor de 5 milhões de euros.

III. A DINÂMICA EMPRESARIAL

A. Síntese

A Montepio Seguros SGPS apresentou um resultado líquido consolidado de 977 mil euros, registando uma variação de 108,7%, face ao resultado apresentado em 2017.

1. Produção de seguro direto

A produção das empresas de seguros apresentou um crescimento de 9,7%, em comparação com os valores consolidados do ano anterior, fixando-se em 257,6 milhões de euros.

Produção de seguro direto	2018	2017	Δ 18/17
Vida	40 310	32 127	25,5%
Não Vida	217 284	202 696	7,2%
TOTAL	257 594	234 823	9,7%

2. Custos com sinistros de seguro direto

Os custos com sinistros de seguro direto, em 2018, atingiram os 195,6 milhões de euros, registando um decréscimo de 18,4%, face ao ano anterior.

Custos com sinistros de seguro direto	2018	2017	Δ 18/17
Vida	31 321	23 817	31,5%
Não Vida	164 305	215 935	-23,9%
TOTAL	195 626	239 752	-18,4%

A taxa de sinistralidade de seguro direto consolidada, em função dos prémios emitidos de seguro direto, apresentou uma redução de 26,2 p.p., que se traduz numa taxa de sinistralidade de 75,9% (2017:102,1%). Esta redução está fortemente influenciada pelo sinistro de grande relevância ocorrido em 2017, no montante de 66,7 milhões de euros, com efeito no ramo Incêndio e Outros Danos da Lusitania, que afeta a comparabilidade dos dois

exercícios. O referido sinistro está associado a um negócio com transferência integral do risco, sem impacto nos resultados.

3. Custos e gastos de exploração de seguro direto

Em 2018, os custos e gastos de exploração de seguro direto situaram-se nos 64,9 milhões de euros, registando um aumento de 0,6% face ao ano anterior.

Custos e gastos de exploração	2018	2017	Δ 18/17
Vida	8 783	8 606	2,0%
Não Vida	56 108	55 909	0,4%
TOTAL	64 891	64 516	0,6%

As taxas de comissionamento, em função dos prémios brutos emitidos, diminuíram de 20,6% em 2017 para 18,8% em 2018, mantendo a tendência decrescente do ano anterior.

4. Resseguro cedido

O resultado de resseguro cedido, em 2018, foi favorável aos resseguradores, em 7,9 milhões de euros, refletindo um decréscimo de 115,5%, quando comparado com os valores consolidados de 2017. Este comportamento foi mais evidente ao nível das Companhias Não Vida e está diretamente relacionado com um sinistro de grande dimensão que ocorreu em 2017, que influenciou a variação desta rubrica de forma muito significativa (situação já referida no ponto 2).

Resultado de resseguro cedido	2018	2017	Δ 18/17
Vida	-1 033	-723	-42,8%
Não Vida	-6 803	52 085	-113,1%
TOTAL	-7 836	51 362	-115,3%

5. Custos por natureza a imputar

Os custos por natureza no exercício de 2018 representam 19,7% dos prémios adquiridos de seguro direto. O montante global decresceu em 674 milhares de euros, face a 2017.

Custos por natureza	2018	2017	Δ 18/17
TOTAL	49 406	50 080	-1,3%

B. A atividade da gestão dos fundos de pensões

Durante o ano de 2018, a subscrição dos fundos PPR foi alavancada pela atribuição, em maio, do Prémio de Melhor Fundo PPR (na categoria de risco 3) ao Fundo PPR 5 Estrelas desenvolvido pela Futuro, no âmbito dos Prémios anuais atribuídos pela APFIPP em conjunto com o Jornal de negócios, tendo este Fundo terminado o ano com uma carteira de ativos de 137,36 milhões de euros. Por outro lado, a Futuro, iniciou em 2018, a comercialização de seis novos Fundos PPR e dois novos Fundos Abertos (Não PPR), o que se traduziu num aumento na carteira de ativos na ordem dos 8 milhões de euros.

A Lusitania Vida manteve, durante o ano de 2018, o mesmo número de fundos de pensões sob gestão, no total de seis.

(milhares de euros)

Fundos de pensões	2017		2018		Variação	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Fechados	20	1 189 647	20	1 177 643	0,0%	-1,0%
Abertos	16	384 319	23	415 344	43,8%	8,1%
TOTAL	36	1 573 966	43	1 592 987	19,4%	1,2%

C. Ativos Financeiros

Em 2018, a carteira da Montepio Seguros SGPS atingiu o valor de 1 034,1 milhões de euros, mais 111,8 milhões que o valor consolidado do ano anterior, sendo constituída, essencialmente, por obrigações de taxa fixa e variável.

O resultado financeiro alcançou, neste ano, 20,3 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 9 milhões de euros.

D. Margem de solvência

Na Gestão de Capital, o rácio de cobertura de requisitos de capital de solvência (SCR), comunicado previamente ao Regulador, encontra-se acima do Objetivo de Capital (125% SCR), de acordo com o target definido na Política de Apetite ao Risco.

O rácio de SCR será publicado conforme disposição legal, no âmbito do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira, no mês de junho de 2019.

E. Resultado líquido e capitais próprios

Os capitais próprios atribuíveis à Montepio Seguros registaram um aumento de 23 milhões de euros, face aos valores consolidados de 2017, atingindo 105 milhões de euros. O resultado líquido situa-se em 977 mil euros, tendo-se verificado um incremento de 108,7%.

Capitais próprios	2018	2017	(milhares de euros)
			Δ 18/17
Capital social	137 750	137 750	0,0%
(Ações próprias)	-5 062	-5 062	0,0%
Outros instrumentos de capital	170 500	135 500	25,8%
Reservas	-82 671	-70 659	-17,0%
Resultados transitados	-116 449	-104 317	-11,6%
Resultado líquido	977	-11 191	108,7%
Capitais próprios	105 045	82 022	28,1%

F. Recursos humanos

O quadro de pessoal das participadas, em 31 de dezembro de 2018, era de 620 colaboradores, registando-se uma redução de 1,0% face a 2017, exercício em que o número de colaboradores se situou em 626.

Sendo a formação um dos objetivos prioritários na gestão de recursos humanos, as ações realizadas em 2018 totalizaram 13.689 horas, sobre temas como Higiene e Segurança no Trabalho, RGPD, IFRS 17 e Liderança e trabalho de equipa, para além de outras áreas específicas do setor segurador.

IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 976.553 euros, seja levado, na totalidade, a Resultados transitados.

V. PERSPECTIVAS PARA 2019

A. A atividade económica

Em 2019, a economia mundial deverá registar um crescimento do PIB de 3,6%, inferior ao aumento previsto de 3,8% para o ano de 2018. Este abrandamento deverá marcar não só a evolução das economias desenvolvidas, mas também dos países emergentes. Este último deverá apresentar maior dispersão na esfera da evolução macroeconómica devido, essencialmente, ao reforço do contexto global de *tightening*, crescimento das políticas protecionistas no bloco norte-americano e aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais. Ao nível da política monetária, as economias desenvolvidas deverão reforçar as políticas monetárias contracionistas, após um período sem precedentes de estímulos económicos, dado o estágio de maior maturidade e robustez do ciclo atual de recuperação.

Ao nível da economia norte-americana, o ciclo de crescimento registado em 2018 deverá manter-se em 2019, resultando assim no maior ciclo de crescimento económico do país da história moderna. O PIB deverá crescer 2,5% (Bloomberg), abaixo do valor registado em 2018. Este crescimento continuará a ser suportado pelo consumo privado, que deverá alcançar 2,6%, enquanto os gastos públicos deverão registar um aumento de 2,1%. No mesmo sentido, também o investimento privado deverá continuar a evoluir favoravelmente, esperando-se um crescimento de 4,5%.

A economia do espaço do Euro deverá continuar o seu caminho de recuperação em 2019, ainda que a um ritmo mais lento, estimando-se um crescimento do PIB de 1,8% (Bloomberg). Os níveis de consumo, quer público quer privado, deverão manter o seu ritmo de crescimento moderado, alcançando os 1,3% e os 1,6%, respetivamente.

Relativamente à inflação, esta deverá manter-se sensivelmente inalterada, na vizinhança dos 1,7%. A ausência de catalisadores robustos ao nível do consumo, investimento e, consequentemente, do crescimento económico dificultam o aumento da inflação para patamares mais próximos do target de 2% do Banco Central Europeu, sendo que se observarmos apenas a inflação Core, excluindo bens alimentares e energia, teremos uma evolução da rúbrica ainda mais limitada. O mercado laboral deverá prosseguir o seu caminho de ajustamento. Apesar deste movimento de recuperação, não se estima, no curto prazo, impacto significativo no crescimento dos salários, o que condiciona o aumento da inflação.

No que se refere à economia nacional, segundo o Banco de Portugal, prevê-se um arrefecimento relativamente a 2018, com o crescimento do PIB na ordem dos 1,8% em 2019 e de 1,7% em 2020. Esta dinâmica é influenciada pela redução do consumo privado e das exportações.

B. O enquadramento do mercado segurador

Estima-se que em 2019 a produção de seguros continuará a tendência de crescimento ocorrido em 2018, reforçando a solidez do mercado português e demonstrando a capacidade do setor em acompanhar a dinâmica económica.

Nos ramos Não Vida, a tendência continua a ser de recuperação, mantendo-se o novo ciclo iniciado em 2015, após 8 anos de quebras consecutivas na produção. Com base nos dados provisórios disponibilizados pela APS (Associação Portuguesa de Seguradores), em 2018, a modalidade Acidentes de Trabalho prosseguiu o caminho com vista ao equilíbrio técnico, reflexo das ações de correção desenvolvidas no setor. Em relação ao ramo Automóvel, subsiste uma preocupação com a deterioração do equilíbrio técnico, sendo necessário prosseguir com as ações de ajustamento das políticas de subscrição, de modo a ser alcançada a sustentabilidade técnica.

O desafio digital assume-se como de grande relevância nos próximos anos, com os canais de internet e telefone, a alcançarem um papel cada vez mais relevante no mercado segurador, sendo necessário tornar estes canais mais eficientes. Torna-se fundamental introduzir melhorias nos processos de negócio, reduzir o tempo de resposta ao mercado, de forma a adaptar rapidamente a oferta a novos requisitos. Os consumidores alteraram o seu comportamento, procurando soluções cada vez mais personalizadas, o que coloca uma pressão adicional à atividade.

Nos próximos anos, o mercado segurador enfrentará grandes desafios, com a necessidade de constante adaptação a vários quadros de conjuntura económica e financeira, bem como regulamentar. Neste contexto, com a implementação da IFRS 17, a aplicar a partir de 1 de janeiro de 2022, estimam-se alterações complexas e profundas, que exigirão um grande investimento tanto ao nível de recursos humanos como financeiros.

Numa envolvente cada vez mais exigente, tem sido evidente a percepção do risco a que as companhias de seguros se encontram expostas, o que exige, cada vez mais, uma adequada preparação para a mitigação dos riscos e uma gestão mais eficiente do seu capital.

C. A estratégia para o triénio 2018-2020

A Montepio Seguros SGPS é uma entidade gestora de participações, que centra a sua atividade na alocação, de forma eficiente, do capital necessário para o desenvolvimento das operações das suas participadas.

Com vista ao cumprimento dos requisitos de capital, a Montepio Seguros SGPS continuará a desenvolver as medidas necessárias para o cumprimento dos objetivos em termos de níveis de solvência.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

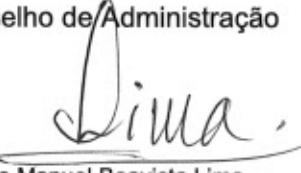
O Conselho de Administração pretende agradecer a todas as entidades que contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Sociedade, destacando especialmente:

- As Autoridades de Supervisão, em especial a Autoridade da Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.

A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos aos Acionistas pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 28 de maio de 2019

O Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente



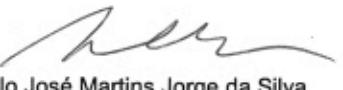
Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente



Fernando Dias Nogueira
Administrador

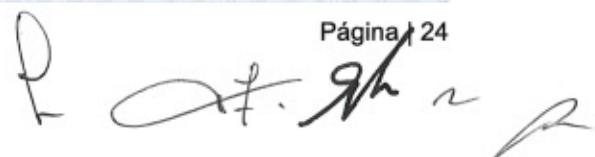


Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador



Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

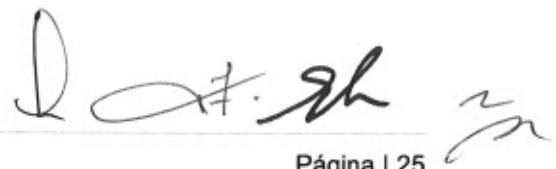


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2018

cc

Montepio Seguros, SGPS, S.A.

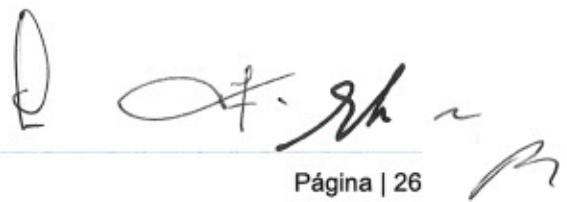


Página | 25

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Montepio Seguros, SGPS, S.A.



Página | 26

Balanço consolidado
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Notas do anexo	ATIVO CONSOLIDADO	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	valores em euros	
				2018	2017
6	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	30 570 429	-	30 570 429	16 354 597
4	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	256 705	-	256 705	256 705
7	Ativos financeiros detidos para negociação	17 460	-	17 460	14 967
7	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	9 671 185	-	9 671 185	8 118 425
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
7	Ativos financeiros disponíveis para venda	904 505 344	9 581 781	894 923 563	706 741 288
7	Empréstimos concedidos e contas a receber	47 035 756	2 897 619	44 138 137	46 596 166
	Depósitos junto de empresas cedentes	298 429	-	298 429	335 540
	Outros depósitos	43 448 661	-	43 448 661	46 095 656
	Empréstimos concedidos	3 288 666	2 897 619	391 047	164 970
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
7	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
8	Terrenos e edifícios	63 787 379	9 287 826	54 499 553	58 044 670
	Terrenos e edifícios de uso próprio	46 752 110	9 287 826	37 464 284	39 021 566
	Terrenos e edifícios de rendimento	17 035 269	-	17 035 269	19 023 104
9	Outros ativos tangíveis	26 875 910	23 262 806	3 613 104	3 999 792
10	Inventários	1 113 762	-	1 113 762	1 146 872
11	Goodwill	-	-	-	-
11	Outros ativos intangíveis	25 155 278	7 330 963	17 824 315	18 542 351
5.1	Provisões técnicas de resseguro cedido	69 610 278	-	69 610 278	108 672 189
	Provisão para prémios não adquiridos	7 928 943	-	7 928 943	8 173 346
	Provisão matemática	192 965	-	192 965	224 975
	Provisão para sinistros	60 815 045	-	60 815 045	99 577 341
	Provisão para participação nos resultados	673 325	-	673 325	696 527
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
24	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	533 411	-	533 411	521 492
12	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	36 079 460	5 941 046	30 138 414	32 566 773
	Contas a receber por operações de seguro directo	20 767 125	3 971 831	16 795 294	15 144 024
	Contas a receber por operações de resseguro	4 760 986	709 483	4 051 503	7 009 223
	Contas a receber por outras operações	10 551 349	1 259 732	9 291 617	10 413 526
16	Ativos por impostos e taxas	14 759 636	-	14 759 636	16 395 863
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	1 512 694	-	1 512 694	968 678
	Ativos por impostos diferidos	13 246 942	-	13 246 942	15 427 185
14	Acréscimos e diferimentos	2 638 626	-	2 638 626	1 059 335
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ATIVO	1 232 610 619	58 302 041	1 174 308 578	1 105 107 569

Lisboa, 28 de maio de 2019

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente

Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vogal

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

Balanço consolidado
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADOS	valores em euros	
		2018	2017
PASSIVO			
5	Provisões técnicas	505 258 790	526 361 042
	Provisão para prémios não adquiridos	48 183 732	48 826 581
	Provisão matemática do ramo vida	108 625 631	104 359 112
	Provisão para sinistros	324 694 714	348 750 349
	De vida	27 352 117	23 677 512
	De acidentes de trabalho	161 092 318	149 037 123
	De outros ramos	136 250 281	176 035 714
	Provisão para participação nos resultados	11 376 449	11 824 900
	Provisão para desvios de sinistralidade	8 446 044	7 878 345
	Provisão para fiscais em curso	3 932 220	4 721 755
7.3	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	441 697 738	382 400 548
7.4	Outros passivos financeiros	66 152 838	56 361 040
	Passivos subordinados	51 000 000	41 000 000
	Depósitos recebidos de resseguradores	15 152 838	15 361 040
	Outros	-	-
24	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	983 382	1 551 160
13	Outras credoras por operações de seguros e outras operações	28 432 381	28 546 898
	Contas a pagar por operações de seguro direto	18 644 544	15 180 725
	Contas a pagar por operações de resseguro	4 867 017	7 554 212
	Contas a pagar por outras operações	4 920 820	5 811 961
16	Passivos por impostos e taxas	17 561 848	19 978 524
	Passivos por impostos correntes	14 184 862	13 099 336
	Passivos por impostos diferidos	3 376 986	6 879 188
14	Acréscimos e diferimentos	6 157 920	5 427 631
15	Outras provisões	3 257 378	3 311 282
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	1 069 502 275	1 023 938 125
CAPITAL PRÓPRIO			
27	Capital	137 750 000	137 750 000
	(Ações Próprias)	(5 061 605)	(5 061 605)
27	Outros instrumentos de capital	170 500 001	135 500 001
28	Reservas de reavaliação	14 400 177	32 664 136
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	14 400 177	-
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
28	Reserva por impostos diferidos e correntes	(2 298 010)	(8 411 146)
28	Outras reservas	(94 773 146)	(94 912 137)
	Resultados translados	(116 448 675)	(104 316 547)
	Resultado líquido do exercício	976 553	(11 190 826)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	105 045 285	82 021 876
4	Interesses que não controlam	(238 992)	(852 432)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	104 806 303	81 169 444
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM E CAPITAL PRÓPRIO	1 174 308 578	1 105 107 569

Lisboa, 28 de maio de 2019

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

AM
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Eduardo José da Silva Farinha
Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente

Fernando Dias Nogueira
Fernando Dias Nogueira
Vogal

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

**Demonstração dos resultados consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

Notas do anexo	CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADA	Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	valores em euros	
					2018	2017
17	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	35 453 532	160 518 599		223 972 231	198 656 068
17	Prémios brutos emitidos	40 309 777	217 283 763		257 093 540	234 823 027
2	Prémios de resseguro cedido	4 856 145	29 112 762		33 969 907	35 259 469
5	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(592 001)		(592 001)	1 488 342
5	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradoras (variação)		(244 403)		(244 403)	580 852
18	Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1 858 208			1 858 208	1 722 059
5	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	29 615 907	145 146 652		174 762 459	157 855 101
	Montante pago	25 493 478	135 382 559		169 876 037	149 962 499
	Montante bruto	27 546 626	162 856 456		229 903 084	179 597 097
	Parte das resseguradoras	2 124 446	57 473 899		69 074 047	24 634 598
	Provisão para sinistros (variação)	4 122 429	8 703 903		13 866 423	7 686 002
	Montante bruto	3 874 805	(28 551 928)		(24 877 324)	63 554 851
	Parte das resseguradoras	(447 624)	(38 315 928)		(38 163 745)	55 462 249
5	Provisão matemática do risco vida, líquida de resseguro (variação)	3 521 125			3 521 125	3 217 479
	Montante bruto	3 489 215			3 489 215	3 296 662
	Parte das resseguradoras	32 010			32 010	(19 163)
5	Participação nos resultados, líquida de resseguro	916 748			916 748	885 660
5	Outras provisões matemáticas, líquidas de resseguro (variação)		(221 838)		(221 838)	508 962
22	Custos e gastos de exploração líquidos	6 852 553	52 819 224		53 471 777	60 637 026
5	Custos de aquisição	6 339 803	42 209 566		48 549 303	49 421 742
	Custos de aquisição diferentes (variação)		(50 848)		(50 848)	(66 862)
	Gastos administrativos	2 442 950	13 949 285		16 392 235	16 160 687
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	2 130 209	3 288 779		5 416 978	3 878 539
19	Rendimentos	17 127 347	4 440 556	1 658 856	23 226 759	22 951 684
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	16 791 740	4 205 053	985 782	22 042 575	21 847 666
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	Outros	335 607	175 503	673 874	1 184 184	1 104 019
19	Gastos financeiros	542 614	2 299 182	119 257	2 961 053	2 518 742
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	Outros		70 255		70 255	80 551
		542 614	2 228 527	119 257	2 890 798	2 436 191
23	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(7 490 131)	8 991 715	874 219	375 663	(9 167 116)
	De ativos disponíveis para venda	2 299 608	8 999 758	757 236	10 037 600	2 286 736
	De empréstimos e contas a receber					
	De investimentos a destr. até à maturidade			2 517	2 017	
7.3	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(9 775 979)			(9 775 979)	(11 462 852)
	De outros	(4 758)		116 783	112 029	
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(1 107 350)	(496 041)	(4 692)	(1 608 283)	(307 391)
	De ativos e passivos financeiros devidos para negociação					
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
	Diferenças do câmbio					
	Ganhos líquidos pela variação de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes devidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
7	Pontos de imparidade (pontas de reversão)		1 309 014		1 309 014	488 923
	De ativos disponíveis para venda		1 299 375		1 299 375	386 236
	De empréstimos e contas a receber valorizadas a custo amortizado					
	De investimentos a destr. até à maturidade					
	De outros		9 639		9 639	153 414
25	Outros rendimentos/justos Montante líquido de resseguro	101 292	341 252		442 544	4 673
15	Outras provisões (variação)			886 315	886 315	851 165
25	Outros rendimentos/justos			3 462 779	3 462 779	2 468 880
	Rendimentos de prestação de serviços			7 732 943	7 732 943	9 255 978
	Gastos com prestação de serviços			4 672 168	4 672 168	6 303 237
	Outros rendimentos/gastos			402 054	402 054	(483 859)
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	4 693 953	(1 555 995)	5 835 859	8 173 817	(10 448 928)
16	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			2 432 644	2 432 644	1 757 680
16	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			4 638 672	4 638 672	(986 224)
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	4 693 953	(1 555 995)	(2 035 457)	1 102 561	(11 341 384)
4	Interesses que não controlam				125 948	(158 558)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL	4 693 953	(1 555 995)	(2 035 457)	978 553	(11 199 628)

Lisboa, 28 de maio de 2019

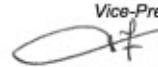
O Contabilista Certificado



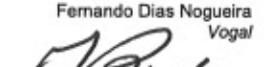
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

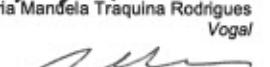


Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente
Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente


Fernando Dias Nogueira
Vogal



Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vogal



Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

**Demonstração do rendimento integral consolidado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

	2018			2017			valores em euros
	Atribuível aos accionistas	Interesses que não controlam	Total	Atribuível aos accionistas	Interesses que não controlam	Total	
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados							
Reserva de justo valor Impostos diferidos e correntes	(12 166 152)	(171 911)	(12 338 063)	15 085 121	132 832	15 217 953	
	(18 284 535)	(213 136)	(18 497 571)	20 202 405	164 686	20 367 091	
	6 118 383	41 225	6 159 608	(5 117 284)	(31 854)	(5 149 138)	
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados							
Reconhecimento dos desvios actuariais Impostos diferidos e correntes	138 991	3 280	142 271	(328 820)	(6 450)	(335 270)	
	131 266	3 280	134 546	(310 545)	(6 450)	(455 598)	
	7 725	-	7 725	(18 275)	-	(18 275)	
Outro rendimento integral	(12 027 161)	(168 631)	(12 195 792)	14 756 301	126 382	14 882 683	
Resultado líquido do exercício	976 553	125 948	1 102 501	(11 190 826)	(150 558)	(11 341 384)	
Rendimento Integral do exercício	(11 050 608)	(42 683)	(11 093 291)	3 565 475	(24 178)	3 541 299	

Lisboa, 28 de maio de 2019

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vogal

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

Demonstração das alterações do capital próprio consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Capital	Outros instrumentos do capital	Acções próprias	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Outras reservas	Resultados Transladados	Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe	Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	Interesses que não constam	Total de Capital Próprio	valores em euros
Saldo em 31 de Dezembro de 2016 (Respresso)	137 750 000	135 500 091	(5 061 665)	12 688 211	(3 382 547)	(94 583 317)	(70 147 278)	(32 614 185)	80 149 260	(2 474 162)	77 675 118	
Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	(32 614 185)	-	-	-	-	
Variação de desvios actuariais	-	-	-	-	-	-	(328 820)	-	(328 820)	(6 450)	(325 270)	
Alienação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras variações de reservas	-	-	-	(226 480)	88 685	-	(1 555 084)	-	(1 692 979)	1 645 906	(66 973)	
Alterações de justo valor	-	-	-	29 302 405	(5 117 284)	-	-	-	15 065 121	132 822	15 217 953	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(11 190 826)	(11 190 826)	(150 558)	(11 341 384)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	137 750 000	135 500 091	(5 061 665)	32 688 136	(8 411 146)	(94 912 137)	(104 316 547)	(11 190 826)	82 031 876	(852 432)	81 189 554	
Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	(11 190 826)	-	-	-	-	
Prestações suplementares	-	35 000 000	-	-	-	-	-	-	35 000 000	-	35 000 000	
Variação de desvios actuariais	-	-	-	-	-	-	138 931	-	138 931	3 280	142 271	
Alienação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras variações de reservas	-	-	-	-	-	-	-	(65 672)	(65 672)	(89 938)	(115 611)	
Transações com NC1	-	-	-	20 576	(5 247)	-	(875 626)	-	(866 399)	745 061	(115 238)	
Alterações de justo valor	-	-	-	(18 284 535)	5 118 383	-	-	-	(12 144 152)	(171 911)	(12 338 063)	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	978 553	978 553	125 948	1 312 501	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	137 750 000	170 500 091	(5 061 655)	14 400 177	(2 298 816)	(94 773 146)	(118 448 676)	978 553	105 646 295	(238 892)	104 898 303	

Lisboa, 28 de maio de 2019

O Contabilista Certificado

Raeic de Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Luia
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

garcia
Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente

fdn
Fernando Dias Nogueira
Vogal

Maria
Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vogal

Paulo
Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

**Demonstração dos fluxos de caixa consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

	Euros	
	2018	2017
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	976 553	(11 190 826)
Depreciações e amortizações do exercício	4 444 049	4 738 451
Variação das provisões técnicas de seguro directo	(21 102 252)	71 047 266
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	39 061 911	(55 643 217)
Variação de passivos por contratos de investimento e passivos financeiros	59 297 190	(1 898 495)
Imparidade de activos líquida de reversões e recuperações	11 539	(6 262 681)
Variação de outras provisões	(53 904)	(909 744)
Variação de activos de negociação	(2 493)	(14 967)
Variação de empréstimos e contas a receber	32 495	22 527 875
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	4 842 354	41 014 159
Variação de outros activos e passivos por impostos	5 272 261	578 556
Variação de outros activos e passivos	(1 467 275)	(40 856 495)
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(114 517)	(2 675 973)
	<hr/>	<hr/>
	91 197 911	20 453 909
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Variação nos activos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas	(1 554 760)	(1 245 998)
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	(206 466 830)	(31 938 919)
Variação nos activos financeiros a deter até à maturidade	86 078 104	(1 571 269)
Reavaliações/write-offs, aquisições e alienações de activos tangíveis, intangíveis e imóveis	208 267	5 998 320
Efeito da alteração de interesses em subsidiárias e associadas	(246 860)	777 861
	<hr/>	<hr/>
	(121 982 079)	(27 980 005)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Recebimentos de prestações suplementares	35 000 000	-
Variação de passivos subordinados	10 000 000	-
Reembolsos de prestações suplementares e interesses que não controlam	<hr/>	<hr/>
	45 000 000	-
Variação líquida em caixa e equivalentes	14 215 832	(7 526 096)
Caixa e equivalentes no início do exercício	16 354 597	23 880 692
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes no fim do exercício	30 570 429	16 354 597

Lisboa, 28 de maio de 2019

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Boavista
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Farinha
Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente

Nogueira
Fernando Dias Nogueira
Vogal

Rodrigues
Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vogal

Almeida
Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS

25

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

88

Montepio Seguros, SGPS, S.A.



Página | 34

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

1. Informações gerais

A Montepio Seguros SGPS, SA, adiante designada por Montepio Seguros ou Grupo, foi constituída em 27 de dezembro de 2014, sob a forma jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais e dedica-se à gestão de participações sociais do setor segurador e gestão de fundos de pensões.

A Montepio Seguros tem a sua sede na Rua de São Domingos à Lapa, 35, em Lisboa.

As Notas às contas incluídas neste anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de maio de 2019, e encontram-se sujeitas à aprovação da Assembleia-Geral dos acionistas.

As demonstrações financeiras apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista, entidade que controla a Montepio Seguros.

2. Informação por segmentos da atividade seguradora

O Grupo explora maioritariamente o negócio segurador e todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizado pela ASF.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

O Grupo considera como segmento principal o segmento operacional. Relativamente a este segmento, efetuar-se-á o relato da informação por ramos, tendo em consideração que os mais significativos do Grupo são: Vida, Automóvel, Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos.

O relato por segmentos operacionais pode ser analisado como segue:

Rúbrica	Total 2018	Ramos Vida	Ramos não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Euros Outros inferiores a 10% do total
Prémios brutos emitidos	257 593 540	40 309 777	217 283 763	76 223 885	43 793 471	84 378 777	12 887 630
Prémios de reseguro cedido	33 968 907	4 856 145	29 112 762	1 803 970	15 505 352	6 342 503	5 460 937
Prémios brutos adquiridos	258 155 541	40 309 777	217 875 784	76 408 152	44 309 580	84 438 459	12 719 563
Resultado dos investimentos	15 336 598	7 987 252	7 349 346	8 232 817	(246 440)	(560 140)	(76 891)
_custos com sinistros brutos	195 625 760	31 321 231	164 304 529	62 714 400	34 387 235	65 880 885	1 322 009
custos de exploração brutos	64 890 756	8 782 753	56 108 003	17 995 258	12 122 469	22 346 616	3 643 660
Resultado técnico	3 532 869	4 693 953	(1 161 084)	2 590 430	1 493 938	(9 626 805)	4 381 353
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	953 803 525	605 485 498	368 338 027	188 759 544	60 885 127	85 751 993	12 941 363
Provisões técnicas e passivos de contratos de investimentos	946 956 528	589 051 935	357 904 593	172 279 066	74 001 501	96 273 072	15 350 954

Rubrica	Total 2017	Ramos Vida	Ramos não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Euros Outros Inferiores a 10% do total
Prémios brutos emitidos	234 823 027	32 126 908	202 696 119	65 603 681	45 299 251	79 547 908	12 245 279
Prémios de resseguro cedido	35 259 469	5 214 019	30 045 450	1 260 462	16 866 410	6 270 197	5 648 381
Prémios brutos adquiridos	233 334 684	32 126 908	201 207 776	65 928 824	44 100 660	78 802 615	12 275 677
Resultado dos investimentos	2 966 763	4 750 320	(1 763 557)	(1 329 059)	(164 556)	(235 542)	(54 400)
Custos com sinistros brutos	239 751 948	23 816 809	215 935 139	61 104 950	96 077 173	57 373 384	1 379 632
Custos de exploração brutos	64 515 587	8 696 411	55 909 156	17 039 375	12 948 250	22 519 336	3 402 195
Resultado técnico	(16 916 285)	3 447 074	(20 363 359)	(13 786 203)	(4 802 095)	(5 480 914)	3 705 853
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	850 215 421	539 969 832	310 245 588	172 976 198	64 392 431	61 294 965	11 581 995
Provisões técnicas e passivos de contratos de investimentos	908 761 590	522 262 072	386 499 518	160 228 743	114 310 223	92 621 436	19 339 116

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

Bases de preparação:

As demonstrações financeiras consolidadas ("demonstrações financeiras") da Montepio Seguros reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), emitido pela ASF, e aprovado pela Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2018, a Montepio Seguros adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2018. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 35. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Montepio Seguros não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 35.

Bases de mensuração:

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento.

Os restantes ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Montepio Seguros efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de ativos, passivos,

rendimentos e gastos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas seguidamente.

Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

a) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da Montepio Seguros e das suas subsidiárias ("Grupo"), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

(i) Subsidiárias e Associadas

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização). O Grupo controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por partes adicionais ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Montepio Seguros detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente, é presumido que a Montepio Seguros exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas: (i) representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente; (ii) participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições; (iii) transações materiais entre o Grupo e a participada; e, (iv) intercâmbio de pessoal de gestão; (v) fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma

termina. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as empresas subsidiárias e associadas incluídas na consolidação estão referidas na Nota 4.

(ii) Goodwill e valor da carteira adquirida

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são diretamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo, resultante de aquisições, é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional aos ativos e passivos adquiridos.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional dos ativos e passivos adquiridos, consoante a opção tomada. Caso o *goodwill* apurado seja negativo é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

A Montepio Seguros testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indiciarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

O valor da carteira adquirida (*value in force*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O valor da carteira adquirida corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte, por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros.

A Montepio Seguros amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

(iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos

em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

(iv) Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

(v) Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

b) Contratos de seguro

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido inclui participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pró-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

c) Princípio da especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Montepio Seguros realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A provisão para prémios não adquiridos foi calculada, contrato a contrato, por aplicação do método *pro-rata temporis*, de acordo com a Norma n.º 19/94-R, da ASF, (tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma n.º 3/96-R, da ASF).

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R, da ASF, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros Não Vida.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

De acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de Setembro da ASF, os custos com pessoal de carácter extraordinário, relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros, a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada, de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentrarão de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso. Ao abrigo desta Norma o Grupo, pelo facto de ter iniciado em 2013 um processo de reestruturação interna, considerou que o acréscimo de custos daí resultante, no montante de 1.406.791 euros, iria provocar um aumento no valor da Provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias, pelo que optou por não considerar os referidos custos para efeitos de cálculo da Provisão para riscos em curso.

III) Provisão para sinistros

Esta provisão foi determinada como segue:

- Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados, ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, com exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pela ASF e elaborada por métodos atuariais;
- Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2018, que envolvam pagamento de pensões já homologadas pelo Tribunal de Trabalho, ou com acordo de conciliação já realizado, e, ainda, para fazer face às responsabilidades por presumíveis incapacidades permanentes;
- A Montepio Seguros calculou a provisão matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, da ASF, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de abril, utilizou a tábua de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, sem encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma optou pela tábua de mortalidade TD 88-90 aos pensionistas do género masculino e pela tábua de mortalidade TV 88-90 aos do género feminino, considerando uma taxa técnica de 3,00% para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2017 e 2,75% para os sinistros após aquela data e seu IBNR, com 1,5% (2017:1%) de taxa de gestão;
- A responsabilidade inerente ao acréscimo anual das pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pela ASF e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT;
- O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal, IBNER (*Incurred But Not Enough Reserved*), e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros não participados à Montepio Seguros em 31 de dezembro de 2018, IBNR (*Incurred But Not Reported*), foram calculadas por métodos atuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão matemática.

O Grupo procedeu ao teste de adequação das responsabilidades tendo por base os *cash-flows* dos ativos a cobrir responsabilidades bem como os *cash-flows* dos passivos associados à responsabilidade do ramo de acidentes de trabalho.

IV) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para a cobertura de Fenómenos Sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Montepio Seguros.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

vi) Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo Vida.

vii) Provisão para participação nos resultados a atribuir ("Shadow accounting")

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

viii) Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

ix) Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo Vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados.

x) Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguros. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respetivos prémios.

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) Ativos financeiros**i) Classificação**

A Montepio Seguros classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

80

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; e,
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando: (i) tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor; (ii) tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); e (iii) tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Montepio Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e despreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Montepio Seguros se compromete a adquirir ou alienar os ativos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são despreconhecidos quando (a) expiram os direitos contratuais da Montepio Seguros ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (b) a Montepio Seguros tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (c) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Montepio Seguros tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas na conta de resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam despreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

85

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado utilizando o seu preço de compra corrente ou, na falta destas pela bolsa onde os ativos estão cotados. Na ausência de cotação, a Montepio Seguros estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

iv) Imparidade

A Montepio Seguros avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

A Montepio Seguros considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

- Para os títulos de rendimento variável: (i) uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou (ii) uma desvalorização significativa na valorização (mais de 30% do respetivo valor de aquisição), e a Companhia efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.
- Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.
- Para os títulos de rendimento fixo: existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para os resultados.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for, objetivamente, relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

v) Transferências entre categorias

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou,
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

O Grupo adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 7.

e) Outros instrumentos financeiros – derivados embutidos

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos; e, (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. Grupo procede ao desreconhecimento dos passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

h) Ativos fixos tangíveis e intangíveis

i) Ativos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição e as suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	Taxas Anuais	Vida útil
Equipamento administrativo	8% - 100%	2 a 12 anos
Máquinas e ferramentas	10% - 25%	4 a 10 anos
Equipamento informático	25% - 33,33%	3 a 4 anos
Instalações interiores	10% - 13%	8 a 10 anos
Equipamento de transporte	25%	4 anos
Outro equipamento	10% - 25%	4 a 10 anos

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Montepio Seguros. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo excede o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

ii) Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional da Companhia.

Os imóveis de uso próprio são valorizados pelo modelo do custo, ou seja, registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e de perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são efetuadas de acordo com a sua vida útil esperada, segundo o método das quotas constantes, como segue:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
Imóveis	2% - 4%	25 a 50 anos

Os terrenos não são depreciados. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

80

III) Ativos intangíveis

O software e as despesas em edifícios arrendados são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição / investimento e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a respetiva vida útil estimada:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
Software	10% - 33%	3 a 10
Despesas em edifícios arrendados	20% - 33,33%	3 a 5 anos

IV) Imparidade de ativos não financeiros

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo excede o seu valor recuperável.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados.

i) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se revertem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

80

j) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

k) Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho vigente até 31/12/2011 para o setor de seguros, o Grupo concedia aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente das subsidiárias do setor segurador, admitidos até 31/12/2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontravam a receber uma pensão de pré-reforma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente após 31/12/2009, com contratos de trabalho em vigor na atividade seguradora em 22/06/1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social.

Adicionalmente, o Grupo atribuiu um plano de benefício definido aos membros do Conselho de Administração que, tendo exercido funções na atividade seguradora, tenham direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia Geral.

Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destinava a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no ativo, pré-reformados e Administradores calculados em função dos salários projetados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.

Relativamente à subsidiária Futuro, o Grupo assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, o Grupo adquiriu unidades de participação do Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pelo Grupo, de cobertura total das responsabilidades atuarialmente determinadas.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

As alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, sendo de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. De acordo com a IAS 19, o Grupo procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

Montepio Seguros, SGPS, S.A.

Página | 48

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos dos Fundos de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Montepio Seguros reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Face a esta nova realidade, e para salvaguardar a reposição dos benefícios a Montepio Seguros procedeu ao reconhecimento da responsabilidade.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Montepio Seguros são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

I) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Montepio Seguros tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

m) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

n) Relato por segmentos da atividade seguradora

A Montepio Seguros não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada relativa a segmentos (ramos de negócio) respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF. Ver Nota 2.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

p) Propriedades de investimento

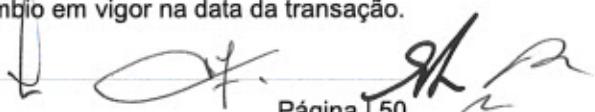
A Montepio Seguros classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Montepio Seguros venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

q) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.




Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

r) Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados são refletidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Direto. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF, de base económica.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

s) Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos aos mediadores são efetuados através de contratos mútuos e com garantias reais. Relativamente a empréstimos de outra natureza são concedidos com garantia hipotecária.

t) Locações

A Montepio Seguros classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Montepio Seguros à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

u) Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

Em todos os devedores os créditos encontram-se valorizados ao custo amortizado líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

v) Acréscimos e diferimentos

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de ativos e passivos que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados, ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

w) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

x) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

y) Gastos por natureza imputados às funções

Em cumprimento com as regras da ASF, o Grupo procede à imputação dos custos por funções.

Os custos são imputados diretamente às funções (sinistros, investimentos, aquisição e administrativa) na fase da contabilização por natureza.

Todos os casos em que não seja possível a imputação direta à função são enquadrados numa função genérica.

Periodicamente, para o acumulado de custos da função genérica, é feita uma imputação indireta às funções definidas, na proporção dos custos que, no período em análise, tenham sido imputados diretamente às referidas funções.

Imputação dos custos por ramos

A imputação aos ramos é feita após a imputação às funções, ou seja, aquando da entrada nas contas de custos por funções.

Em cada ramo é levada em consideração a componente direta evidente e a componente indireta que resulta da aplicação de determinados critérios ao montante de custos não diretamente imputados.

Principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Montepio Seguros determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo face ao respetivo custo de aquisição. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Montepio Seguros, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os cashflows futuros estimados para títulos de dívida. No julgamento efetuado, a Montepio Seguros avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Montepio Seguros.

Provisões técnicas e passivos financeiros relativos a contratos de seguro

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Montepio Seguros e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, (iv) provisão matemática de contratos vida, (v) provisão para participação nos resultados atribuída, (vi) provisão para participação nos resultados a atribuir e (vii) teste de adequação das responsabilidades.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Montepio Seguros é reconhecido como perda nos resultados.

A Montepio Seguros estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Montepio Seguros avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente. A Montepio Seguros regista provisões para sinistros dos ramos não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais.

Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Montepio Seguros de qual será o custo último de regularização dos sinistros.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Alterações a estes pressupostos e metodologias poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Cálculo da vida útil estimada para ativos fixos tangíveis, incluindo imóveis, e ativos intangíveis

A vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis é revista em cada período de relato. No âmbito destas rubricas, a Montepio Seguros concede um grau particular de monitorização à vida útil dos imóveis de serviço próprio e da carteira de apólices adquirida à Real Seguros. Alterações à vida útil destes ativos são tratadas prospectivamente.

Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados.

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros

fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

O cálculo dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas podem conduzir a um diferente nível de imposto calculado, reconhecido no período, quer corrente quer diferido. De acordo com a legislação fiscal em vigor, existe a possibilidade de as Autoridades Fiscais, poderem rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Assim sendo, é possível que haja correções á matéria coletável, resultante principalmente de diferenças de interpretação da legislação fiscal em vigor. Contudo, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Imparidade do *goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Perímetro de consolidação e Investimentos em associadas

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

	2018		2017		
	% de interesse económico	Método de consolidação	% de interesse económico	Método de consolidação	Actividade
Subsidiárias					
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	97,69%	Integral	96,78%	Integral	Seguros não vida
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	99,79%	Integral	99,79%	Integral	Seguros vida
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	76,77%	Integral	76,77%	Integral	Gestão de fundos de pensões
N Seguros, S.A.	100,00%	Integral	100,00%	Integral	Seguros não vida
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	95,70%	Integral	94,96%	Integral	Gestão de condomínios
Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior	99,79%	Integral	99,79%	Integral	Imobiliária
Associadas					
Clínica Serv. Médicos Comp. Belém, S.A.	24,50%	Eq. Patrimonial	24,50%	Eq. Patrimonial	Cuidados de saúde

No final do exercício de 2016, a Montepio Seguros aumentou a sua participação nas subsidiárias Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. ("Lusitania Seguros") para 96,78%, e na N Seguros, S.A. ("N Seguros") para 100% como resultado da aquisição da totalidade da participação à Lusitana Seguros, pelo montante de Euros

17.500.000. Esta transação foi efetuada ao valor contabilístico, de acordo com as opções permitidas pelos IFRS considerando que se trata de uma transação entre entidades sob o mesmo controlo.

No exercício de 2015, a Montepio Seguros aumentou a sua participação na subsidiária Sociedade Portuguesa de Administrações ("SPA") para 94,95%.

Ainda no exercício de 2015, a Montepio Seguros alienou a totalidade da participação que detinha na Lykeion – Centro de Conhecimento, Unipessoal, Lda, tenho reconhecido uma menos valia realizada de Euros 50.000.

O detalhe dos Investimentos em filiais e associadas é apresentado como segue:

	Fração de Capital Detida	Valor Contabilístico	Empresa-Mãe	Empresa-Mãe Topo Grupo	Capitais Próprios	Ano	Resultado	Euros
Cílica Serv. Médicos Comp. Belém, S.A.	24,5%	257	José Melo Saúde	José Melo Saúde	1.963	2016	145	

Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os interesses que não controlam, podem ser analisados como segue:

Subsidiária	Interesses que não controlam (balanço)		Interesses que não controlam (resultados)		Euros
	2018	2017	2018	2017	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	(2 166 073)	(2 693 150)	(77 388)	(409 977)	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	158 568	162 363	11 508	6 451	
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	1 746 345	1 652 886	193 065	255 856	
N Seguros, S.A.	-	-	-	-	
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	27 259	30 667	(1 501)	(3 152)	
Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior	(5 091)	(5 198)	264	265	
TOTAL	(238 992)	(852 432)	125 948	(150 558)	

5. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

5.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

As provisões técnicas são analisadas como segue:

	2018		2017		Euros
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido	
Provisão matemática ramo vida	108 625 631	(192 965)	104 359 112	(224 975)	
Provisão para sinistros	324 694 714	(60 815 045)	348 750 349	(99 577 341)	
Provisão para prémios não adquiridos	48 183 732	(7 928 943)	48 826 581	(8 173 346)	
Provisão para participação nos resultados	11 376 449	(673 325)	11 824 900	(696 527)	
Provisão para riscos em curso	3 932 220	-	4 721 755	-	
Provisão para desvios de sinistralidade	8 446 044	-	7 878 345	-	
Total	505 258 790	(69 610 278)	526 361 042	(108 672 189)	

A provisão para sinistros de seguro direto é analisada como segue:

Seguro Direto	Balanço		Variação de Ganhos e Perdas		Euros
	2018	2017	2018	2017	
Vida	27 352 117	23 677 512	3 674 605	3 180 980	
Risco	23 312 079	22 335 916	976 163	3 704 937	
Capitalização	4 040 038	1 341 596	2 698 442	(543 957)	
Não Vida	297 342 597	325 072 837	(27 730 239)	60 306 395	
Acidentes de Trabalho	161 101 485	149 039 645	12 061 841	10 991 573	
Acidentes Pessoais e Doença	4 563 867	4 433 371	130 496	(223 026)	
Incêndio e outros danos	50 836 596	89 966 349	(39 129 753)	60 836 085	
Automóvel	68 795 297	65 451 604	3 343 694	(6 543 076)	
Marítimo, Aéreo e Transportes	4 417 919	6 453 509	(2 035 591)	(2 234 766)	
Responsabilidade civil geral	6 255 517	7 712 282	(1 456 775)	(356 834)	
Crédito e Caução	420 394	603 650	(183 256)	(523 098)	
Proteção jurídica	16 807	2 763	14 044	(2 677)	
Assistência	-	6 490	(6 491)	5 874	
Outros	934 715	1 403 164	(468 448)	(1 643 660)	
Total	324 694 714	348 750 349	(24 055 634)	63 467 375	

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

Resseguro Cedido	Balanço		Variação de Ganhos e Perdas		Euros
	2018	2017	2018	2017	
Vida	9 409 315	9 857 139	(447 824)	(633 875)	
Não Vida	51 405 730	89 720 202	(38 314 472)	55 405 359	
Acidentes de Trabalho	21 282	41 645	(20 363)	(580 896)	
Acidentes Pessoais e Doença	414 361	393 538	20 823	347 866	
Incêndio e outros danos	42 751 656	79 026 384	(36 274 729)	58 463 320	
Automóvel	4 122 384	4 082 669	39 715	(587 685)	
Marítimo, Aéreo e Transportes	2 039 086	3 377 469	(1 338 383)	(76 068)	
Responsabilidade civil geral	964 003	1 228 826	(264 823)	(263 025)	
Crédito e Caução	254 620	281 843	(27 223)	(320 830)	
Proteção jurídica	-	76	(76)	-	
Outros	838 338	1 287 752	(449 414)	(1 577 323)	
Total	60 815 045	99 577 341	(38 762 296)	54 771 484	

A provisão para sinistros de acidentes de trabalho inclui o montante de Euros 140.683.951 (2017: Euros 134.035.792) referente a provisão matemática de acidentes de trabalho e assistência vitalícia, com impacto da alteração da taxa de desconto.

Na modalidade Acidentes de Trabalho, em 2018, incrementou-se em 50pb a taxa de inflação considerada nos gastos anuais com os pensionistas com Assistência Vitalícia, diminuiu-se a mortalidade considerada nas tábuas utilizadas em 5%, aumentou-se em 50pb, para 1,5%, os encargos em todo o provisionamento com técnicas similares ao ramo Vida, incluindo a reserva para pagamentos futuros ao FAT, o que impactou nos custos da modalidade em 4,5 milhões de euros.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de Euros 7.236.679 (2017: Euros 10.296.472) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2018 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de Euros 4.925.577 (2017: Euros 4.898.995) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as outras provisões técnicas são analisadas como segue:

	2017	Dotações / reduções	2018	Euros
Provisão para desvios de sinistralidade	7 878 345	567 699	8 446 044	
Provisão para riscos em curso	4 721 755	(789 536)	3 932 220	
Total	12 600 100	(221 837)	12 378 264	

A evolução dos custos com sinistros dos ramos não vida pode ser analisada como segue:

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
2009	46 573 972	43 632 844	24 327 589	20 739 129	16 148 852	13 666 000	12 177 476	11 100 881	10 448 920	9 528 727
2010		90 452 582	35 394 691	23 845 502	18 181 286	14 283 692	11 670 491	10 140 715	9 732 380	7 787 759
2011			92 599 208	40 780 405	30 157 287	21 555 204	15 912 799	14 470 673	11 632 239	11 550 341
2012				70 402 706	32 724 500	19 858 045	12 652 318	9 588 863	7 962 036	6 328 459
2013					64 495 070	24 133 454	16 116 815	11 680 906	9 116 249	8 007 783
2014						63 317 514	28 200 269	17 861 796	14 951 945	14 412 512
2015							67 240 782	25 300 283	16 368 558	11 582 125
2016								68 908 211	23 735 802	14 427 514
2017									132 566 148	56 192 414
2018										70 318 514

Montantes Pagos
para os anos de
corrência

52 123 367	147 305 783	172 385 360	175 995 105	150 543 053	134 226 880	140 928 297	137 982 879	138 026 991	191 787 697
------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

No quadro acima são apresentados os montantes pagos e provisões para sinistros associados aos sinistros compreendidos entre 2009 e 2018.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2017 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2018 (3)	Euros
				(3)+(2)-(1)
VIDA	23 677 512	4 031 659	17 752 061	(1 893 792)
ACIDENTES E DOENÇA	153 473 016	25 087 952	142 033 699	13 648 635
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	89 966 349	59 269 624	39 714 225	9 017 500
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	60 275 587	21 174 940	34 632 733	(4 467 914)
-OUTRAS COBERTURAS	5 176 017	2 784 981	1 057 156	(1 333 880)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	6 453 509	2 158 524	3 303 663	(991 122)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	7 712 292	613 977	5 569 610	(1 528 705)
CRÉDITO E CAUÇÃO	803 650	487 992	420 391	304 733
PROTECÇÃO JURÍDICA	2 763	3 039	10 156	10 432
ASSISTÊNCIA	6 490	17 126	696	11 332
DIVERSOS	1 403 164	545 427	281 555	(578 182)
TOTAL GERAL	348 750 349	116 175 241	244 776 145	12 201 037

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2017 (3)	Euros
				(3)+(2)-(1)
VIDA	20.516.532	3.110.864	15.134.268	(2.271.400)
ACIDENTES E DOENÇA	142.704.470	25.001.494	133.228.471	15.525.495
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	29.130.264	20.749.401	8.053.134	(327.729)
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	64.952.505	23.612.827	35.013.270	(6.326.408)
-OUTRAS COBERTURAS	7.042.177	3.078.574	1.363.585	(2.610.018)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	8.688.274	1.940.630	5.522.737	(1.224.907)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	8.069.128	910.003	7.322.624	163.501
CRÉDITO E CAUÇÃO	1.126.747	137.476	603.652	(385.619)
PROTECÇÃO JURÍDICA	5.440	6.036	1.375	1.971
ASSISTÊNCIA	615	28.723	6.482	34.590
DIVERSOS	3.046.824	1.773.074	1.401.366	127.616
TOTAL GERAL	285.282.974	80.349.102	207.640.964	2.707.092

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

Ramos/Grupos de Ramos	2018			Euros
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (1)+(2)+(3)=(4)
SEGURO DIRECTO				
VIDA	26 856 159	790 467	3 674 605	31 321 231
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	45 812 092	5 099 796	11 802 512	62 714 400
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	70 539 703	1 826 884	(39 153 238)	33 213 349
AUTOMÓVEL	58 677 820	4 258 068	2 944 997	65 880 885
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3 190 442	116 008	(2 037 485)	1 268 965
RESPONSABILIDADE CÍVIL GERAL	957 052	71 061	(1 464 566)	(436 453)
CRÉDITO E CAUÇÃO	487 992	233	(183 255)	304 970
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	26 253	14 044	40 297
ASSISTÊNCIA	-	67 177	(5 793)	61 384
DIVERSOS	545 427	6 564	(469 145)	82 846
TOTAL	207 066 687	12 262 511	(24 877 324)	194 451 874
RESSEGURO ACEITE	1 168 916	4 970	-	1 173 886
TOTAL GERAL	208 235 603	12 267 481	(24 877 324)	195 625 760

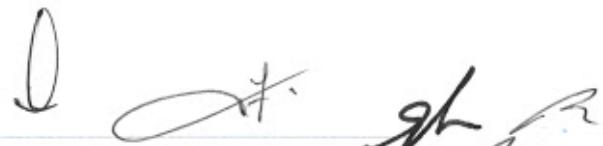
Ramos/Grupos de Ramos	2017			Euros
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (1)+(2)+(3)=(4)
SEGURO DIRECTO				
VIDA	19.833.592	822.237	3.160.980	23.816.809
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	44.597.951	5.566.244	10.940.755	61.104.950
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	32.289.125	1.876.544	60.823.742	94.989.411
AUTOMÓVEL	59.963.890	4.454.539	(7.045.045)	57.373.384
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2.673.299	66.024	(2.228.150)	511.173
RESPONSABILIDADE CÍVIL GERAL	1.187.543	114.276	(333.873)	967.946
CRÉDITO E CAUÇÃO	137.476	4.671	(523.097)	(380.950)
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	71.725	(2.676)	69.049
ASSISTÊNCIA	-	75.272	5.875	81.147
DIVERSOS	1.773.074	1.853	(1.643.660)	131.267
TOTAL	162.455.950	13.053.385	63.154.851	238.664.186
RESSEGURO ACEITE	1.085.918	1.844	-	1.087.762
TOTAL GERAL	163.541.868	13.055.229	63.154.851	239.751.948

A provisão matemática do ramo vida decompõe-se como segue:

	2018		2017		Euros
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido	
Risco	4 037 076	(192 965)	4 902 090	(224 975)	
Capitalização	104 588 555	-	99 457 022	-	
Total	108 625 631	(192 965)	104 359 112	(224 975)	

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

25



A provisão para participação nos resultados refere-se exclusivamente ao ramo vida e é analisada como segue:

	2018		2017	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Provisão para participação nos resultados atribuída	2 543 868	(673 325)	2 390 043	(696 527)
Provisão para participação nos resultados a atribuir	8 832 581	-	9 434 857	-
Total	11 376 449	(673 325)	11 824 900	(696 527)

A movimentação do exercício ocorrida na participação nos resultados atribuída de seguro direto é como segue:

	Euros	
	2018	2017
Participação nos resultados atribuída		
Saldo inicial	2 390 045	2 188 453
Participação Distribuída		
- por provisão matemática	(777 651)	710 894
- em numerário	(5 078)	-
	(782 729)	710 894
Participação Atribuída		
- por resultados do exercício	936 552	912 486
	936 552	912 486
Saldo final	2 543 868	2 390 045

5.2. Gestão de riscos

No ano 2016 entrou em vigor o regime prudencial Solvência II, após a transposição da Diretiva Solvência II, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro. Neste normativo está estabelecido um período transitório de dois anos, para que as empresas de seguros atinjam o nível de solvência (SCR) de 100%. Para além deste período transitório, estão previstas medidas transitórias e de longo prazo para implementação do regime Solvência II. Estas medidas encontram-se estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 6/2015-R, de 17 de dezembro, da ASF.

Como referido anteriormente, a Montepio Seguros é a *holding* do Grupo Montepio para a área seguradora e de gestão de fundos de pensões. Consolida as participações de três empresas de seguros – Lusitania Seguros, Lusitania Vida e a N Seguros – e de uma entidade gestora de fundos de pensões – Futuro SGFP, S.A., bem como duas entidades dedicadas à gestão imobiliária.

A atuação da *holding* é realizada de forma integrada, centrando-se na gestão do capital necessário para o desenvolvimento das atividades das suas participadas. A gestão das empresas participadas é autónoma e orientada pelos planos estratégicos de cada unidade.

Tendo em consideração as orientações publicadas pela Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA), relativas aos mecanismos de governação no âmbito do regime Solvência II, a Montepio Seguros acompanha os planos individuais das suas participadas do setor segurador, de forma a alinhar o seu posicionamento face às exigências de capital que possam ocorrer, tendo em conta a necessidade de assegurar o cumprimento quanto aos requisitos de capital de solvência.

O Grupo definiu um Plano Diretor de Gestão Integrada de Riscos e Solvência II, que se encontra em implementação, onde estão descritas ações com vista à evolução do modelo de governação e medidas que contemplam aspetos que contribuem para a definição do modelo de gestão integrada do risco. A concretização dessas medidas está refletida nos diversos instrumentos que definem as políticas e procedimentos do Grupo.

No âmbito do período transitório, foi aprovada pela ASF a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas para o grupo homogéneo de risco *Rendas decorrentes de contratos de seguro de natureza não vida e relacionados com responsabilidades de seguro de Acidentes de Trabalho* e do ramo Vida, com o objetivo de efetuar a amortização do diferencial entre as provisões técnicas apuradas no regime estatutário (IFRS) face ao valor estimado no regime prudencial Solvência II.

80

Adicionalmente, foi aprovada pelo Regulador a aplicação do ajustamento de volatilidade à estrutura temporal das taxas de juro sem risco relevante para o apuramento da melhor estimativa das responsabilidades de seguros. A aplicação desta medida permite ao Grupo prevenir o comportamento pró-cíclico nos mercados financeiros, mitigando os efeitos sobre a melhor estimativa das provisões técnicas decorrente de um alargamento extremo dos *spreads* das obrigações em condições de crise do mercado.

De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o mês de junho através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Estão igualmente definidos, o apetite e os limites de tolerância ao risco incorridos pelo Grupo, e aprovadas as estratégias e políticas que orientam a gestão de risco. O Grupo tem como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de risco integrados em um sistema de gestão de riscos.

O Grupo está exposto a uma diversidade de riscos inerentes aos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira do Grupo, abrangendo as funções investimento, financiamento e gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e, ainda, riscos que não estão diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, destacando-se em particular, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

A gestão de riscos do Grupo é efetuada separadamente para o ramo Vida e Não Vida.

Vida

Os riscos específicos de seguros estão subjacentes à comercialização dos contratos de seguros e são os seguintes:

- **Risco de mortalidade:** risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de longevidade:** risco de diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de despesas:** risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;
- **Risco de invalidez:** risco de agravamento da invalidez real face à invalidez esperada;
- **Risco catastrófico:** risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado; e,
- **Risco de descontinuidade:** risco de perdas face ao resgate ou anulação inesperada dos contratos de seguro.

Não Vida

Estes riscos estão detalhados na Tabela de Riscos que se encontra disponível na Cadeia de Valor das subsidiárias do ramo não vida e são comunicados a todos os elementos do Grupo, dada a sua importância para a atividade do Grupo.

Os principais riscos a que o Grupo se encontra exposto são os seguintes:

A. Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo os elementos cobertos pelos riscos financeiro e operacional. É o risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo decorrente da atividade, devido a uma fixação de preços inadequada e a pressupostos de provisionamento incorretos.

Tais perdas podem ter origem numa multiplicidade de fatores, como, por exemplo deficientes processos de desenho e tarifação dos produtos, análise e subscrição do risco, provisionamento das responsabilidades, gestão de sinistros e resseguro.

O detalhe dos sub-riscos associados a esta categoria de risco encontra-se descrito no capítulo do perfil de risco no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR).

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pelo Grupo é transferido para uma resseguradora ou um conjunto de resseguradores.

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade no cumprimento das responsabilidades. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios ou de subtarifação é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro lado, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que o Grupo tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos e zonas geográficas.

O Grupo efetua análises de sensibilidade no decurso dos estudos atuariais para determinar a adequabilidade dos prémios e do índice de provisionamento e respetivos impactos ao nível do resultado.

Entendeu-se como relevante efetuar análises de sensibilidade que se passam a descrever:

- O incremento da taxa de inflação dos gastos com sinistrados com assistência vitalícia, em conjunto com o incremento da prudência implícita nas tábuas de mortalidade em 5p.p. e aumento em 50 p.b. no provisionamento com recurso a técnicas semelhantes ao ramo Vida, acarretou uma variação das mesmas em 4,5 milhões de euro;
- Na análise de sensibilidade ao ramo Acidentes de Trabalho, a variação dos custos com sinistros, expurgado o efeito da alteração mencionada no ponto anterior, em 5% provoca uma alteração na taxa de sinistralidade que passa de 75% para 78,7% dos prémios adquiridos e;
- Elaborada análise semelhante em relação ao ramo Automóvel observa-se uma alteração da sinistralidade de 71,2% para 74,7%.

Por outro lado, o Grupo realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

Variação dos custos de exploração	2018 Euros 000	Variação dos custos com sinistros									
		-20%	-15%	-10%	-5%	0%	5%	10%	15%	20%	
-20%	36 282	29 518	22 754	14 751	6 484	(2 064)	(10 787)	(19 874)	(29 112)		
-15%	34 935	28 171	21 266	13 187	4 866	(3 688)	(12 469)	(21 707)	(31 087)		
-10%	33 589	26 825	19 740	11 622	3 247	(5 311)	(14 302)	(23 540)	(33 141)		
-5%	32 242	25 478	18 213	10 058	1 623	(6 942)	(16 134)	(25 372)	(35 194)		
0%	30 896	24 132	16 687	8 493	0	(8 729)	(17 967)	(27 205)	(37 248)		
5%	29 549	22 785	15 145	6 921	(1 623)	(10 562)	(19 800)	(29 038)	(39 301)		
10%	28 203	21 439	13 580	5 303	(3 306)	(12 394)	(21 632)	(30 870)	(41 354)		
15%	26 856	20 070	12 016	3 685	(5 085)	(14 227)	(23 465)	(32 703)	(43 408)		
20%	25 510	18 544	10 451	2 055	(6 864)	(16 060)	(25 298)	(34 701)	(45 461)		

Variação dos custos de exploração	2017 Euros 000	Variação dos custos com sinistros									
		-20%	-15%	-10%	-5%	0%	5%	10%	15%	20%	
-20%	35.047	28.764	22.479	15.574	7.190	(1.195)	(9.581)	(18.157)	(27.236)		
-15%	33.728	27.443	21.125	13.777	5.392	(2.993)	(11.378)	(20.000)	(29.283)		
-10%	32.408	26.124	19.741	11.980	3.595	(4.791)	(13.176)	(21.843)	(31.330)		
-5%	31.089	24.805	18.199	10.183	1.797	(6.588)	(14.973)	(23.687)	(33.376)		
0%	29.769	23.485	16.656	8.385	-	(8.385)	(16.801)	(25.531)	(35.423)		
5%	28.449	22.086	14.973	6.588	(1.797)	(10.183)	(18.644)	(27.374)	(37.469)		
10%	27.130	20.596	13.176	4.791	(3.595)	(11.980)	(20.488)	(29.313)	(39.516)		
15%	25.811	19.058	11.378	2.993	(5.392)	(13.777)	(22.331)	(31.360)	(41.563)		
20%	24.343	17.518	9.581	1.195	(7.190)	(15.574)	(24.175)	(33.407)	(43.609)		

As provisões para sinistros, apuradas pela função atuarial e revistas posteriormente pelo Atuário Responsável de Solvência II, revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2018 e anteriores.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se suficientes face aos custos decorrentes da atividade na generalidade dos ramos, à exceção do seguro de Incêndio, Automóvel e Transportes em que se registaram um deficit de exploração.

Os rácios de sinistralidade são analisados como se segue:

Rácios de sinistralidade de seguro direto

	2018	2017
Acidentes e Doença	75,4%	83,7%
Incêndio e Outros Danos	75,3%	218,3%
Automóvel	73,0%	65,7%
Transportes	27,7%	10,6%
Responsabilidade Civil	-10,2%	19,7%
Outros	10,4%	-13,9%
Totais	70,4%	101,2%

Rácio de cedência de sinistros

	2018	2017
Acidentes e Doença	0,1%	0,7%
Incêndio e Outros Danos	54,6%	82,3%
Automóvel	0,9%	1,4%
Transportes	111,2%	336,7%
Responsabilidade Civil	33,5%	-13,6%
Outros	86,2%	37,2%
Totais	12,6%	38,9%

Rácio de sinistralidade de resseguro cedido

	2018	2017
Acidentes e Doença	1,9%	31,7%
Incêndio e Outros Danos	110,9%	455,0%
Automóvel	9,1%	10,2%
Transportes	44,2%	47,7%
Responsabilidade Civil	-13,5%	-12,7%
Outros	21,5%	-19,1%
Totais	66,0%	263,4%

B. Risco de Mercado

O risco de mercado encontra-se associado a flutuações adversas no valor dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros do Grupo, relacionadas com as volatilidades dos mercados de capitais, mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário. Estas flutuações (adversas) podem traduzir-se em perdas económicas, e no limite, a uma deterioração dos níveis de solvência. Este grupo de riscos, também se encontra relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos associados a responsabilidades de longo prazo.

A exposição aos riscos financeiros é um reflexo da política de investimentos do Grupo, da política do ALM e da política de gestão de liquidez, enquadradas por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora. Os riscos financeiros encontram-se detalhadas no capítulo do perfil de risco, no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR).

Nas componentes dos riscos de taxa de juro, acionista e imobiliário, o Grupo, acompanha a sua evolução, tendo em conta a valorização dos ativos a preços de mercado, e analisa um conjunto de indicadores, entre os quais se conta o VaR dos títulos financeiros, que apresentam preços em mercados líquidos. O objetivo é acompanhar as tendências que podem afetar as carteiras de investimento do Grupo.

Tipo de taxa da carteira de obrigações

Taxa	Euros			
	2018	Peso	2017	Peso
Taxa fixa	720 360 803	90%	657 087 597	93%
Taxa variável	57 082 930	7%	47 520 008	7%
Cupão zero	25 297 122	3%	-	0%
Total	802 740 855	100%	704 607 605	100%

No caso das análises de sensibilidade, os indicadores são acompanhados para as classes de investimento mais relevantes: obrigações, ações e imobiliário.

Evolução da *duration* (D) e convexidade (C) da carteira de obrigações

4º T 2018		4º T 2017	
D	C	D	C
7,4	104,8	7,2	130,5

O valor da duration da carteira de obrigações global registou um ligeiro aumento no final de 2018, refletindo uma maior exposição às variações nas taxas de juro. Esta situação decorre de uma atuação prudente, em face do atual ambiente de baixas taxas de juro e da elevada incerteza quanto à evolução dos mercados financeiros.

Sensibilidade a efeitos isolados – Taxas de Juro

Variação Taxa de Juro				
Carteira de Obrigações em Análise ^(a) - 2018				
-1%	0%	1%	Duration	Convexidade
863.778	800.187	744.979	7,4	104,8

Unidade: milhares de euros

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira de Ativos Financeiros	Variação no Valor das Ações ^(b)			Impacto na Carteira de Ativos Financeiros
		-10%	0%	10%	
2018		-10%	0%	10%	
900.700	-0,55%	44.394	49.327	54.260	0,55%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário, depósitos a prazo e nem papel comercial.

(b) O valor das ações considera o investimento direto e os fundos de investimento em ações.

Sensibilidade a efeitos isolados – Imobiliário

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira Total	Variação no Valor do Imobiliário ^(b)			Impacto na Carteira Total
		-5%	0%	5%	
2018		-5%	0%	5%	
1.014.400	-0,38%	73.521	77.391	81.260	0,38%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros.

(b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário.

O risco de mercado inclui o risco de *spread* que está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários. A exposição ao risco advém, assim, das transações financeiras do Grupo com emitentes de valores mobiliários. O risco de crédito é gerido, essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor no Grupo.

No eixo dos emitentes de valores mobiliários, é efetuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direção Financeira, a Sociedade Gestora de Ativos Financeiros do Grupo Montepio e uma entidade especializada em investimentos para entidades institucionais (Companhias de Seguros, Fundos de Pensões, Fundações, Gestão de Patrimónios, ...).

Composição dos investimentos financeiros por setor de atividade

Setor	2018	Peso	Euros	
			2017	Peso
Dívida Pública	452 048 094	51%	379 319 087	48%
Financeiro	211 691 673	22%	249 270 410	31%
Indústria	120 095 734	13%	91 572 730	12%
Serviços	41 844 265	5%	32 618 118	4%
Transportes e Comun.	18 513 902	2%	18 984 705	2%
Imobiliário	5 199 568	1%	6 620 889	1%
Setor Público	1 892 416	0%	2 046 836	0%
Supra Nacional	3 362 732	0%	2 735 329	0%
Telecomunicações	8 286 732	1%	201 344	0%
Outros	41 916 337	5%	17 823 056	2%
Total	904 851 453	100%	801 192 504	100%

À exceção de três títulos (Moçambique Companhia de Seguros, Acacia Bahrein e o Fundo The Fine Art II L.P.), a totalidade da carteira do Grupo está denominada em euros.

Rating da carteira de obrigações

Rating	2018	Peso	Euros	
			2017	Peso
AAA	27 731 159	3%	40 599 207	6%
AA+	-	0%	7 839 798	1%
AA	39 142 219	5%	39 036 535	6%
AA-	6 949 533	1%	978 275	0%
A+	2 087 341	0%	-	0%
A	36 824 659	5%	41 262 675	6%
A-	24 523 276	3%	2 818 623	0%
BBB+	10 837 523	1%	6 197 834	1%
BBB	477 941 632	60%	231 718 002	33%
BBB-	44 606 314	6%	6 735 744	1%
BB+	3 696 813	0%	30 148 850	4%
BB	29 624 388	4%	201 104 620	28%
BB-	5 837 212	1%	-	0%
B+	8 475 583	1%	-	0%
B	8 258 167	1%	-	0%
B-	-	0%	-	0%
CCC+	-	0%	-	0%
CCC	-	0%	-	0%
D	-	0%	2	0%
Sem rating	76 205 036	9%	96 167 440	14%
Total	802 740 855	100%	704 607 605	100%

A componente do risco de concentração trata o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande, ou investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas, bem como a determinados setores de atividade e zonas geográficas, resultando na ameaça da situação financeira ou da solvência da empresa.

Composição dos investimentos financeiros, investimentos em subsidiárias e associadas, imóveis e coleção de arte por país emitente:

Países	2018	Peso	Euros	
			2017	Peso
Alemanha	34 653 548	4%	40 832 911	5%
Argentina	-	0%	-	0%
Austrália	1 088 368	0%	1 130 978	0%
Áustria	7 380 517	1%	6 250 350	1%
Bahrein	1 257 435	0%	2 934 349	0%
Bélgica	12 529 499	1%	4 707 858	1%
Brasil	8 593 043	1%	-	0%
Dinamarca	1 988 123	0%	3 126 363	0%
Eslaváquia	-	0%	4 239 744	1%
Eslavónia	1 988 660	0%	995 789	0%
Espanha	128 502 956	15%	114 376 472	14%
Estados Unidos	48 814 224	5%	20 936 806	3%
Finlândia	1 004 727	0%	2 822 107	0%
França	75 379 367	8%	55 314 915	7%
Holanda	29 418 872	3%	34 030 139	4%
Irlanda	69 655 502	8%	77 821 240	10%
Islândia	-	0%	2	0%
Itália	95 707 768	12%	58 840 793	7%
Lituânia	-	0%	1 018 440	0%
Luxemburgo	12 976 961	1%	7 240 181	1%
México	993 168	0%	220 269	0%
Moçambique	207 024	0%	224 842	0%
Polónia	994 958	0%	2 976 307	0%
Portugal	297 951 506	34%	317 836 412	41%
Reino Unido	20 415 841	2%	31 793 932	4%
Roménia	2 934 117	0%	2 156 020	0%
Suécia	955 537	0%	4 971 131	1%
Suíça	542 712	0%	575 837	0%
Supra-nacionais	1 690 667	0%	1 729 796	0%
Diversos	47 226 353	5%	2 088 521	0%
Total	904 851 453	100%	801 192 504	100%

C. Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade do Grupo não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

O Grupo tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias.

Adicionalmente, o Grupo monitoriza, com elevada regularidade, a maturidade dos seus produtos segundo os princípios definidos na Política de ALM e na Política de Liquidez, no sentido de adequar o vencimento dos seus instrumentos financeiros às datas de vencimento dos seus compromissos registados no passivo.

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como se segue:

Risco de liquidez 2018	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Euros	
					Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e equivalentes depósitos à ordem	30 570 429	-	-	-	-	30 570 429
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	17 460	17 460
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 250 409	2 840	2 564 438	2 833 156	2 020 342	9 671 185
Activos financeiros disponíveis para venda	86 790 141	70 963 550	108 780 970	535 861 890	92 527 012	894 923 563
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	44 138 137	-	-	-	-	44 138 137
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	30 138 414	-	-	-	-	30 138 414
Total dos activos financeiros	193 887 530	70 966 390	111 345 408	538 695 046	94 564 814	1 009 459 188
Passivos financeiros	15 152 838	-	-	-	51 000 000	66 152 838
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28 432 381	-	-	-	-	28 432 381
Total dos passivos financeiros	43 585 219	-	-	-	51 000 000	94 585 219
Líquido	150 302 311	70 966 390	111 345 408	538 695 046	43 564 814	914 873 969

80

Risco de Líquidez 2017	Euros					
	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e equivalentes depósitos à ordem	16.354.597	-	-	-	-	16.354.597
Ativos financeiros delidos para negociação	-	-	-	-	14.967	14.967
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	6.646	-	595.687	5.835.986	1.678.096	8.116.425
Ativos financeiros disponíveis para venda	78.773.884	5.786.557	128.139.579	397.130.927	96.910.321	706.741.268
Investimentos a deter até à maturidade	8.502.597	7.390.560	63.100.382	7.084.565	-	86.078.104
Empréstimos e contas a receber	46.095.657	-	-	-	500.509	46.596.166
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	32.566.773	-	-	-	-	32.566.773
Total dos ativos financeiros	182.300.154	13.177.117	191.835.648	410.051.488	99.103.893	896.468.300
Passivos financeiros	15.361.040	-	12.500.000	-	28.500.000	56.361.040
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28.546.888	-	-	-	-	28.546.888
Total dos passivos financeiros	43.907.938	-	12.500.000	-	28.500.000	84.907.938
Líquido	138.392.216	13.177.117	179.335.648	410.051.488	70.603.893	811.560.362

D. Risco de Crédito

O risco de crédito (ou de incumprimento) está associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da alteração da situação creditícia das contrapartes (mediadores, tomadores de seguros, coseguradoras e resseguradoras) ou quaisquer devedores a que o Grupo se encontra exposto. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, quer ao nível dos procedimentos e circuitos de tomada de decisão.

No que se refere aos resseguradores, estes são selecionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para o Grupo, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo rating

Ressegurador	Rating
Swiss Re (leader)	AA-
Covea Cooperations	A+
Mapfre Re	A
MSAmlin	A
Münchener Rück	AA-
Nacional Reaseguros	A
Odyssey Re	A-
PartnerRe	A+
QBE Secura	A+
R+V Versicherungs	AA-
SCOR	AA-
Sirius	A-
Sompo Canopius	A+
XL Re Europe	A+

Relativamente aos mediadores, a seleção dos nossos parceiros é efetuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo, a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objeto de acompanhamento permanente pela área de Gestão de Contas.

E. Risco Operacional

Trata-se de riscos de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

No âmbito da implementação da framework de Risco Operacional, com o princípio orientador a gestão descentralizada do Risco, e de modo a mitigar o risco operacional elevou-se o grau de informação na Cadeia de Valor, com um novo desenvolvimento para identificar os riscos associados a cada processo, bem como frequências, impactos e respetivos controlos - Modelo de Autoavaliação dos Riscos e dos Controlos dos processos de negócio. Adicionalmente, encontra-se já desenvolvido um modelo com indicadores de gestão operacional referente a processos críticos de negócio.

Em simultâneo, encontra-se em execução um processo de identificação, registo e controlo de irregularidades identificadas num determinado período, com a respetiva quantificação, tendo como objetivo o input para um Datamart de dados históricos. Através deste modelo, o Grupo monitoriza de forma quantitativa e qualitativa os riscos operacionais não capturados pela fórmula padrão. Os eventos do risco operacional estão associados às perdas resultantes de operações diárias da empresa e das entidades com que se relaciona.

A Plataforma de Registo de Eventos de Risco foi desenvolvida com o objetivo de construir uma base de dados histórica interna que possibilita a identificação de falhas nos controlos e de ações de mitigação dos riscos, bem como a compreensão da exposição corrente ao risco operacional, identificando as áreas com maior incidência.

O reporte das perdas financeiras identificadas nos eventos registados abrange a análise de tendências, das recuperações efetuadas e das perdas por categoria de risco ou linha de negócio. O registo dos eventos promove, ainda, a qualidade ao nível das operações e constitui um elemento crucial para o futuro desenvolvimento de um modelo interno de gestão integrada de risco operacional através de capital económico.

O Grupo implementou um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), de acordo com a norma ISO 27001, e que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos da atividade do Grupo.

No âmbito da segurança, é realizado periodicamente um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e à capacidade de recuperar o funcionamento das diversas unidades operacionais. O teste foi realizado em ambiente externo tendo sido verificada a capacidade de acolher postos de trabalho para fazer face a uma situação de desastre, tendo sido detetados alguns aspetos a melhorar, sendo que alguns já foram intervencionados e outros estão a ser. Os testes evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável, atestando a validade do PCN.

6. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e equivalentes e depósitos à ordem é apresentada como segue:

	Euros	
	2018	2017
Numerário	1 070 552	1 276 986
Depósitos à ordem	29 499 877	15 077 611
Total	30 570 429	16 354 597

80

7. Instrumentos financeiros

7.1 O inventário de títulos e participações está evidenciado no anexo 1.

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é apresentada como segue:

	C. Aquisição Amortizado	RJV	Imparidades	2018		Euros
				Juro	Valor Balanço	
Titulos de dívida						
Dívida pública	398 123 876	21 960 468	-	7 344 046	427 428 390	
Outros emissores	365 292 030	7 037 139	(749 468)	6 280 572	377 860 273	
	763 415 906	28 997 607	(749 468)	13 624 618	805 288 663	
Acções						
Outros instrumentos de capital e unid. participação	8 244 147	224 507	(5 463 430)	-	3 005 224	
	94 646 245	(4 647 686)	(3 368 883)	-	86 629 676	
	102 890 392	(4 423 179)	(8 832 313)	-	89 634 900	
Total	866 306 298	24 574 428	(9 581 781)	13 624 618	894 923 563	

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2018		Euros
				Custo de aquisição	Total	
Titulos de dívida						
Dívida pública	412 333 598	15 094 792	-	-	427 428 390	
Outros emissores	366 026 400	11 558 197	275 676	-	377 860 273	
	778 359 998	26 652 989	275 676	-	805 288 663	
Acções						
Outros instrumentos de capital e unid. participação	79 923 791	-	2 948 693	56 531	3 005 224	
Total	858 283 789	26 652 989	9 930 254	56 531	894 923 563	

	C. Aquisição Amortizado	RJV	Imparidades	2017		Euros
				Juro	Valor Balanço	
Titulos de dívida						
Dívida pública	279 327 235	22 468 009	-	5 767 188	307 562 432	
Outros emissores	279 382 747	18 260 027	(652 609)	5 612 604	302 602 769	
	558 709 982	40 728 036	(652 609)	11 379 792	610 165 201	
Acções						
Outros instrumentos de capital e unid. participação	11 129 557	432 145	(5 586 636)	37 870	6 012 936	
	88 430 205	4 485 652	(2 352 726)	-	90 563 131	
	99 559 762	4 917 797	(7 939 362)	37 870	96 576 067	
Total	658 269 744	45 645 833	(8 591 971)	11 417 662	706 741 268	

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2017		Euros
				Custo de aquisição	Total	
Titulos de dívida						
Dívida pública	307 562 432	-	-	-	307 562 432	
Outros emissores	297 205 097	4 110 883	1 286 789	-	302 602 769	
	604 767 529	4 110 883	1 286 789	-	610 165 201	
Acções						
Outros instrumentos de capital e unid. participação	1 059 775	-	4 895 239	57 922	6 012 936	
	82 741 002	-	7 822 129	-	90 563 131	
Total	688 568 306	4 110 883	14 004 157	57 922	706 741 268	

Em 2018, parte do aumento verificado nos ativos classificados como Ativos financeiros disponíveis para venda é justificado pela reclassificação dos Ativos detidos até à maturidade para esta classe de ativos, dando cumprimento aos requisitos definidos na IAS 39 ("tainting").

A maioria dos ativos contemplados no nível 3 corresponde a unidades de participação em fundos de investimento fechados, cujo valor resultou da divulgação do valor líquido global do fundo determinado pela sociedade gestora, conforme as contas auditadas dos respetivos fundos. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, com base em metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Caso existisse uma alteração de +/- 10% no justo valor dos ativos mensurados no nível 3, o impacto antes de impostos no capital próprio ascenderia Euros 993.025.

À data de 31 de dezembro de 2018, a reserva de justo valor associada aos ativos mensurados no nível 3 ascende a Euros 545.859.

A reconciliação da reserva de justo valor para as demonstrações financeiras é apresentada na Nota 28.

Conforme disposto na IFRS 13, os Instrumentos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A rubrica de Investimentos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é apresentada como segue:

	2018			Euros
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço	
Outros emissores	11 077 642	(2 704 009)	8 373 633	
Instrumentos de capital e unidades de participação	3 485 766	(2 188 214)	1 297 552	
Total	14 563 408	(4 892 223)	9 671 185	

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Euros
			Total	
Outros emissores	8 373 633	-	-	8 373 633
Instrumentos de capital e unidades de participação	940 686	-	356 866	1 297 552
Total	9 314 319	-	356 866	9 671 185

	2017			Euros
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço	
Outros emissores	8.953.426	(1.647.126)	7.306.300	
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.477.998	(4.667.873)	810.125	
Total	14.431.424	(6.314.999)	8.116.425	

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Euros
			Total	
Outros emissores	7.306.300	-	-	7.306.300
Instrumentos de capital e unidades de participação	59.487	-	750.638	810.125
Total	7.365.787	-	750.638	8.116.425

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Investimentos a deter até à maturidade é analisada como segue:

	Euros	
	2018	2017
Títulos de dívida		
De emissores públicos	- 56 332 613	
De outros emissores	- 29 745 491	
	- 86 078 104	

O Grupo durante 2018 procedeu à alienação de ativos classificados nesta categoria tendo procedido à reclassificação da restante carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 70.609 milhares de euros, cujo valor de mercado era, na data da transferência, de 79.101 milhares de euros. De acordo com a IAS 39 instrumentos financeiros o Grupo não poderá classificar ativos nesta categoria até ao final de 2020.

7.2 Empréstimos concedidos e contas a receber

O detalhe da rubrica de Empréstimos concedidos e contas a receber é apresentado como segue:

	Euros	
	2018	2017
Depósitos junto de empresas cedentes	298 429	335 540
Outros depósitos	43 448 661	46 095 656
Empréstimos concedidos	391 047	164 970
Total	44 138 137	46 596 166

Os outros depósitos respeitam na totalidade a depósitos a prazo.

7.3 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os passivos financeiros relativos a contratos de investimento são analisados como segue:

	Euros	
	2018	2017
Saldo a 1 de Janeiro	382 400 548	381 144 281
Entradas (líquido de comissões)	157 049 651	110 567 147
Montantes pagos	107 528 440	120 773 732
Variação de ganhos e perdas (juro técnico)	(9 775 979)	(11 462 852)
Saldo a 31 de Dezembro	441 697 738	382 400 548

7.4 Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

	Euros	
	2018	2017
Depósitos de Resseguradores	15 152 838	15 361 040
Passivos Subordinados	51 000 000	41 000 000
Total	66 152 838	56 361 040

Em 29 de novembro de 2007, o Grupo procedeu, através da Lusitania Vida, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pela Associação Mutualista Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 130 bp.

Em 30 de dezembro de 2011, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 2,5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pela

Caixa Económica Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 250 bp.

Durante o exercício de 2014, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 9 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 bp.

Durante o exercício de 2015, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 7 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 bp.

Após o final do 5º ano de vida dos empréstimos referidos, e posteriormente, em cada data de pagamento de juros, o Grupo poderá reembolsar os empréstimos obrigacionistas na sua globalidade, ao par, mediante pré-aviso da sua iniciativa.

Durante o exercício de 2016, o Grupo procedeu, através da Montepio Seguros, à emissão de um empréstimo obrigacionista e subscrito integralmente a 23 de dezembro de 2016, pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, no montante de Euros 17,5 milhões. Este empréstimo tem um prazo de emissão de 4 (quatro) anos a contar da Data de Subscrição e Pagamento, e paga juros calculados com base na Euribor a 6 meses + 650bp.

Durante o exercício de 2018, a Montepio Geral Associação Mutualista subscreveu integralmente as emissões de dois empréstimos obrigacionistas subordinados nos montantes de 10 milhões de euros e de 5 milhões de euros, emitidos pela Lusitania Seguros em 30 de maio e 28 de dezembro, respetivamente.

No final de 2018 a Lusitania Vida reembolsou na totalidade um empréstimo obrigacionista subordinado, subscrito pelo Montepio Geral - Associação Mutualista no valor de 5 milhões de euros.

7.5 Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	Euros			
	2018		2017	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	30 570 429	30 570 429	16 354 597	16 354 597
Empréstimos concedidos e contas a receber	44 138 137	44 138 137	46 596 161	46 596 161
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	30 138 415	30 138 415	32 566 773	32 566 773
Investimentos a deter até à maturidade	(45 182 899)	-	99 801 637	86 078 104
Ativos financeiros ao custo amortizado	59 664 082	104 846 981	195 319 168	181 595 635
Outros passivos financeiros	60 639 350	66 152 838	56 074 841	56 361 040
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28 432 378	28 432 378	28 546 898	28 546 898
Passivos financeiros ao custo amortizado	89 071 728	94 585 216	84 621 739	84 907 938

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cashflows descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Montepio Seguros são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes ativos corresponde ao nível 3, de acordo com o IFRS 13.

Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a avaliação dos investimentos detidos até à maturidade corresponde ao nível 1 e a avaliação dos passivos subordinados corresponde ao nível 3.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Os riscos financeiros são os que decorrem da gestão de ativos devido à volatilidade dos preços e envolvem a exposição aos valores das ações, obrigações ou outros títulos, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

A avaliação destes passivos corresponde ao nível 3.

8. Terrenos e edifícios

Os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de terrenos e edifícios de uso próprio são analisados como segue:

	Euros					
	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Saldo em 31 Dezembro
Imóveis de Serviço Próprio						
Terrenos e Edifícios	47 174 366	-	-	(412 617)	(9 639)	46 752 110
Amortizações Acumuladas						
Terrenos e Edifícios	(8 152 800)	(1 073 057)	-	(61 970)	-	(9 287 826)
Total	39 021 566	(1 073 057)	-	(474 587)	(9 639)	37 464 284

Os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de propriedades de investimento são analisados como segue:

						Euros
	Saldo Inicial	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo Final
						Saldo em 31 Dezembro
Imóveis de Rendimento						
Terrenos e Edifícios	19 023 104	-	(2 998 991)	466 461	544 693	17 035 269
Total	19 023 104	-	(2 998 991)	466 461	544 693	17 035 269

Em 31 de dezembro de 2018, os proveitos provenientes dos edifícios de rendimento totalizaram o montante de Euros 762.186 (2017: Euros 827.741).

A determinação do justo valor dos imóveis de rendimento é efetuada com base em avaliações fornecidas por peritos independentes, cumprindo todos os requisitos definidos pela ASF.

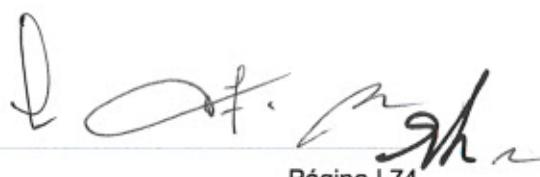
9. Outros ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2018, relativos a outros ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro	Euros
Activos Fixos Tangíveis (Excepto Terrenos e Edifícios)						
Equipamento administrativo	11 699 752	15 214	-	(1 956 732)	9 758 234	
Máquinas e ferramentas	1 195 964	-	-	-	1 195 964	
Equipamento informático	7 922 232	936 500	-	1 974 811	10 833 543	
Instalações interiores	2 742 713	-	-	-	2 742 713	
Equipamento de transporte	549 422	-	(49 408)	-	500 014	
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	
Outras imobilizações corpóreas	104 579	10 363	-	-	114 942	
Património artístico	657 013	-	-	-	657 013	
Imobilizações em curso	852 578	220 909	-	-	1 073 487	
	25 724 253	1 182 986	(49 408)	18 079	26 875 910	
Amortizações Acumuladas						
Equipamento administrativo	(10 946 183)	(234 554)	-	1 565 086	(9 615 661)	
Máquinas e ferramentas	(1 121 774)	(21 785)	-	-	(1 143 559)	
Equipamento informático	(6 552 226)	(1 132 416)	-	(1 583 165)	(9 267 807)	
Instalações interiores	(2 551 867)	(117 720)	-	-	(2 669 587)	
Equipamento de transporte	(497 760)	(61 234)	49 408	-	(509 588)	
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	
Outras imobilizações corpóreas	(54 641)	(1 965)	-	-	(56 606)	
	(21 724 461)	(1 569 674)	49 408	(18 079)	(23 262 806)	
Total	3 999 792	(386 688)	-	-	3 613 104	

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de inventários refere-se a terrenos e edifícios detidos pelo Grupo no âmbito da atividade imobiliária das subsidiárias Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A. e Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior.




11. Ativos Intangíveis

A rubrica de ativos intangíveis e os respetivos movimentos ocorridos no exercício é analisada como segue:

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro	Euros
Activos Fixos Intangíveis						
Software	4 769 433	-	-	-	4 769 433	
Outros activos intangíveis	5 164 668	3 169	-	-	5 167 835	
Activos intangíveis em curso	7 028 675	1 080 112	-	-	8 108 787	
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	7 109 223	-	-	-	7 109 223	
	24 071 997	1 083 281	-	-	25 155 278	
Amortizações Acumuladas						
Software	(1 988 223)	(649 741)	-	-	(2 637 964)	
Outros activos intangíveis	(2 902 832)	(711 504)	-	-	(3 614 336)	
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	(638 591)	(440 072)	-	-	(1 078 663)	
	(5 529 646)	(1 801 317)	-	-	(7 330 963)	
Total	18 542 351	(718 036)	-	-	17 824 315	

Decorrente da aplicação da IFRS, a Montepio Seguros adquiriu através da Lusitania Vida à Finibanco Vida, uma carteira de seguros de vida associados ao crédito à habitação que foi avaliado em 26 de dezembro de 2016 por Euros 7.100.000. Este ativo foi registado como ativo intangível e foi registado pelo seu custo de aquisição estando sujeito a amortizações anuais em linha com os benefícios económicos futuros que originaram o custo de aquisição. Desta forma, anualmente está sujeito a um teste de imparidade.

O Grupo amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados. O valor remanescente do valor da carteira Finibanco Vida será amortizado como segue:

	Saldo em 1 Janeiro	Amortizações	Euros
Ano			
2019		576 735	
2020		549 572	
2021		520 360	
2022		488 656	
2023		453 195	
De 2024 a 2031		2 395 896	
De 2032 a 2041		943 292	
De 2042 a 2046		101 387	
Total		6 029 093	

12. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

A rubrica Devedores por operações de seguro direto deixou de incluir o montante referente a receita processada antecipadamente e cuja regularização financeira já ocorreu (ver nota 14).

Os movimentos ocorridos no exercício relativamente a perdas por imparidade, são como segue:

	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento/Red.	Utilização	Saldo Final
Devedores por operações de seguro directo	4 113 729	142 672	284 570	3 971 831
Devedores por operações de resseguro	778 588	(69 105)	-	709 483
Devedores por outras operações	3 462 724	(2 202 992)	-	1 259 732
Total	8 355 041	(2 129 425)	284 570	5 941 046

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização. Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como objetivo fazer face a perdas resultantes da não cobrança destes ativos.

Inclui ainda os montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica devedores por operações de seguro direto inclui os reembolsos de sinistros e são analisados como segue:

Reembolsos	Euros	
	2018	2017
- Em aberto com menos de 1 ano	2 652 822	2 139 135
- Em aberto com mais de 1 ano	1 202 637	1 073 759
Total	3 855 459	3 212 894

O valor dos prémios associados a contratos com garantias suspensas pode ser analisado como segue:

	Euros	
	2018	2017
Prémios em Suspensão	2 232 677	2 029 330
Total	2 232 677	2 029 330

13. Outros credores por operações de seguro direto e outras operações

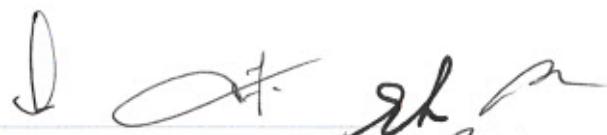
Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica Credores por operações de seguro direto inclui o montante de Euros 3.145.874 (2017: Euros 5.186.974), relativo a valores a pagar a mediadores.

14. Acréscimos e diferimentos - Passivo

Indicação por natureza de acréscimo e diferimento, dos montantes reconhecidos no passivo:

	Euros	
	2018	2017
Receita processada antecipadamente	189 384	-
Outros acréscimos e diferimentos	5 968 536	5 427 631
Total	6 157 920	5 427 631

80



15. Provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas de outras provisões são analisados como segue:

	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento/Red.	Utilização	Saldo Final
Outras provisões	3 311 282	(53 165)	(739)	3 257 378
Total	3 311 282	(53 165)	(739)	3 257 378

A rubrica outras provisões inclui o montante de Euros 1.708.776 (2017: Euros 1.708.776) para contingências fiscais, e referente à imputação da cobrança de imposto de selo sobre as comissões pagas à entidade gestora por todos os Fundos de Pensões geridos.

As outras provisões incluem ainda uma provisão para garantia a clientes no âmbito da gestão de fundos de pensões no montante de Euros 1.162.835 (2017: Euros 1.216.000).

16. Imposto sobre o rendimento

Os ativos e passivos por impostos diferidos são analisados como segue:

	MS SGPS					
	Activo		Passivo		Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Instrumentos financeiros	1 409 513	1 154 603	3 422 192	6 753 096	(2 012 679)	(5 598 493)
Provisões	484 084	1 324 136	-	-	484 084	1 324 136
Benefícios a empregados	-	138 648	-	-	-	138 648
Prejuízos fiscais reportáveis	11 353 345	13 021 568	-	-	11 353 345	13 021 568
Outros	-	53 950	(45 206)	391 812	45 206	(337 862)
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	13 246 942	15 692 905	3 376 986	7 144 908	9 869 956	8 547 997
Compensação entre impostos diferidos activos e passivos			(265 720)		(265 720)	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	13 246 942	15 427 185	3 376 986	6 879 188	9 869 956	8 547 997

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto. O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2017 foi apurado pelo Grupo com base na taxa nominal de IRC (21%), acrescida da Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (3% taxa média), que se estima estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do balanço. No que respeita aos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais, a taxa utilizada é apenas a taxa nominal de IRC (21%).

Os impostos diferidos ativos associados a reporte de prejuízos fiscais por ano de caducidade são analisados como segue:

Montepio Seguros SGPS - Consolidado		
	Euros	
Ano de caducidade	2018	2017
2017	-	-
2018	-	-
2022	3 011 226	3 283 288
2026	1 560 280	1 560 280
2027	5 271 195	6 646 658
2028	1 510 644	1 531 342
Total	11 353 345	13 021 568

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, ficando, porém, prejudicada a dedução de parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução. Em 2018, estima-se que se venha a deduzir o montante de 888 mil euros referente ao reporte de prejuízo fiscal.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está suportada nos *businesses plans* das Subsidiárias para o período de 5 anos a findar em 2022. Nessa base, o Grupo desreconheceu parte dos ativos por impostos diferidos associados aos prejuízos de 2015, no montante de Euros 1.375.463, dado o seu período de caducidade e o facto de os mesmos não se revelarem recuperáveis tendo em consideração os referidos *businesses plans*. Do mesmo modo, foram desreconhecidos os ativos por impostos diferidos referentes às diferenças temporárias no valor de Euros 2.596.535. Os pressupostos utilizados foram os seguintes:

- (i) Taxa de desconto: 10,32%;
- (ii) Taxa de crescimento na perpetuidade: 1,75%; e,
- (iii) Taxa de crescimento dos dividendos ao nível da taxa de inflação: 1,75%.

Na sequência da aquisição da Real Seguros em 2009, o Grupo remeteu um pedido à Autoridade Tributária solicitando a autorização para a dedução integral dos prejuízos reportáveis da Real Seguros. Em resposta a este pedido, a Autoridade Tributária estipulou um plano de dedução dos prejuízos fiscais que limitava a sua dedução a 1,29% dos lucros tributáveis do Grupo. Nesta base, existia um ativo contingente não reconhecido nas demonstrações financeiras no montante de Euros 11,2 milhões referente a prejuízos fiscais da Real Seguros. Este ativo contingente encontrava-se reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, tendo sido anulado por contrapartida de resultados transitados.

O Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de novembro, aprovou um regime excepcional de regularização de dívidas de natureza fiscal e de dívidas de natureza contributiva à Segurança Social (PERES). A adesão a este regime mediante o pagamento integral das dívidas permite, entre outros benefícios, a dispensa de pagamentos dos juros compensatórios e dos juros de mora. Por outro lado, encontra-se salvaguardado que a adesão a este regime não implica, juridicamente, a aceitação da legalidade fiscal da matéria de direito em litígio, nem prejudica a manutenção do contencioso fiscal, o qual seguirá o curso normal. Após análise detalhada, o Grupo optou por aderir a este regime excepcional, mediante um pagamento total de cerca de Euros 3,9 milhões, o qual implicou uma redução das contingências fiscais no mesmo montante.

Em dezembro de 2016, o Grupo, no âmbito do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), ao aderir a este programa, procedeu ao pagamento do montante total dos processos em execução fiscal à data, valor que ascendeu a Euros 3,9 milhões.

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício e nas reservas pode ser analisado como segue:

	2018		2017	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	(2 483 646)	6 146 470	(180 550)	(5 095 899)
Provisões	(828 090)	(11 962)	(394 559)	(50 787)
Benefícios de empregados	(38 466)	(100 182)	(9 617)	(25 046)
Prejuízos fiscais reportáveis	(1 668 223)	-	946 999	-
Outros	379 753	-	503 951	-
Imposto diferido	(4 638 672)	6 034 326	866 224	(5 171 732)
Impostos correntes	(2 432 644)	(72 328)	(1 757 680)	(64 034)
Total do imposto reconhecido	(7 071 316)	5 961 998	(891 456)	(5 235 766)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Euros			
	2018		2017	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		8 173 817		(10 449 928)
Taxa de imposto	21,0		21,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		(1 716 501)		2 194 485
Eliminação da dupla tributação - dividendos		100 092		111 977
Menos valias contabilísticas de ações		(10 708)		(27 058)
Tributações autónomas e outros impostos		(293 869)		(410 885)
Imparidades				
Prejuízos fiscais não utilizados		(4 389 342)		(2 345 206)
Provisões e amortizações não aceites fiscalmente		(98 690)		(19 828)
Correcção de imposto de exercícios anteriores		(247)		(54 005)
Outros		(662 051)		(340 936)
Imposto sobre o rendimento do exercício		(7 071 316)		(891 456)

Os ativos e passivos por impostos correntes e taxas são analisados como segue:

	Euros			
	2018		2017	
	Activos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes	Activos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes
IRC - Impostos A recuperar/(A Pagar)	960 422	(1 028 991)	676 343	(581 816)
IRS - Retenções na Fonte	8 130	(860 003)	13 933	(681 729)
IVA - A recuperar/(A Pagar)	-	(14 560)	-	(13 600)
Imposto de Selo	-	(1 567 231)	-	(1 391 158)
SNBPC	-	(454 249)	-	(406 575)
INEM	-	(447 328)	-	(430 982)
ASF	-	(15 189)	-	(244 047)
FAT	98 515	(8 768 266)	-	(8 170 983)
FGA	39 574	(114 929)	-	(337 763)
Outros Impostos e Taxas	-	(189 977)	-	(157 117)
Segurança Social	387 897	(675 213)	278 402	(634 640)
Tributos Autarquias Locais	-	(48 926)	-	(48 926)
Total	1 494 538	(14 184 862)	968 678	(13 099 336)



17. Prémios de contratos de seguro (seguro direto e resseguro aceite)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a atividade da Grupo pode ser analisada como segue:

Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	2018			Euros
			Custos com sinistros brutos	Custos com exploração brutos	Saldos de resseguro	
SEGURADO DIRECTO E RESSEGURADO ACEITE						
VIDA	40 309 777	40 309 777	31 321 231	8 782 753	(1 032 824)	
ACIDENTES E DOENÇA	78 223 885	78 408 152	62 714 400	17 995 258	(1 414 977)	
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	43 793 471	44 309 590	34 387 236	12 122 469	3 421 568	
AUTOMÓVEL						
- RESPONSABILIDADE CIVIL	56 124 056	56 137 608	53 156 459	11 221 978	(1 082 068)	
- OUTRAS COBERTURAS	28 254 721	28 300 851	12 724 425	11 124 638	(4 661 097)	
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4 168 172	4 107 648	1 268 965	1 268 629	(824 535)	
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4 988 930	4 908 978	(436 452)	1 571 564	(1 092 447)	
CRÉDITO E CAUÇÃO	172 147	169 383	304 869	27 907	228 858	
PROTECÇÃO JURÍDICA	1 517 490	1 537 733	40 297	307 128	(6 936)	
ASSISTÊNCIA	1 866 282	1 823 123	61 385	417 631	(1 286 255)	
DIVERSOS	174 609	182 698	82 845	50 801	(85 170)	
TOTAL	257 593 540	258 185 541	195 625 760	64 890 756	(7 835 883)	
Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	2017			Euros
			Custos com sinistros brutos	Custos com exploração brutos	Saldos de resseguro	
SEGURADO DIRECTO E RESSEGURADO ACEITE						
VIDA	32 126 908	32 126 908	23 818 809	8 606 411	(723 108)	
ACIDENTES E DOENÇA	65 603 681	65 928 824	61 104 950	17 039 375	(1 376 942)	
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	45 299 251	44 100 660	96 077 173	12 948 250	62 085 242	
AUTOMÓVEL						
- RESPONSABILIDADE CIVIL	52 779 751	52 635 151	46 401 630	19 040 787	(3 001 660)	
- OUTRAS COBERTURAS	26 768 157	26 267 464	10 971 754	3 478 549	(3 355 025)	
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4 186 055	4 145 283	511 173	1 213 585	(794 726)	
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4 350 485	4 402 015	967 946	1 382 185	(899 225)	
CRÉDITO E CAUÇÃO	115 081	129 918	(380 950)	29 488	(282 382)	
PROTECÇÃO JURÍDICA	1 531 330	1 524 277	69 049	314 856	(33 028)	
ASSISTÊNCIA	1 879 898	1 877 821	81 147	415 840	(261 005)	
DIVERSOS	182 430	198 383	131 267	46 241	3 383	
TOTAL	234 823 027	233 334 684	239 751 948	64 515 567	51 361 523	

18. Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 1.858.208 (2017: Euros 1.722.099).

19. Rendimentos / réditos de investimentos e gastos financeiros

Os rendimentos de investimentos são apresentados como segue:

	2018	2017	Euros
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7 094	227 263	
Activos financeiros disponíveis para venda	18 935 937	17 238 140	
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	4 587 153	
Depósitos à ordem e a prazo	99 615	157 493	
Outros	4 184 113	741 637	
Total	23 226 759	22 951 686	

Na rubrica Gastos financeiros estão registados na sua maioria os custos imputados à função investimentos (ver nota 22).

20. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação e reajustamentos, por categoria de investimento, podem ser analisados como segue:

	Euros	
	2018	2017
Ativos disponíveis para venda	10 037 600	2 295 736
Investimentos a deter até à maturidade	2 017	-
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(9 775 979)	(11 462 852)
Activos Financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através de resultados	(1 608 283)	(307 391)
Outros	112 025	-
Total	(1 232 620)	(9 474 507)

21. Custos de financiamento

Durante o exercício de 2018, o Grupo registou custos de financiamento no valor de Euros 2.341.544 (2017: Euros 1.275.258), nomeadamente os custos associados às obrigações subordinadas de prazo indeterminado.

22. Gastos diversos por função e natureza

Os custos imputados às funções são analisados como segue:

	2018		2017		Euros	
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Custos com sinistros	12 371 445	-	12 371 445	13 192 633	-	13 192 633
Custos de aquisição	19 685 375	-	19 685 375	20 115 217	-	20 115 217
Custos administrativos	14 458 458	-	14 458 458	14 335 837	-	14 335 837
Custos gestão dos investimentos	2 771 542	119 257	2 890 799	2 184 406	251 535	2 435 941
Outros custos não imputados	-	4 587 510	4 587 510	-	6 204 747	6 204 747
Total	49 286 820	4 706 787	53 993 587	49 828 093	6 456 282	56 284 375

Os gastos por natureza são apresentados como segue:

	Euros	
	2018	2017
Gastos com Pessoal	26 757 820	27 249 090
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	7 214 788	8 025 947
Rendas e Alugueres	4 032 993	4 159 496
Comunicações	1 721 735	1 748 010
Conservação e Reparação	839 307	866 305
Publicidade e Propaganda	1 472 216	1 417 914
Deslocações, estadas e despesas de representação	239 562	288 281
Impressos	17 949	14 121
Material de escritório	36 656	39 092
Quotizações	196 878	326 737
Custos com cobrança de prémios	386 582	370 639
Seguros	183 942	31 952
Contencioso e Notariado	53 010	90 614
Eletricidade	311 946	359 809
Limpeza, higiene e conforto	300 486	277 268
Vigilância e segurança	227 065	218 442
Outros	1 045 489	1 306 230
	18 280 604	19 540 857
Impostos e taxas	2 125 353	2 841 938
Amortizações do exercício:		
Activos Intangíveis	1 801 317	2 046 495
Activos tangíveis:		
Terrenos e Edifícios de uso próprio	1 081 183	1 080 965
Outros activos tangíveis	1 569 674	1 610 989
	4 452 174	4 738 449
Juros Suportados	1 833 580	1 401 430
Comissões	544 056	512 611
Total	53 993 587	56 284 375

23. Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo tinha o seguinte número de colaboradores pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria	2018	2017
Diretor	30	28
Gestor Técnico	36	38
Gestor Operacional	23	22
Gestor Comercial	9	12
Técnico	114	108
Coordenador Operacional	77	81
Especialista Operacional	274	278
Auxiliar Geral	55	57
Estagiário	2	2
TOTAL	620	626

Os custos com pessoal são analisados como segue:

	Euros	
	2018	2017
Remunerações		
- dos órgãos sociais	2 517 148	2 508 844
- do pessoal	17 380 200	17 054 053
Encargos sobre remunerações	4 553 363	4 616 003
Benefícios pós-emprego	-	
- Planos de contribuição definida	285 004	307 555
- Planos de benefícios definidos	259 506	190 224
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	32 333	10 793
Benefícios de cessação de emprego	282 613	1 174 212
Seguros obrigatórios	572 613	529 586
Gastos de acção social	599 155	407 294
Outros gastos com pessoal	275 885	450 526
Total	26 757 820	27 249 090

24. Obrigações com benefícios dos empregados

Conforme referido nas políticas contabilísticas, o Grupo assumiu o compromisso de conceder pensões de reforma e invalidez a todos os seus trabalhadores, nos termos (i) do plano de pensões estabelecido no CCT para o setor segurador, (ii) do plano de pensões estabelecido para os membros do Conselho de Administração das subsidiárias do setor segurador e, (iii) plano de pensões estabelecido para os trabalhadores da Futuro.

Em resultado da alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Lusitania, e para os participantes do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, que aderiram ao novo CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados naquela data, foi convertido num plano de contribuição definida única, que integra atualmente o referido Fundo.

Relativamente a este valor, foi concedida garantia de capital pela entidade gestora do Fundo de Pensões Lusitania. As responsabilidades do Grupo relativas ao plano de benefícios dos Administradores e Pensionistas estão financiadas através de fundos de pensões.

Os principais pressupostos considerados no cálculo do valor atual das responsabilidades, para 31 de dezembro de 2018 e 2017, são os seguintes:

Pressupostos Demográficos	2018	2017
Tábua de Mortalidade	TV 88/90 / GKF 95	TV 88/90 / GKF 80
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	ver Quadro 1	ver Quadro 1

Pressupostos Financeiros	2018	2017
Taxa Técnica de Desconto	1,60% - 2,20%	1,5% - 2%
Taxa de Rendimento do Fundo	1,60% - 2,20%	1,5% - 2%
Taxa de Crescimento Salarial	2,00%	2,00%
Taxa de Revalorização Salarial (Seg. Social)	0%	2,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,00% - 2,00%	1% - 1,25%

Quadro 1

Desde	Até	Idade Normal de Reforma	
		31/01/1959	66
01/02/1959	31/01/1970	67	
01/02/1970	31/01/1981	68	
01/02/1981	31/01/1992	69	
01/02/1992		70	

Os pressupostos acima referidos são determinados para cada entidade incluída no perímetro do Grupo. A média das responsabilidades ascende a 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios definidos é analisado como segue:

	MS SGPS	
	2018	2017
Ativos	70	79
Reformados	70	72
TOTAL	140	151

Os ativos e responsabilidades reconhecidos em balanço são analisados como segue:

	Euros	
	2018	2017
Ativos / (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	(2 282 786)	(2 519 610)
Activos	(4 105 340)	(6 421 426)
	(6 388 126)	(8 941 036)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	5 938 155	7 911 368
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	(449 971)	(1 029 668)

No final de 2018 e de 2017, a evolução das responsabilidades é analisada como segue:

	Euros	
	2018	2017
Responsabilidades em 1 de Janeiro		
Custo do serviço corrente	8 941 036	9 172 915
Custo dos juros	166 847	165 068
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	148 200	148 608
Liquidação do benefício CCT	(321 413)	282 868
Benefícios pagos	(387 193)	(599 269)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	(2 050 345)	(237 809)
Pré-reformas	(109 006)	8 655
Responsabilidades em 31 de Dezembro	6 388 126	8 941 036

A evolução dos ativos dos fundos de pensões, que financiam planos de benefícios definidos, nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser analisada como segue:

	Euros	
	2018	2017
Saldo do fundo em 1 de Janeiro		
Rendimento esperado	7 911 368	7 642 599
Ganhos e (perdas) actuariais	133 878	126 702
Transferências	(293 709)	(22 697)
Contribuições	-	295 000
Benefícios pagos	236 963	107 573
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	5 938 155	7 911 368

Os ganhos e perdas atuariais em 2018 e 2017 são apresentados como segue:

	Euros	
	2018	2017
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de Janeiro	(1 768 219)	(1 462 654)
Ganhos e (perdas) atuariais		
. nas responsabilidades	321 413	(282 868)
. nos ativos do plano	(293 709)	(22 697)
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	(1 740 515)	(1 768 219)

Os ativos e passivos líquidos são analisados como segue:

	Euros	
	2018	2017
Ativos/ (Passivos) a receber ou entregar em 1 de Janeiro	(1 029 668)	(1 530 316)
Ganhos e (perdas) atuariais das responsabilidades	321 413	(282 868)
Ganhos e (perdas) atuariais dos fundos	(293 709)	(22 697)
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	(166 847)	(165 068)
- Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(14 322)	(21 906)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	109 006	(8 655)
Liquidação do benefício do CCT	387 193	599 269
Contribuições	236 963	107 573
Pré-reformas	-	295 000
Ativos/ (Passivos) a receber ou entregar em 31 de Dezembro	(449 971)	(1 029 668)

O custo do exercício com benefícios pós emprego pode ser analisado como segue:

	Euros	
	2018	2017
Custo do serviço corrente	166 847	165 068
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	14 322	21 906
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	(109 006)	8 655
Pré-reformas	-	(295 000)
Custos do exercício	72 163	(99 371)

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	Euros	
	2018	2017
Acções e outros títulos de rendimento variável	1 361 146	1 343 046
Títulos de rendimento fixo	5 879 516	6 257 773
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	545 613	2 258 089
7 786 275	9 858 908	

Os ativos dos fundos de pensões acima evidenciados incluem uma quota-parte relativa ao plano de contribuição definida da Lusitania que ascende a Euros 1.848.117 (2017: Euros 1.947.538).

De referir que a composição da carteira de investimentos do fundo não inclui ativos do Grupo.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto da IAS 19, com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é a seguinte:

	2018		2017		Euros
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros		Impacto das alterações dos pressupostos financeiros		
	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+0,25%	
	Euros	Euros	Euros	Euros	
Taxa de desconto	45 666	(44 057)	117 832	(112 692)	
Taxa de crescimento dos salários	(12 163)	12 815	(15 140)	16 056	
Taxa de crescimento das pensões	(36 483)	37 472	(94 513)	97 954	
Taxa de crescimento das pensões da segurança social	5 069	(5 070)	4 272	(4 282)	
<hr/>					
	Impacto das alterações de pressupostos demográficos		Impacto das alterações de pressupostos demográficos		
	-1 ano	+1 ano	-1 ano	+1 ano	
	Euros	Euros	Euros	Euros	

Plano Individual de Reforma (PIR)

Foi constituído junto da Lusitania Vida uma apólice seguro de grupo, denominada Plano Individual de Reforma, para garantir o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012. No exercício de 2018, o montante das contribuições efetuadas ascendeu a Euros 246.650 (2017: Euros 307.555).

O valor da quota-parte do Fundo de Pensões Lusitania relativa ao Plano de Contribuição Definida, ascende a Euros 1.848.117, e inclui, com referência a 31 de dezembro de 2018, 343 participantes ativos.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Face a esta nova realidade, e para salvaguardar a reposição dos benefícios o Grupo procedeu ao reconhecimento desta responsabilidade.

25. Outros rendimentos e gastos técnicos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os outros rendimentos e gastos técnicos são analisados como segue:

	Euros	
	2018	2017
Reavaliação de imóveis de rendimento	376 920	40 443
Outros rendimentos / gastos técnicos	65 624	(35 770)
Total	442 544	4 673




26. Outros rendimentos e gastos não técnicos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os outros rendimentos e gastos não técnicos são analisados como segue:

	Euros	
	2018	2017
Ofertas a Clientes	(221 560)	(251 084)
Despesas confidenciais	(5 275)	(5 323)
Valia por alienação de activos tangíveis	-	15 200
Prestação de serviços da actividade de fundos de pensões	7 534 943	9 125 168
Outros rendimentos/gastos	(3 845 331)	(6 415 083)
Total	3 462 777	2 468 878

27. Capital

Em 27 de dezembro de 2013, a Montepio Seguros foi constituída com o capital social de Euros 72.500.000 representado por 72.500.000 ações de valor nominal de 1 euro cada. O capital social foi realizado em espécie e em dinheiro no montante de Euros 72.499.996 e Euros 4, respetivamente.

Na mesma data, foi efetuado um aumento de capital no montante de Euros 65.250.000 representado por 65.250.000 ações de valor nominal de 1 euros cada. O capital social foi realizado, integralmente, em espécie.

O capital da Montepio Seguros, S.G.P.S. S.A., de Euros 137.750.000, representado por 137.750.000 ações de valor nominal Euros 1 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Os acionistas da Montepio Seguros são como segue:

ACIONISTA	Quant. Acções	Capital Subscrição	Quant. Votos	% CAPITAL
Montepio Geral - Associação Mutualista	123.349.998	123.349.998	123.349.998	89,6
Lusitania, Companhia de Seguros, SA	11.500.001	11.500.001	11.500.001	8,3
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA	2.900.001	2.900.001	2.900.001	2,1

Em 30 de dezembro de 2015, o MGAM adquiriu à CEMG 33,65% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 65.100.000, que inclui Euros 18.750.000 de prestações acessórias anteriormente efetuadas pela CEMG a esta entidade.

Em 28 de Dezembro de 2016, o MGAM adquiriu à Futuro, 3,26% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 1.489.824.

Outros instrumentos de capital

Em 31 de dezembro de 2014, os outros instrumentos de capital são relativos a prestações acessórias concedidas pelos Acionistas MGAM e CEMG, nos montantes de Euros 61.750.001 e Euros 18.750.000, respetivamente.

Em 11 de Setembro de 2015, o MGAM concedeu prestações suplementares de capital de natureza pecuniária à Montepio Seguros, no montante de Euros 55.000.000.

Como atrás referido, em 30 de dezembro de 2015, as prestações acessórias anteriormente efetuadas pela CEMG passaram para o MGAM.

Em 2018, decorreu um reforço de prestações acessórias sob a forma de prestações suplementares de capital na Montepio Seguros, concedidas pelo MGAM, no montante de 20 milhões de euros em maio e de 15 milhões de euros em dezembro.

28. Reservas

a) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A reserva de reavaliação é analisada como segue:

	2018	2017	Euros
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (incluindo juro corrido)	881 154 001	869 687 406	
Imparidade	(9 581 781)	(8 591 971)	
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	871 572 220	861 095 435	
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	896 146 848	706 741 268	
Reserva de justo valor de investimentos disponíveis para venda	24 574 428	45 645 833	
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	-	(3 426 103)	
Reserva de justo valor	24 574 428	42 219 730	
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	(10 309 913)	(9 434 855)	
Impostos diferidos e correntes	(2 264 247)	(8 489 831)	
Reserva de revalorização de outros ativos	15 330	(137 795)	
Reserva de reavaliação (líquida de impostos)	12 015 598	24 147 249	
Reserva de reavaliação de interesses que não controlam (líquida de impostos)	(86 569)	(105 741)	
Reserva de reavaliação atribuível (líquida de impostos)	12 102 167	24 252 990	

b) Reservas por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de impostos resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos nas políticas contabilísticas. Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a ativos financeiros afetos a carteiras com participação nos resultados discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas variações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva.

c) Outras Reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas, as quais resultam de resultados apropriados, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas.

29. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

	2018	2017	Euros
Resultado líquido atribuível aos accionistas (euros)	976 553	-11 190 826	
Número médio ponderado das ações em circulação (unidades)	137 750 000	137 750 000	
Resultado por ação atribuível aos accionistas (euros)	0,01	-0,08	

30. Transações entre partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Montepio Seguros as (i) empresas subsidiárias; (ii) as empresas subsidiárias e associadas da Montepio Geral Associação Mutualista; (iii) os membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão; e, (iv) fundo de pensões. São considerados elementos chave de gestão os diretores de primeira linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

Em 28 de Dezembro de 2016, o Montepio Geral – Associação Mutualista adquiriu à Futuro, 3,26% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 1.489.824.

Em 31 de dezembro de 2018, a Caixa Económica Montepio Geral detém um empréstimo obrigacionista subordinado com o valor nominal de Euros 2.500.000, emitido pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2018, o Montepio Geral – Associação Mutualista detém empréstimos obrigacionistas subordinados com o valor nominal de Euros 48.500.000.

Em 2018, decorreu um reforço de prestações acessórias sob a forma de prestações suplementares de capital na Montepio Seguros, concedidas pelo MGAM, no montante de 20 milhões de euros em maio e de 15 milhões de euros em dezembro.

No final de 2018 a Lusitania Vida reembolsou na totalidade um empréstimo obrigacionista subordinado, subscrito pelo Montepio Geral - Associação Mutualista no valor de 5 milhões de euros.

As operações financeiras e económicas entre as partes relacionadas podem ser analisadas como segue:

	2018	Euros				
		Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	21 173 737	-	-	-	-	21 173 737
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-	842 602	17 451	880 053	-
Empréstimos e contas a receber	10 816 690	-	-	2 944	10 819 634	-
Outros devedores	-	-	-	7 633	7 633	-
Total do Activo	31 990 427	-	842 602	28 028	32 861 057	
Passivos subordinados	2 500 000	31 000 000	-	-	-	33 500 000
Outros credores	4 976 626	-	-	233 698	5 210 326	-
Total do Passivo	7 476 626	31 000 000	-	233 698	38 710 326	
Rendimentos e outros proveitos	4 481 651	166 000	78 000	34 080	4 759 731	-
Custos aquisição	-	-	-	-	-	-
Outros custos	6 711 236	1 516 857	34 000	1 484 065	9 756 158	-
Total de Ganhos e Perdas	(2 229 585)	(1 350 857)	44 000	(1 459 985)	(4 996 427)	

80

	2017	Euros				
		Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	5.365.179	-	-	-	-	5.365.179
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor						
até à data de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Activos disponíveis para venda	34.086.394	-	842.602	17.451	34.946.447	
Empréstimos e contas a receber	11.235.519	-	-	-	11.235.519	
Outros devedores	-	-	-	-	-	
Total do Activo	50.687.092	-	842.602	17.451	51.547.145	
Passivos subordinados	2.500.000	21.009.013	-	-	23.509.013	
Outros credores	1.536.379	-	-	1.207.116	2.743.495	
Total do Passivo	4.036.379	21.009.013	-	1.207.116	26.252.508	
Rendimentos e outros proveitos	6.814.624	163.000	-	-	6.977.624	
Custos aquisição	9.025.635	-	39.000	-	9.064.635	
Outros custos	2.048.522	1.151.442	-	3.297.812	6.497.776	
Total de Ganhos e Perdas	(4.259.533)	(988.442)	(39.000)	(3.297.812)	(8.584.787)	

Os Órgãos Sociais da Montepio Seguros SGPS, SA, com responsabilidades de gestão não auferem de qualquer tipo de remuneração. As remunerações e encargos do Conselho de Administração e outro pessoal chave da gestão referem-se a retribuições pagas pelas empresas participadas e são analisadas como segue:

	Euros		
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 512 035	27 120	1 539 155
Total	1 512 035	27 120	1 539 155

Os honorários faturados ao Grupo pelo Revisor Oficial de Contas são detalhados como segue:

	Euros	
	2018	2017
Revisão Legal das Contas	239 150	223 275
Outros Serviços de garantia de fiabilidade	27 000	25 000
Auditória aos fundos de pensões geridos pelo Grupo	79 764	73 958
Total	345 914	322 233

31. Compromissos

Durante o ano de 2018, os montantes registados relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, foram os seguintes:

Contratos de locação operacional	2018	2017	Euros
Valor dos contratos reconhecidos	756 377	847 510	
Obrigações futuras até 1 ano	363 726	500 077	
Obrigações futuras de 1 - 5 anos	295 758	267 760	

O Grupo registou ainda durante o ano de 2018, montantes relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de equipamento informático, como segue:

Contratos de locação operacional	2018	2017	Euros
Valor dos contratos reconhecidos	389 817	121 036	
Obrigações futuras até 1 ano	115 673	94 533	
Obrigações futuras de 1 - 5 anos	274 144	26 503	

As responsabilidades com créditos em regime de factoring ascendem em 2018 a Euros 85.716 (2017: Euros 89.000).

32. Passivos contingentes

As responsabilidades com garantias bancárias ativas em 2018 ascendiam a Euros 5.559 de processos de sinistros (incluídos nas provisões para sinistros, avaliadas pelo atuário responsável), e Euros 45.600 para garantir o pontual cumprimento da participada Lusitania, na qualidade de arrendatária das obrigações decorrentes do contrato de arrendamento para fins não habitacionais celebrado em 8 de agosto de 2018.

Na sequência da aquisição da Real Seguros, o Grupo encontra-se a acompanhar e monitorar a evolução dos seguintes processos/passivos contingentes:

Processo SMN

A Real Seguros celebrou com o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados do Banco Efisa – Dinamização e Competitividade Empresarial (Fundo), um contrato através do qual o Fundo detinha uma opção de venda à Real Seguros de 8.073 ações da SMN – Serviços Médicos Noturnos, SA (SMN), exercível entre 31 de março de 2008 e 31 de maio de 2009, por um preço a ser determinado por uma entidade escolhida por mútuo acordo. Em função da inexistência de valor económico para a SMN, é convicção da Administração do Grupo que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para o Grupo.

Outras situações:

Processo da Autoridade da Concorrência

A Lusitania, é visada num processo por violação das regras de concorrência previstas na Lei n.º 19/2012 (artigo 9º) que está a ser investigado pela Autoridade da Concorrência. Nesse processo foi emitida, em 21 de agosto de 2018, uma Nota de Ilícito, à qual foi apresentada uma resposta de defesa no dia 26 de fevereiro. Este ilícito é sancionado por uma coima que pode atingir um limite abstrato máximo de 10% do volume de negócios da empresa infratora no exercício anterior ao do ano em que a decisão sancionadora é tomada. Consideramos que os factos que são apontados à Lusitania na Nota de Ilícito não têm a qualificação, e, por conseguinte, as consequências quanto à declaração de um ilícito, que são indicadas na mesma. A resposta da Lusitania à Nota de Ilícito questiona a interpretação feita pela Autoridade da Concorrência, visando obter o arquivamento do processo e consideramos que a Lusitania tem argumentos sólidos para obter tal resultado. A Nota de Ilícito não impede que, tendo em conta a resposta à mesma, a Autoridade da Concorrência venha a arquivar o processo.

No entanto, apesar da nossa convicção sobre a falta de fundamento da Nota de Ilícito, não nos é possível excluir a possibilidade de vir a ser proferida uma decisão condenatória. Em tal eventualidade haverá lugar a um recurso jurisdicional para o Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão e, da decisão deste, para o Tribunal da Relação de Lisboa, perante os quais a Lusitania terá de novo a possibilidade de invocar os seus argumentos.

Considerando a especificidade do processo, o número muito reduzido de decisões de aplicação de coimas que podem ser considerados relevantes para efeitos de previsão, bem como a falta de clareza e previsibilidade na prática da Autoridade da Concorrência que resulta dessas decisões e da interpretação das Linhas de Orientação aprovadas nesta matéria, não nos é possível efetuar com um mínimo grau de certeza uma estimativa fiável da coima que pudesse eventualmente vir a ser aplicada. Nesta situação, não estão reunidas as condições para a constituição de uma provisão para fazer face a uma eventual decisão condenatória.

Face ao exposto, existe o risco de a Entidade vir a ser condenada no âmbito deste processo por um montante com impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo, mas que a esta data não é possível estimar.

33. Fundos de pensões sob gestão do Grupo

O Grupo, através da Lusitania Vida e da Futuro, exerce a atividade de gestão de fundos de pensões. Os ativos sob gestão com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017 são analisados como segue:

	Euros	
	2018	2017
Fundos abertos	415 344 488	384 318 513
Fundos fechados	1 177 642 718	1 189 647 106
Total	1 592 987 206	1 573 965 619

34. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

35. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Montepio Seguros aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

b

A Montepio Seguros não teve impacto decorrentes da adoção desta norma, considerando que a maioria da sua atividade corresponde a contratos que se enquadram no âmbito do IFRS 4.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Montepio Seguros não teve qualquer impacto na adoção da presente interpretação.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- › Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações;
- › Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- › Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A Montepio Seguros não teve qualquer impacto na adoção das referidas alterações.

A Montepio Seguros decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma destas quantias reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de "detido até à maturidade", "disponível para venda" e "contas a receber e pagar".

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas" que substituirá o atual modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por "prova objetiva de imparidade"), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 foi aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021. Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Montepio Seguros optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar nº3/2008-R emitida pela ASF.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Montepio Seguros, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Montepio Seguros.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Montepio Seguros, encontra-se obrigado a aplicar a IFRS 16 - Locações, emitida pelo IASB a 13 de janeiro de 2016, para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A Montepio Seguros avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial da IFRS 16 irá ter nas suas Demonstrações Financeiras, tal como descrito a seguir. Os impactos decorrentes da adoção da IFRS 16, a 1 de janeiro de 2019 podem alterar-se dado que a Montepio Seguros ainda não finalizou o conjunto de testes e avaliação dos controlos sobre os novos sistemas de IT.

A IFRS 16 introduz um modelo contabilístico único para a classificação das locações na ótica do locatário. Um locatário reconhece um ativo sobre direito de uso, que representa o direito de usar o ativo subjacente, e um passivo de locação que representa a obrigação de efetuar os pagamentos de locação. Existem exceções no reconhecimento para locações de curto prazo e locações de valor reduzido. A política contabilística na ótica do locador permanece similar à preconizada na norma atual – ou seja, os locadores continuam a classificar as locações como financeiras ou operacionais.

A IFRS 16 revoga o atual *guidance* em sede de locações, incluindo a IAS 17 - Locações, a IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 - Locações Operacionais — Incentivos e a SIC 27 - Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

i. Locações nas quais a Montepio Seguros se apresenta como locatário

A **Montepio Seguros**, irá reconhecer os novos ativos e passivos para as suas locações operacionais de instalações. A natureza das despesas relacionadas com estas locações operacionais será alterada, uma vez que a IFRS 16 substitui despesas lineares de locações operacionais por depreciações para os ativos sob direito de uso e encargos com juros relativos aos passivos de locação.

Anteriormente, a Montepio Seguros, reconhecia as despesas de locação operacional linearmente durante a vigência do contrato de locação, e reconhecia ativos e passivos apenas na medida em que observava uma diferença no período de tempo entre os pagamentos de locação e o reconhecimento da despesa.

À data de 31 de dezembro de 2018, o valor mínimo dos pagamentos futuros de locação da Montepio Seguros sobre contratos de locação operacional não canceláveis corresponde a Euros 556,5 milhares, sobre uma base não descontada, em que a Montepio Seguros estima que reconhecerá como passivo de locação adicional.

ii. Locações nas quais a Montepio Seguros se apresenta como locador

Não são esperados impactos significativos para os contratos de locação nos quais a Montepio Seguros se apresente como locador. No entanto, no próximo ano irá ser exigido um conjunto de divulgações adicionais.

iii. Transição

A Montepio Seguros planeia aplicar a IFRS 16 inicialmente à data de 1 de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, sem a reexpressão de informação comparativa. A abordagem de transição utilizada permite eleger um conjunto de expedientes práticos para a não aplicação da IFRS 16, nomeadamente: i) Locação de curto prazo, contratos de locação com um período inferior a 12 meses (incluindo opções de renovação); e ii) Locação de baixo valor, contratos de locação cujo valor do ativo corresponda a \leq EUR 5.000.

A Montepio Seguros planeia aplicar o expediente prático referente à definição de contrato de locação na data de transição, ou seja, irá aplicar a IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019 e identificados como locação de acordo com a IAS 17 e IFRIC 4. Deste modo, para as locações anteriormente classificadas como locações operacionais no âmbito da IAS 17, o ativo sob direito de uso é mensurado por uma quantia igual ao passivo da locação, ajustada pela quantia de quaisquer pagamentos de locação prévios ou acrescidos relacionados com essa locação, reconhecidos na demonstração da posição financeira imediatamente antes da data de aplicação inicial. Assim, à data de 1 de janeiro de 2019 o impacto em resultados transitados será nulo.

A Montepio Seguros já efetuou uma avaliação inicial dos potenciais impactos nas suas demonstrações financeiras contudo, ainda não consolidou a sua avaliação de forma a aferir sobre o montante dos impactos a incorporar nas demonstrações financeiras. O impacto real de aplicar a IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial irá depender de condições económicas futuras, do desenvolvimento do portefólio de contratos de locação da Montepio Seguros, da avaliação da Montepio Seguros, nomeadamente, se este irá exercer alguma das opções de renovação, da amplitude que a Montepio Seguros escolha em termos de utilização dos expedientes práticos disponíveis e do reconhecimento das exceções.”

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa. Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado. IFIRC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

O Grupo não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Montepio Seguros

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

Outras alterações efetuadas pelo IASB cuja entrada em vigor se espera venha a ser em, ou após 1 de janeiro de 2019:

- Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (Alteração à IAS 28 emitida em 12 de outubro de 2017) clarificando a interação com a aplicação do modelo de imparidade previsto na IFRS 9;
- Alterações, cortes ou liquidações do plano (alterações à IAS 19, emitidas em 7 de fevereiro de 2018) onde é clarificado que na contabilização de alterações, cortes ou liquidações de um plano de benefícios definidos a empresa deve usar pressupostos atuariais atualizados para determinar os custos dos serviços passados e o juro líquido do período. O efeito do *asset ceiling* não é tomado em consideração para o cálculo do ganho ou perda na liquidação do plano e é tratado separadamente no outro rendimento integral (OCI);
- Alterações à definição de Negócio (alteração à IFRS 3, emitida em 22 de outubro de 2018);
- Alterações à definição de Materialidade (Alterações à IAS 1 e à IAS 8, emitidas em 31 de outubro de 2018).

A Montepio Seguros não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado

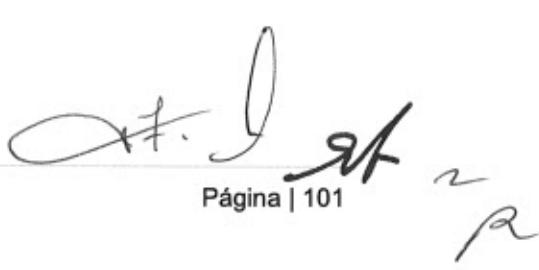
e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021.

A Montepio Seguros está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras.

Anexo I – Inventário de títulos e participações financeiras

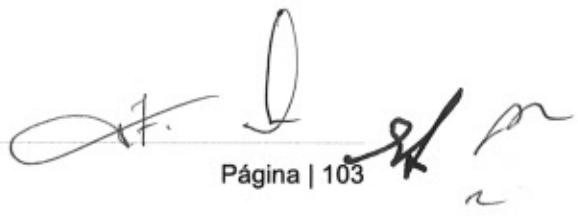
Identificação dos Títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor do Balanço						
Código	Designação						Unário	Total					
1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS													
1.1 - Nacionais													
520910022001	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo	51 465	-	100,00%	4,99	256 708	4,99	256 708					
11	Clinica Serviços Médicos Computerizados de Belém	Sub-total	51 465	-		256 708		256 708					
1.2 - Estrangeiros													
12	1.2.1 - Obrigações de empresas do grupo	Sub-total	-	-		-		256 708					
11+12		Total	51 465	-		256 708		256 708					
2 - OUTROS TÍTULOS													
2.1 - Nacionais													
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo													
2.1.1.1 - De dívida pública													
Consolidado 3%	Consolidado de 3%	-	136	100,00%	0,00%		164,80%	224					
Consolidado 4%	Consolidado de 4%	-	100	100,00%	0,00%		369,11%	369					
Obrigações Várias	Obrigações de várias entidades de valor reduzido	-	-	100,00%	0,00%		0,00%	235 513					
PTCON00E0005	CONSOLIDADO - 1943 (2,75%)	-	8 475	100,00%	49,00%	4 553	70,12%	5 942					
PTCON00E0005	CONSOLIDADO Centenários - 1940 (4%)	-	3 931	100,00%	57,04%	2 242	102,57%	4 031					
PTOTE50E0005	PGB 4,1 04/15/37	-	32 789 000	100,00%	102,56%	33 827 344	124,88%	40 880 649					
PTOTE50E0020	PGB 4,1 03/15/45	-	14 000 000	100,00%	117,41%	16 437 348	124,56%	17 438 720					
PTOTE50E0029	OT-4,8%-15.06.2020	-	26 825 360	100,00%	98,22%	24 203 154	108,91%	29 215 640					
PTOTEK0E0011	PGB 2 7/8 10/15/25	-	2 887 000	100,00%	98,81%	2 873 785	111,89%	3 234 337					
PTOTEM0E0027	PGB 4,75 06/14/19	-	4 100 000	100,00%	99,42%	4 076 161	103,90%	4 243 435					
PTOTEQ0E0015	OT 5,8 02/15/2024	-	19 000 000	100,00%	114,09%	21 877 389	130,19%	24 736 670					
PTOTER0E0014	PGB 3 7/8 02/15/30	-	5 000 000	100,00%	103,78%	5 038 898	122,31%	6 115 262					
PTOTES0E0013	PGB 2,00% 17/10/2022 - Tx. 2,20% (1º PAG JUROS 09/08/2015)	-	400 000	100,00%	101,78%	407 126	108,24%	407 126					
PTOTET0E0012	PGB 2 7/8 07/21/26	-	9 500 000	100,00%	99,17%	9 421 441	112,07%	10 846 366					
PTOTEV0E0018	PGB 2 7/8 10/17/28	-	4 000 000	100,00%	101,00%	4 040 070	104,03%	4 161 226					
PTOTEW0E0017	PGB 2 1/4 04/18/34	-	10 000 000	100,00%	98,12%	9 812 000	101,23%	10 123 325					
PTOTYE0E0097	PGB 3,85 04/15/21	-	16 000 000	100,00%	94,70%	15 151 705	111,83%	17 882 670					
PTPETU0M0018	PAPÚBLICA 3,75 07/05/2021	-	900 000	100,00%	107,45%	967 089	101,15%	991 314					
PTRAA00M0004	AZORES 1,85 08/21/25	-	2 625 000	100,00%	103,40%	2 714 375	103,30%	2 711 581					
		Sub-total	148 039 051			156 450 281		173 055 870					
2.1.1.2 - De emissoras públicas													
PTCPFS0M0001	CAMFER 5,7% 05/03/2030	-	2 200 000	100,00%	131,25%	2 887 441	132,88%	2 918 536					
PTCPGCDM0001	REFER 4,047 1/1/626	-	1 000 000	100,00%	118,52%	1 185 200	117,60%	1 176 039					
PTCPED0W0000	REFER 4 1/4 12/13/21	-	1 200 000	200,00%	111,76%	1 341 075	110,41%	1 324 837					
PTMLTLC0M0006	METLIS 4,799 12/07/27	-	2 000 000	100,00%	123,42%	2 468 400	123,78%	2 475 511					
PTSRH0A0E0026	SPRHIS 3 04/27/19	-	2 700 000	100,00%	102,56%	2 769 934	101,46%	2 730 420					
		Sub-total	9 100 000			10 851 118		10 634 444					
2.1.1.3 - De outros emissores													
PTBCPFD0M0034	BCPFL 4,5 12/07/27	-	5 000 000	100,00%	100,95%	5 047 720	92,34%	4 611 845					
PTBNJ0M0003	CELBI 0 07/14/27	-	3 000 000	100,00%	100,31%	3 009 360	99,34%	2 977 069					
PTBPCDM0003	BIALFL 0 10/24/23	-	900 000	100,00%	103,09%	900 842	98,93%	890 394					
PTBSB0E0012	BRCORD 0 7/6 04/01/2	-	3 000 000	100,00%	105,72%	3 021 471	110,81%	3 324 357					
PTCPIAGDM0002	CAMFER 4,17 10/18/19	-	9 300 000	100,00%	98,84%	9 192 100	103,57%	9 632 093					
PTCQY0M0001	CXGDF 4 1/4 01/37/20	-	5 500 000	100,00%	98,06%	5 449 495	101,52%	5 095 657					
PTCQGDM00037	CXGDF 5 3/4 06/24/28	-	3 000 000	100,00%	99,73%	2 391 909	104,10%	3 122 514					
PTCPEHDM0008	REFER 5 7/8 02/16/19	-	1 000 000	100,00%	102,71%	1 027 100	105,81%	1 056 113					
PTCPEJ0M0034	REFER 4,678 10/18/24	-	8 000 000	100,00%	101,13%	8 510 158	121,48%	9 716 594					
PTEDPUDM0024	EDPFL 5 3/8 09/16/75	-	2 600 000	100,00%	103,41%	2 666 700	108,97%	2 833 156					
PTGAL0E0000	GALPFL 4 1/6 01/25/21	-	7 000 000	100,00%	100,24%	7 016 084	104,11%	7 287 663					
PTGALJ0E0000	GALPFL 3 01/14/21	-	10 000 000	100,00%	98,90%	9 880 473	105,99%	10 599 393					
PTGALL0M0004	GALPFL 1 02/15/23	-	3 900 000	100,00%	99,45%	3 761 708	96,84%	3 776 642					
PTGGDAOE0001	GALPFL 1,318 09/18/2	-	1 900 000	100,00%	99,95%	1 859 056	99,46%	1 889 516					
PTGRPE0E0060	PESTA 3,95 07/15/22	-	2 500 000	100,00%	99,24%	2 461 009	104,25%	2 606 270					
PTGSAJ0M0029	AHS INVESTIMENTOS SGPS, S.A.	-	700 000	100,00%	100,00%	700 000	99,38%	276 674					
		Sub-total	67 300 000			67 387 061		70 572 577					
211		Sub-total	224 439 081			228 194 432		254 272 880					
2.1.2 - Títulos de rendimento variável													
2.1.2.1 - De dívida pública													
PTQTVH0E0037	PGB 0 00/12/21	-	309 000	100,00%	100,16%	309 482	105,93%	327 311					
PTQTVI0E0037	PGB 0 11/30/21	-	605 000	100,00%	100,28%	606 722	105,22%	636 566					
PTQTVK0E0032	PGB FLT 08/02/22	-	20 000	100,00%	100,29%	20 039	104,97%	26 994					
PTQTVM0E0000	PGB Flot 07/23/25	-	1 000 000	100,00%	102,01%	1 020 090	102,87%	1 028 722					
PTRAMX0M0026	GOVMAD FLT 06/08/22	-	1 000 000	100,00%	103,11%	1 031 050	102,50%	1 024 865					
PTRAMY0M0005	GOVMAD 1,971 07/04/28	-	1 000 000	100,00%	100,62%	1 006 195	101,70%	1 017 020					
PTB3RD0M0001	SAUDCR FLT 12/09/19	-	900 000	100,00%	100,00%	900 000	100,65%	907 776					
PTB3RD0M0000	SAUDCR Flot 06/20/22	-	1 000 000	100,00%	105,38%	1 053 809	104,34%	1 043 369					
PTSRH0B0E0025	SPRHIS Flot 09/23/21	-	500 000	100,00%	103,73%	518 625	105,50%	527 484					
		Sub-total	6 334 000			6 465 998		6 534 248					
2.1.2.2 - De outros emissores													
PTALTEDE0008	ALTEL Flot 03/06/24	-	1 000 000	100,00%	103,54%	1 035 400	99,70%	997 033					
PTBNJ0M0004	CELBI 0 02/22/24	-	500 000	100,00%	102,25%	511 290	100,93%	516 620					
PTHVB0E0007	HONIGFL Flot 10/02/23	-	500 000	100,00%	103,25%	516 250	100,95%	504 750					
PTJLLB0E0008	JOSEMI Flot 05/17/21	-	1 000 000	100,00%	102,85%	1 026 500	99,22%	992 239					
PTN0B0E0004	NOSENFL 0 28/03/23	-	200 000	100,00%	100,00%	200 000	102,31%	204 626					
PTBCTIGDM0037	CAETPL D 08/03/23	-	2 200 000	100,00%	100,07%	2 261 560	101,28%	2 226 210					
PTBNP0E0001	SONCPL Flot 06/28/19	-	500 000	100,00%	102,30%	511 500	100,49%	502 455					
		Sub-total	5 900 000			6 084 460		6 933 963					
2.1.2.3 - Acções													
7219105486001	SLN VAL	2 625 000	-	100,00%	0,10	262 500	-	-					
7219105487001	GALILEI	2 008 212	-	100,00%	0,12	231 617	-	-					
7229105486001	GERMONT	101	-	100,00%	99,03	10 002	50,52	5 102					
7229105487001	BOLSIMO, GESTÃO DE ACTIVOS SA	12 160	-	100,00%	95,89	1 166 002	69,29	842 543					
922910222101	CINICA DE SANTA MARIA DE BELEM	70 496	-	100,00%	7,48	527 364	7,68	540 076					
921910192201	AUDATEX (ACC)	100	-	100,00%	249,40	24 940	301,76	30 178					
921910192201	EUROMINAS (ACC)	13	-	100,00%	4,99	65	-	-					
921910192201	MATUR Portador	90	-	100,00%	9,98	898	-	-					
9219101924801	INTER-HOTEL (ACC)	10	-	100,00%	4,99	50	-	-					
9219102490001	REGIS HOTEIS	471	-	100,00%	21,18	9 876	-	-					
9259105326001	Residencia MG-saude	100	-	100,00%	1,00	100	1,00	100					
9259105326001	Montepele G.A.I.m.ACE	12 249	-	100,00%	1,00	12 249	100,00%	12 249					
9259105326001	EDP	1 275	-	100,00%	-	-	0,51%	3 887					
MonteAACE	MONTEPITO GEST. ATIVOS IMOB. ACE	73 491	-	100,00%	1,00	73 481	1,00	73 491					
PTLUDAM0003	Lusitana Comp. Seg.	132	-	100,00%	6,49	857	6,49	857					
PTNGFGAM0006	MG GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS	30	-	100,00%	-	-	2,50	75					
RESMONTE	Ressmonte	100	-	100,00%	-	-	0,45	45					
acção	Soluçã	16 060	-	100,00%	165,01	2 850 000	-	8,17					
	Lusitana, Companhia de Seguros, S.A.	206	-	100,00%	-	-	1 699	1 699					
	Macedo & Coelho, SGPS	1 200	-	100,00%	-	-	0,20	240					
	Sub-total	4 868 387	-	100,00%	-	-	4 978 110	1 510 784					
2.1.2.4 - Unidades de Participação													
FCT	FUNDO COMPENSACAO TRABALHO	20 537	-	100,00%	0,15	3 084	1,01	20 998					
PTN0FAW0M0008	VISION ESCRITÓRIOS	400 000	-	100,00%	3,60	1 436 472	4,02	1 007 040					
PTN0FAW0M0005	FUNDO VIP	249 770	-	100,00%	8,65	2 011 487	9,52	2 377 774					
PTYBQAM0007	IMOREAL	54 000	-	100,00%	104,71	5 654 191	67,43	3 641 090					
PTYCXTHW0007	FUNDIMO	1 000	-	100,00%	5,10	5 103	7,38	7 375					
PTYIMBHW0004	Novimovest	467	-	100,00%	-	-	7,10	3 314					
	Sub-total	728 074	-	100,00%	-	-	9 112 337	7 687 591					
212	Sub-total	5 595 561	12 234 000	-	-	-	26 552 905	21 636 566					
211+212	Total	5 593 561	236 673 961	-	-	-	254 747 336	275 803 566					

2.2 - Estrangeiros								
2.2.1 - Títulos de rendimento fixo								
2.2.1.1 - De dívida pública								
AT0000A001X2	RAGB 3 1/2 09/15/21	-	3 250 000	100,00%	95,87%	3 115 634	111,93%	3 637 596
BE000038478	BGB 1,6 06/22/47	-	2 000 000	100,00%	98,86%	1 887 200	97,08%	1 941 633
BE0001728790	WALLOO 2,65 11/07/44	-	2 000 000	100,00%	117,34%	2 348 800	117,50%	2 349 961
BE0001784389	FLEMSH 1 1/2 07/12/38	-	2 000 000	100,00%	99,91%	1 998 200	97,43%	1 946 637
BE0312763353	BGTB 0 03/07/19	-	5 000 000	100,00%	100,17%	5 008 500	100,16%	5 007 900
DE0001135085	DBR 4 3/4 07/04/28	-	4 000 000	100,00%	100,54%	4 021 400	145,30%	5 812 179
DE0001135374	DBR 3 3/4 01/04/19	-	3 000 000	100,00%	103,86%	3 115 778	103,85%	3 109 407
DE0001135390	DBR 3 1/4 01/04/20	-	3 000 000	100,00%	101,10%	3 032 993	107,20%	3 216 042
DE0002A2G6557	LDGHFN 1 12/06/27	-	900 000	100,00%	102,88%	925 920	98,64%	896 719
ES0000012108	SPGB 4,3 10/31/19	-	4 000 000	100,00%	99,08%	3 963 120	104,60%	4 183 905
ES0000012124H	SPGB 5,15 10/31/44	-	10 000 000	100,00%	122,98%	12 288 220	151,85%	15 184 968
ES0000012172A	SPGB 1,95 07/30/30	-	2 500 000	100,00%	98,80%	2 470 000	103,89%	2 597 319
ES0000012172Z	SPGB 1,95 04/30/26	-	7 500 000	100,00%	106,67%	8 000 000	108,00%	8 099 768
ES00000128C6	SPGB 2,9 10/31/46	-	5 000 000	100,00%	102,90%	5 144 958	107,59%	5 379 433
ES00000128Q6	SPGB 2,35 07/30/33	-	8 500 000	100,00%	105,16%	8 938 329	105,92%	9 003 038
ES0000012932	SPGB 4,0 01/31/37	-	12 000 000	100,00%	106,88%	12 825 620	135,29%	16 234 475
ES0000012B39	BONOS 1,4 30/04/2028	-	300 000	100,00%	99,66%	298 967	101,36%	304 094
ES0000012B47	SPGB 2,7 10/31/48	-	4 000 000	100,00%	106,81%	4 272 200	102,13%	4 085 369
ES0000095059	GENCAT 4,95 02/11/20	-	1 000 000	100,00%	106,22%	1 062 200	108,36%	1 083 625
ES000001016777	MADRID 2,08 03/12/30	-	2 650 000	100,00%	104,09%	2 758 385	103,87%	2 752 433
ES000001018757	MADRID 1,773 04/30/28	-	2 000 000	100,00%	103,06%	2 061 200	103,37%	2 067 414
ES0001903084	SGLT 0 03/08/19	-	5 000 000	100,00%	100,09%	5 004 350	100,08%	5 003 800
FR00000189151	FRTR 4 1/4 04/25/19	-	12 500 000	100,00%	99,86%	12 482 750	104,43%	13 053 495
FR0010192997	FRTR 3 3/4 04/25/21	-	2 500 000	100,00%	100,06%	2 501 500	112,33%	2 808 312
FR0011349349	COLTER 4,3 11/07/22	-	1 000 000	100,00%	114,45%	1 144 500	109,95%	1 099 542
FRD013285704	VDP 1 3/8 11/20/34	-	2 000 000	100,00%	102,61%	2 052 200	101,03%	2 020 629
FRD125218232	BTF 0 05/08/19	-	5 000 000	100,00%	100,29%	5 014 500	100,28%	5 013 750
GR0114029540	GGB 4,375 08/01/22	-	500 000	100,00%	104,12%	520 581	105,68%	528 400
GR0118017657	GGB 3,375 02/15/25	-	3 500 000	100,00%	97,23%	3 402 926	98,70%	3 489 555
GR0133011248	GGB 4 01/30/37	-	3 000 000	100,00%	88,29%	2 648 600	91,43%	2 742 847
GR0138015614	GGB 4,2 01/30/42	-	3 000 000	100,00%	87,56%	2 626 390	91,34%	2 740 194
IT0003644769	BTPS 4 1/2 02/01/20	-	4 500 000	100,00%	100,43%	4 519 500	106,35%	4 785 614
IT0004923998	BTPS 4 3/4 09/01/44	-	10 000 000	100,00%	113,75%	11 375 253	122,33%	12 233 466
IT0005024234	BTPS 3 1/2 03/01/30	-	3 000 000	100,00%	119,32%	3 579 649	107,33%	3 219 777
IT0005170839	BTPS 1,6 06/01/26	-	2 500 000	100,00%	104,74%	2 618 607	95,59%	2 389 622
IT0005177909	BTPS 2 1/4 09/01/36	-	27 500 000	100,00%	97,72%	26 873 568	89,74%	24 679 740
IT0005244782	BUONI BPTS 1 1/2 04/01/2022	-	300 000	100,00%	98,92%	296 746	100,25%	300 744
IT0005246340	BTPS 1,85 05/15/24	-	3 000 000	100,00%	104,44%	3 133 110	100,53%	3 015 893
IT0005273013	BTPS 3 4/5 03/01/48	-	4 000 000	100,00%	105,05%	4 201 800	99,68%	3 987 328
IT0005274665	BTPS 2,05 08/01/27	-	2 000 000	100,00%	102,38%	2 047 500	98,94%	1 938 734
IT0005321325	BTPS 2,95 09/01/38	-	5 000 000	100,00%	102,39%	5 119 287	98,15%	4 607 452
IT0005323032	BUONI BPTS 2 01/02/2028	-	260 000	100,00%	97,41%	253 253	98,55%	251 030
IT0005351098	BOTS 0 05/31/19	-	5 000 000	100,00%	99,96%	4 988 000	99,95%	4 997 550
NL0000102275	NETHER 3 3/4 11/15/2	-	2 000 000	100,00%	99,69%	1 993 800	120,39%	2 407 818
NL0013217895	DTB 0 05/31/19	-	5 000 000	100,00%	100,33%	5 016 500	100,30%	5 015 200
SI0002103487	SILOREP 1 1/2 03/25/35	-	2 000 000	100,00%	99,60%	1 992 000	98,43%	1 988 660
XS0181673798	ROMCTY 5,345 01/27/48	-	2 000 000	100,00%	121,19%	2 423 792	115,66%	2 313 298
XS1054418600	MEX 3 5/8 04/09/29	-	1 000 000	100,00%	113,30%	1 133 000	112,29%	1 122 888
XS1208855869	BGARIA 2,5 8 03/26/27	-	2 000 000	100,00%	111,24%	2 224 862	112,52%	2 250 334
XS1313004928	ROMAN 3 7/8 10/29/35	-	2 000 000	100,00%	110,60%	2 212 000	97,68%	1 957 117
XS1551294258	ISRAEL 1 1/2 01/18/27	-	2 000 000	100,00%	103,00%	2 080 000	104,37%	2 087 341
XS1566192045	LATVIA 2 1/4 02/15/47	-	3 000 000	100,00%	109,21%	3 276 250	109,41%	3 282 163
XS1637275848	CYPRUS 2 3/4 06/27/24	-	2 400 000	100,00%	107,50%	2 580 067	108,22%	2 597 306
XS1647481206	INDON 2,15 07/18/24	-	1 000 000	100,00%	101,50%	1 015 000	101,95%	1 019 548
XS1731657497	LAZIO 3,088 03/31/43	-	2 436 353	100,00%	99,60%	2 426 502	98,57%	2 182 174
XS1892141620	ROMANI 2,875 03/11/29	-	1 000 000	100,00%	98,72%	987 206	97,70%	977 060
Sub-total		-	217 496 353			225 411 175		233 204 412
2.2.1.2 De outros emissores públicos								
BE0264546928	SOCIWAL 3,47 01/30/30	-	1 000 000	100,00%	119,70%	1 196 953	128,14%	1 281 368
ES024261059	CORES 1 3/4 11/24/27	-	2 500 000	100,00%	102,69%	2 567 050	102,08%	2 552 036
FR0010198036	CADES 3 3/4 10/25/20	-	2 000 000	100,00%	99,17%	1 983 400	108,24%	2 164 767
FR0013346430	APH-MAR 2,31 08/01/33	-	3 000 000	100,00%	101,89%	3 056 700	103,52%	3 105 509
XS0230315748	PARPUM 3,567 09/22/20	-	6 250 000	100,00%	98,98%	6 186 270	105,94%	6 621 398
XS1117279379	NEDFIN 1 1/2 12/08/25	-	300 000	100,00%	101,18%	303 531	101,23%	303 689
XS1217882171	KOMLAN 4 1/4 05/10/45	-	2 300 000	100,00%	108,73%	2 500 751	105,09%	2 416 997
XS1649668792	INVITA 1 3/8 07/20/22	-	2 000 000	100,00%	102,85%	2 057 000	94,62%	1 892 418
XS1689241278	FINSPA 1,53 09/22/22	-	500 000	100,00%	101,40%	507 000	95,90%	479 796
XS1709326899	BGOSK 1 5/8 04/30/28	-	1 000 000	100,00%	101,80%	1 018 000	99,50%	994 958
Sub-total		-	20 850 000			21 376 655		21 812 933



2.2.1.3 - De outros emissores						
DE0002760980	KFW 3 1/2 07/04/21	-	1 500 000	100,00%	96,10%	1 441 500
DE0004143611	BAYNDR 2 3/8 04/02/7	-	1 000 000	100,00%	98,50%	985 000
DE000419192	JASBOL 2 1/2 08/25/29	-	500 000	100,00%	102,20%	510 985
DE00042AAFP1	TKAGR 2 3/4 03/08/21	-	5 000 000	100,00%	104,95%	5 247 608
DE00042BPE72	TKAGR 1 3/8 03/03/22	-	2 000 000	100,00%	97,29%	1 945 820
DE000240LW5	CMZB 4 03/30/27	-	5 000 000	100,00%	105,65%	5 282 446
ES0211845203	ABESM 4 3/8 03/30/20	-	2 500 000	100,00%	99,75%	2 493 750
ES0234244071	MAPSM 1 5/8 05/19/28	-	2 000 000	100,00%	100,93%	2 018 568
ES0413211071	BBVASM 4 02/25/25	-	2 000 000	100,00%	98,55%	1 971 000
ES0414950693	BKASM 5 08/28/19	-	2 000 000	100,00%	103,88%	2 077 500
F400282829	METSA 2 3/4 09/29/27	-	1 000 000	100,00%	105,23%	1 052 250
FR001091581	EDF 4 1/2 11/12/40	-	2 500 000	100,00%	128,64%	3 241 000
FR001140571	COPP 3 3/11 01/25/23	-	1 000 000	100,00%	101,97%	1 019 730
FR001140173	EDF 4 1/4 PERP	-	2 000 000	100,00%	102,50%	2 049 990
FR001169702	EDF 5 PERP	-	1 000 000	100,00%	98,70%	987 000
FR0011791391	ORANOF 3 1/8 03/20/2	-	1 500 000	100,00%	102,12%	1 531 739
FR0013087196	SCOR 3 08/08/46	-	1 500 000	100,00%	97,55%	1 463 231
FR0013181896	FRIBBP 3 08/09/28	-	2 700 000	100,00%	102,00%	2 753 888
FR0013213303	EDF 1 7/8 10/13/36	-	5 000 000	100,00%	88,78%	4 439 000
FR0013245586	PELICOT 2 03/23/24	-	1 000 000	100,00%	100,14%	1 001 438
FR0013248485	RCFFP 1 1/2 04/03/24	-	1 000 000	100,00%	100,75%	1 007 500
FR001329102	LEVLLS 2 4 12/01/37	-	2 000 000	100,00%	100,47%	2 009 400
FR001329843	RENAUL 1 1/12/28	-	1 000 000	100,00%	99,62%	996 180
FR0013321287	ORPPP 2 5/8 03/10/25	-	500 000	100,00%	102,48%	512 400
FR0013386802	SOCGEN 2 1/8 09/27/2	-	5 000 000	100,00%	99,74%	4 986 767
FR0013385473	VIEPP 1 94 01/07/30	-	2 000 000	100,00%	100,05%	2 001 072
X50093867333	EIB 5 5/8 02/15/28	-	1 140 000	100,00%	99,70%	1 137 378
X5009722446	INTNED 0 05/19/19	-	250 000	100,00%	100,00%	250 000
X50100221349	CMZB 0 08/30/19	-	468 000	100,00%	99,80%	467 064
X50140626398	BACA 5 8 12/27/21	-	2 000 000	100,00%	117,04%	2 340 800
X50158383852	KNFP 5 3/8 11/29/27	-	2 000 000	100,00%	98,98%	1 879 120
X50182900229	EDF 5 5/8 02/21/33	-	1 900 000	100,00%	106,49%	2 023 360
X50194654529	KAUP 0 09/30/14	-	239 000	100,00%	1,00%	2 380
X50213026197	C 4 1/4 02/25/30	-	5 000 000	100,00%	96,58%	4 829 000
X50214386199	BACR 4 3/4 PERP	-	1 000 000	100,00%	100,65%	1 008 525
X5022233027	GSK 4 06/16/25	-	7 000 000	100,00%	99,09%	6 938 500
X50225115561	BBVASM 0 PERP	-	1 000 000	100,00%	99,50%	985 000
X5022567440	GE 4 1/8 09/19/35	-	2 500 000	100,00%	100,46%	2 511 500
X50250729105	SANUK 4 1/4 04/12/21	-	4 000 000	100,00%	99,70%	3 987 900
X50259878689	RAIBOBK 4 3/8 06/07/2	-	2 500 000	100,00%	99,39%	2 484 750
X50270347304	GS 4 3/4 10/12/21	-	2 000 000	100,00%	100,80%	2 016 000
X50428912921	ICO 4 3/8 05/2018	-	750 000	100,00%	99,76%	748 215
X5043202137	ACAFP 3 7/8 06/11/19	-	3 000 000	100,00%	105,51%	3 165 314
X50479542580	NTGYSM 3 7/8 01/17/2	-	2 100 000	100,00%	93,81%	1 970 065
X50490138601	CBAU 4 3/8 02/23/20	-	1 000 000	100,00%	102,50%	1 025 000
X5076427852	MUNRE 6 1/4 05/20/42	-	2 000 000	100,00%	121,88%	2 437 647
X50835690350	PETBRA 4 1/8 10/02/2	-	8 100 000	100,00%	101,27%	8 203 079
X50842694942	ENELIM 4 7/8 04/17/2	-	550 000	100,00%	106,67%	586 671
X50864566553	TITIM 4 01/21/20	-	1 000 000	100,00%	104,72%	1 047 170
X50875343757	NTGYSM 3 7/8 01/17/2	-	2 500 000	100,00%	100,62%	2 515 392
X5089049523	GAZPRU 4 3/6 03/21/2	-	5 000 000	100,00%	108,79%	5 439 186
X5094675129	ENELIM 6 5 01/10/74	-	1 000 000	100,00%	106,68%	1 066 750
X50970695572	EDP FINANCE BV 4,875% -14.09.2020	-	700 000	100,00%	100,25%	701 772
X50970652348	ENIM 3 3/4 09/12/25	-	2 000 000	100,00%	104,14%	2 082 725
X50972523947	CREDIT SUISSE 5,75 09/18/2025	-	500 000	100,00%	111,95%	559 766
X50975256685	REPSM 3 5/8 10/07/21	-	2 000 000	100,00%	102,90%	2 058 000
X5098271174	PETBRA 4 3/4 01/14/2	-	3 000 000	100,00%	99,68%	2 980 304
X50982774398	REN FINANCE BV 4,75% -16.10.2020	-	7 700 000	100,00%	104,72%	8 063 168
X510712141861	ADIFAL 3 1/2 05/27/27	-	2 000 000	100,00%	99,57%	1 991 351
X51089156535	F 1 7/8 05/24/21	-	500 000	100,00%	105,86%	529 300
X51089530604	ANASIM 4 5/8 07/22/19	-	2 000 000	100,00%	99,69%	1 993 771
X51111324700	EDP FINANCE BV 2,625% 01/18/2022	-	160 000	100,00%	104,29%	158 438
X51140657316	STANLN 8 1/8 11/19/2	-	2 000 000	100,00%	96,80%	1 936 068
X5116767283	VW 1 5/8 01/18/30	-	1 000 000	100,00%	95,49%	954 900
X51169199152	HIPESA 3 7/8 01/19/22	-	1 000 000	100,00%	103,50%	1 035 000
X5116979152	POPSM 2 02/03/20	-	600 000	100,00%	94,70%	568 200
X51169828110	TELECOM ITALIA 3,25% 01/16/2023	-	200 000	100,00%	104,46%	208 914
X51182926282	RENEPL 2 1/2 02/12/2	-	2 000 000	100,00%	105,58%	2 111 613
X5119632999	BNP 2 3/8 02/17/25	-	2 650 000	100,00%	100,07%	2 651 855
X51201001572	SANTAN 2 1/2 03/18/2	-	5 100 000	100,00%	97,71%	4 983 273
X51203645460	BATSLN 0 7/8 10/13/23	-	500 000	100,00%	101,51%	507 550
X51204154410	ACAFP 2 5/8 03/17/27	-	2 000 000	100,00%	100,47%	2 009 440
X5120541366	VW 3 1/2 02 PERP	-	3 000 000	100,00%	101,49%	3 044 847
X51207054566	REPSM 3 7/8 PERP	-	2 000 000	100,00%	101,30%	2 025 943
X51222904848	EDP FINANCE BV 2% 04/22/25	-	6 300 000	100,00%	98,22%	6 187 939
X51223642847	REDEXB 1 7/8 04/27/2	-	2 000 000	100,00%	97,59%	1 951 825
X5137880253	BNP 2 7/8 01/01/26	-	1 100 000	100,00%	102,90%	1 131 897
X5138404587	SANTAN 3 1/4 04/04/2	-	4 000 000	100,00%	101,48%	4 059 000
X51407840105	KRAFT HEINZ FOODS CO 2,25% 05/25/2028	-	300 000	100,00%	100,67%	301 997
X51423826798	RENEPL 1 3/4 06/01/23	-	1 000 000	100,00%	105,00%	1 050 000
X51427782160	ESBIRE 1 7/8 06/14/3	-	1 500 000	100,00%	99,75%	1 496 310
X51492458044	MYL 3 1/8 11/22/20	-	8 000 000	100,00%	104,43%	8 354 439
X51501166889	TOTAL 3,369 PERP	-	1 100 000	100,00%	96,25%	1 058 750
X51520007814	ABBV 2 1/8 11/17/28	-	2 500 000	100,00%	101,90%	2 547 500
X51543444816	SANTAN 3 1/8 01/19/2	-	5 000 000	100,00%	98,85%	4 942 408
X51562614831	BBVASM 3 1/2 02/10/2	-	6 000 000	100,00%	100,19%	6 011 219
X5156874883	PEMEX 3 3/4 02/21/24	-	1 000 000	100,00%	107,20%	1 027 000
X5156874503	BBVASM 4 02/24/32	-	3 000 000	100,00%	100,39%	3 011 700
X51592823142	ANTOLN 3 1/4 04/30/2	-	3 000 000	100,00%	103,15%	3 094 522
X51612543394	GE 2 1/8 05/17/37	-	10 000 000	100,00%	92,42%	9 242 000
X51622621222	AGN 2 1/8 06/01/29	-	1 500 000	100,00%	98,30%	1 474 485
X51623615546	GSWITC 1 1/2 01/31/24	-	1 000 000	100,00%	100,78%	1 007 800
X5162868432	T 3 15 09/04/36	-	5 500 000	100,00%	105,35%	5 513 877
X51639488771	FERROV 1 1/2 08/27/25	-	1 000 000	100,00%	101,20%	1 012 000
X51645687416	KEDRIM 3 07/12/22	-	500 000	100,00%	98,21%	491 050
X51651072099	TMO 2 7/8 07/24/37	-	5 000 000	100,00%	103,67%	5 183 499
X51715328784	SWEMAT 1,2 11/10/25	-	1 000 000	100,00%	99,33%	993 250
X51716245094	PM 1 7/8 11/08/37	-	5 000 000	100,00%	90,55%	4 527 700
X51716227786	FERSM 2,124 PERP	-	2 000 000	100,00%	98,58%	1 931 808
X51720947917	DANBNK 0 3/4 11/22/27	-	2 000 000	100,00%	100,00%	2 000 000
X51721422902	VOO 2 7/8 11/20/37	-	2 000 000	100,00%	101,49%	2 029 888
X51720987822	CABISN 1 3/8 02/04/26	-	600 000	100,00%	98,54%	579 265
X51753814737	RENEPL 1 3/4 01/18/28	-	900 000	100,00%	100,68%	906 143
X51778829090	T 2,35 09/05/29	-	1 000 000	100,00%	101,62%	1 018 200
X51788813251	CB 2 1/2 03/15/38	-	1 500 000	100,00%	100,88%	1 513 215
X51795409082	GAZPRU 2 1/2 03/21/2	-	5 000 000	100,00%	97,75%	4 887 500
X51801128288	MYL 2 1/8 05/23/25	-	1 300 000	100,00%	100,40%	1 305 227
X51810653540	HEIDELBERG 1,75 24/04/2028	-	300 000	100,00%	98,32%	294 946
X51840618216	BAYNDR 2 1/8 12/15/2	-	2 500 000	100,00%	103,20%	2 580 000
X5184349395	TACHEM 3 1/12/13/30	-	5 000 000	100,00%	102,35%	5 117 500
X51846632104	EDPPL 1 5/8 01/26/26	-	3 000 000	100,00%	99,23%	2 976 900
X51876078040	SABSM 1 5/8 03/07/24	-	3 000 000	100,00%	97,48%	2 824 435
Sub-total		-	263 197 890		265 135 747	271 944 706
Sub-total		-	501 544 153		511 923 577	528 982 050

2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
2.2.2.1 - De dívida pública							
IT0003755722	SALCYT FLT 11/26/24	-	1 800 000	100,00%	94,78%	1 705 996	98,75% 1 777 413
IT0003877310	ITALY Float 07/31/35	-	3 000 000	100,00%	90,00%	2 700 000	80,71% 2 421 211
IT0004167216	COLAME Float 12/31/28	-	1 020 510	100,00%	87,58%	883 774	80,00% 816 408
IT0005058541	CCTS	-	1 000 000	100,00%	101,10%	1 011 006	99,95% 999 511
IT0005185458	CCTS Float 07/15/23	-	2 000 000	100,00%	94,33%	1 886 575	96,10% 1 921 985
IT0005311508	CCTS Float 04/16/25	-	2 000 000	100,00%	100,98%	2 019 600	92,33% 1 846 604
IT0005311878	CCTS Float 08/16/25	-	2 200 000	100,00%	97,42%	2 143 228	89,23% 1 963 082
X50098449456	ITALY Float 06/28/29	-	500 000	100,00%	122,85%	614 250	113,25% 566 254
X50120991864	VALLE Float 05/28/21	-	1 000 000	100,00%	95,10%	951 000	100,82% 1 008 167
	Sub-total	-	14 520 510			13 825 430	13 320 635
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
IT0005008484	MOÇAMBIQUE - Companhia de Seguros	Sub-total	3 000 000	100,00%	103,10%	3 093 000	96,06% 2 881 757
2.2.2.3 - De outros emissores							
AT000325568	LANSTM Float 03/20/43	-	1 900 000	100,00%	83,53%	1 587 070	82,31% 1 563 890
BX11AR2E	BACR 0 10/30/20	-	14 200 000	100,00%	15,43%	2 191 034	0,02% 2 840
X50202197694	SANTAN FLT 49	-	15 000	100,00%	60,00%	9 000	68,76% 10 314
X50756990429	STROIKA FINANCE 3.1 06/19	-	8 833 000	100,00%	0,39%	34 132	0,00%
X51173867323	GS 0 28/07/22	-	500 000	100,00%	100,81%	504 034	99,56% 497 892
X51458408308	GS 0 27/07/2021	-	130 000	100,00%	101,48%	131 903	100,13% 130 166
X51584041252	BNP FLT 09/22/22	-	150 000	100,00%	102,05%	153 082	98,91% 148 389
X51586214956	HSBC FLT 09/27/22	-	200 000	100,00%	101,30%	202 591	97,94% 195 886
X51588615888	ACAFP FLT 04/20/22	-	200 000	100,00%	101,56%	203 127	98,88% 197 768
X51602557495	BAC FLT 05/04/23	-	300 000	100,00%	100,78%	302 284	98,40% 285 191
X5162893102	BNP FLT 08/07/24	-	100 000	100,00%	100,88%	100 877	96,44% 96 438
X51633645158	LLOYDS FLT 06/21/24	-	250 000	100,00%	100,39%	250 975	94,92% 237 307
X51691349523	GS FLT 08/26/23	-	370 000	100,00%	100,01%	370 054	95,37% 352 653
X51838127261	EFSE Float 06/29/21	-	1 000 000	100,00%	100,50%	1 005 000	93,76% 937 762
	Sub-total	-	28 148 050			7 045 164	4 666 674
2.2.2.4 - Ações							
921810000801	MOÇAMBIQUE - Companhia de Seguros	179 669	-	100,00%	119,77	21 518 963	1,15 207 024
922910037101	ACÁCIA BAHREIN	7 721 250	-	100,00%	0,31	2 382 668	0,16 1 257 435
E50113056008	BANCO MARE NOSTRUM SA	104 328	-	100,00%	1,79	186 293	0,33 34 109
	Sub-total	8 065 247	-			24 087 924	1 498 568
2.2.2.5 - Unidades de Participação							
GBR121000097	THE FINE ART II L.P.	164 630	-	100,00%	0,44	71 737	0,85 140 319
GG009YRGPO065	Alternative Liquidity Fund Limited	277 620	-	100,00%	1,60	445 131	0,10 26 638
IE000806Y8805	PREF (LPS)	289	-	100,00%	100,55	29 037	82,99 23 966
IE0008520F527	SALAR FUND PLC	20 035	-	100,00%	149,74	3 000 000	142,18 2 848 538
IE00088PLSL18	Mercer Short Duration Global Bond Fund 1	46 519	-	100,00%	105,54	4 909 776	103,82 4 829 626
IE00088PLSM22	Mercer Short Duration Global Bond Fund 2	47 366	-	100,00%	100,38	4 754 395	100,43 4 756 957
IE0008GY84W57	Mercer Passive Global Equity Fund	108 991	-	100,00%	151,39	16 500 000	130,39 14 211 395
IE0008GY84Y71	Mercer Passive Global Equity UCITS	15 656	-	100,00%	121,36	1 900 000	107,91 1 689 404
IE000BLNMPR11	Mercer Low Volatility Equity Fund	121 457	-	100,00%	136,67	16 600 000	122,48 14 876 067
IE000BP358598	Mercer Short Duration Global Bond Fund 1	6 517	-	100,00%	101,27	660 000	99,17 646 339
IE000BP358705	Mercer Short Duration Global Bond Fund 2	6 624	-	100,00%	99,64	660 000	97,59 646 417
IE000BRK97X76	Mercer Global Buy & Maintain Credit Fund	155 269	-	100,00%	107,14	16 635 095	102,56 15 924 439
IE000BYNFXR72	Mercer Absolute Return Fixed I	91 338	-	100,00%	101,16	9 240 000	100,75 9 202 343
KY5399811232	GOTTEX ABI FUND	1 980	-	100,00%	-	-	-
LU0296922973	NOVENERGIA	1	-	100,00%	67 471,99	55 779	102 935,56 85 097
LU0701293705	INCOMETRIC FUND	155 280	-	100,00%	6,44	1 000 107	6,20 962 733
LU0845340057	PICTET GLOBAL DEFENSIVE EQUITIES	19 898	-	100,00%	150,79	3 000 468	143,02 2 845 792
LUU008524938	HALLEY ALINEA GLOBAL	38 987	-	100,00%	99,40	3 873 154	91,24 3 555 356
LUI111643042	ELEVA EUROPEAN SELECTION FUND	20	-	100,00%	1 234,57	24 691	1 136,76 22 735
LUI331973112	ELEVA ABSOLUTE RETURN EUROPE FUND	1 907	-	100,00%	1 048,70	2 000 000	992,00 1 691 666
TIC 2	TIC 2	187 011	-	100,00%	1,00	187 011	1,00 187 011
	Sub-total	1 467 376				85 546 381	79 373 048
222	Sub-total	9 472 623	45 668 510			133 697 900	161 740 682
221+222	Total	9 472 623	547 212 663			645 621 476	628 702 732
3 - TOTAL GERAL							
		15 119 148	783 885 664			909 625 519	904 868 915



[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

CERTIFICAÇÕES

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Montepio Seguros, S.G.P.S, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 que evidencia um total de 1.174.308.578 euros e um total de capital próprio atribuível aos acionistas do Grupo de 105.045.295 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos acionistas do Grupo de 976.553 euros, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações do capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada da **Montepio Seguros, S.G.P.S, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Certificação Legal das Contas de 2017 incluía uma reserva por limitação de âmbito relativa aos ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço do Grupo, especificamente no que se referia ao montante de 14.090.775 euros decorrente dos ativos por impostos diferidos reconhecidos pela subsidiária Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. ("Lusitania Seguros"). Esta reserva decorria do facto de não termos obtido o devido fundamento para os pressupostos considerados no *business plan* de base ao teste de recuperabilidade dos impostos diferidos ativos registados pela referida subsidiária, e este *business plan* não incluir a projeção do resultado fiscal e da reversão das diferenças temporárias. Conforme referido na nota 16 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, em 2018 a Lusitania Seguros efetuou um teste de recuperabilidade dos impostos diferidos com base em novo *business plan* preparado aprovado pelo respetivo Conselho de Administração, considerando cenários alternativos e considerando a reversão das diferenças temporárias existentes. Em resultado do teste efetuado, o Grupo reconheceu uma perda relativa a impostos diferidos de cerca de 4 milhões de euros.

Por ser impraticável efetuar uma análise retrospectiva da estimativa quanto à recuperabilidade dos impostos diferidos com referência a 31 de dezembro de 2017, com vista a quantificar o efeito que eventualmente deveria ter sido reconhecido naquele ano considerando as circunstâncias existentes àquela data, e tendo em consideração os termos da IAS 8 "Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros", o Grupo reconheceu a totalidade da perda referida nos resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nessa base, a situação que deu origem à reserva incluída na Certificação Legal das Contas de 2017 encontra-se resolvida. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Passivos contingentes: Processo da Autoridade da Concorrência

Na nota 32 anexa às demonstrações financeiras, é referido que subsidiária Lusitania Seguros é visada num processo por violação das regras de concorrência previstas na Lei n.º 19/2012, de 8 de maio (artigo 9º). No âmbito desse processo foi emitida, em 21 de agosto de 2018, uma Nota de Ilicitude, a qual foi contestada por esta subsidiária no dia 26 de fevereiro de 2019. Este ilícito é sancionado por uma coima que pode atingir um limite máximo de 10% do volume de negócios no exercício anterior ao do ano em que a decisão sancionadora é tomada. Até à data, não foi obtida resposta à contestação apresentada ou proferida uma decisão final por parte da Autoridade da Concorrência.



Em face da situação, apesar da convicção do Conselho de Administração do Grupo sobre a falta de fundamento da Nota de Ilícitude, não poderá ser excluída a possibilidade de vir a ser proferida uma decisão condenatória, havendo, nessa eventualidade, a possibilidade de recurso para o Tribunal da Concorrência.

Conforme explicado na referida nota 32 anexa, dadas as circunstâncias e especificidades do processo, não foi possível ao Grupo efetuar uma estimativa fiável da coima que poderá vir a ser aplicada, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2018.

O Risco

De acordo com a política contabilística descrita na nota 3 e em conformidade com a IAS 37, são reconhecidas provisões apenas quando o Grupo tem uma obrigação presente resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser estimado com fiabilidade. Nos casos em que não seja possível efetuar uma estimativa razoável do montante da obrigação, esta qualifica como um passivo contingente, não sendo reconhecida no balanço, mas antes divulgada nas notas às demonstrações financeiras.

Conforme mencionado acima e referido na nota 16, não foi possível ao Grupo, a esta data, efetuar uma estimativa fiável do montante da coima a aplicar pela Autoridade da Concorrência, no âmbito deste processo. De acordo com a legislação, o limite máximo aplicável a este tipo de coimas ascende a 10% do volume de negócios auferido no ano transato.

Face ao exposto, existe o risco de o Grupo vir a ser condenado no âmbito deste processo por um montante com impacto material ao nível das demonstrações financeiras, mas que a esta data não é possível estimar.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Inquérito ao Órgão de Gestão acerca do processo e das medidas implementadas com vista a garantir o adequado registo contabilístico/divulgação, do processo em curso;
- Inquérito ao Órgão de Gestão acerca do julgamento efetuado quanto à probabilidade de desfecho do processo e da estimativa de eventuais valores a pagar;
- Reunião com os advogados que acompanham o processo;
- Circularização dos advogados que acompanham o processo;
- Avaliação dos julgamentos formulados pela gestão à luz do normativo contabilístico;
- Leitura das atas até à data de assinatura da nossa certificação legal das contas; e,
- Avaliação da adequação das respetivas divulgações das demonstrações financeiras.



Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de dezembro de 2018, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados totalizam 894.923.563 euros e 9.671.185 euros, respetivamente, conforme nota 7 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, representando em conjunto cerca de 77% do ativo.

O risco

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística descrita na alínea d) da nota 3 anexa às demonstrações financeiras consolidadas. No que respeita aos ativos disponíveis para venda, o Grupo determina que existe imparidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

O justo valor para a maioria dos ativos acima referidos que compõem a respetiva carteira de ativos é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido na alínea d) da nota 3 anexa às demonstrações financeiras consolidadas as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efetuados pelo Grupo ao nível da mensuração da sua carteira de ativos financeiros;
- Teste à valorização da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pelo Grupo;
- Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade; e,
- Revisão das divulgações efetuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisões matemáticas do ramo vida e passivos financeiros associados a contratos de investimento

Em 31 de dezembro de 2018, as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros associados a contratos de investimento, ascendem a 108.625.631 euros e 441.697.738 euros, conforme notas 5 e 7.3 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, respetivamente, e representam, cerca de 10% e 41% respetivamente, do passivo à mesma data.

O risco

O Grupo procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades com provisões matemáticas do ramo vida e com contratos de investimento tendo por base métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração do Grupo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e de negócios usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado das carteiras de investimentos afetos à cobertura dessas responsabilidades, conforme mencionado na alínea c) da nota 3 anexa às demonstrações financeiras consolidadas. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões técnicas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e da implementação e teste à efetividade dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento técnico;
- Avaliação da adequação dos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades;
- Avaliação da adequação das provisões matemáticas e responsabilidades associadas a contratos de investimento tendo em consideração o estabelecido nas condições contratuais de cada produto; e
- Revisão das divulgações efetuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisões para sinistros

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para sinistros, no valor de 324.694.714 euros, representa 30% do passivo à mesma data. Relativamente à provisão para sinistros de acidentes de trabalho, esta inclui 140.683.951 euros referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 5 anexa às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

(i) Provisão para sinistros - exceto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (Pensões) no montante de 184.010.763 euros

O risco

Conforme referido na alínea c) (iii) da nota 3 a provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros, exceto provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho não são descontadas.

As responsabilidades com sinistros são inherentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, o Grupo calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros aspetos:

- A avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises *run-off*);
- Avaliação da metodologia e pressupostos utilizados pelo Grupo na estimativa do valor da respetiva provisão para sinistros;
- Avaliação do trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos atuários responsáveis do Grupo e avaliámos as divulgações efetuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- Revisão das divulgações efetuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'MM' with a checkmark.

- (ii) **Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho, no montante de 140.683.951 euros.**

O risco

A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de ativos afetos à cobertura dessas responsabilidades, tal como referido na nota 3 anexa às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pelo Grupo na projeção e desconto das suas responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho;
- Revisão das divulgações efetuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'M. M. V.'.

Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos por impostos diferidos reconhecidos pelo Grupo, ascendem a cerca de 13.246.942 euros, conforme detalhado na nota 16.

O Risco

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se revertem, de acordo com a política contabilística que se encontra detalhada na nota 3 anexa às demonstrações financeiras.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como para prejuízos fiscais registados em exercícios anteriores e que sejam ainda reportáveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Esta área envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo. Conforme referido na nota 16 a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da capacidade do Grupo de implementar as medidas planeadas, bem como da evolução da envolvente macroeconómica e do mercado em geral.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluirão, entre outros aspetos:

- Análise e confirmação da natureza das principais diferenças temporárias subjacentes ao reconhecimento dos ativos por impostos diferidos, e à recuperabilidade dos ativos reconhecidos dentro dos prazos legais definidos para o efeito;
- Análise da razoabilidade das projeções de lucros tributáveis preparadas pelo Conselho de Administração que suportam a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos e os pressupostos subjacentes;
- Revisão das divulgações efetuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido publicado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

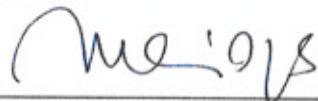
Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados revisores oficiais de contas do Grupo pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de janeiro de 2014 para um mandato compreendido entre 2013 e 2015. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de junho de 2016 para um segundo mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 29 de maio de 2019.



- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

29 de maio de 2019



**KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves (ROC n.º 967)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
Prestação de Contas Consolidadas

Senhores Acionistas,

De acordo com a lei e os estatutos, cumpre apresentar o nosso relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2018, nomeadamente o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Sociedade Montepio Seguros SGPS, SA.

No desempenho das suas competências, o Conselho Fiscal procedeu a diversos exames, análises e verificações que considerou necessários, com o objetivo de formar opinião e dar cumprimento ao disposto na lei, tendo acompanhado a atividade da Sociedade, apoiando-se quer na documentação e informações facultadas pelos serviços de contabilidade quer nos esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, à qual dá a sua concordância, anotando com relevância a ênfase relatada naquele documento.

Tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório e Contas Consolidadas do exercício de 2018, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem apropriada dos Ativos e Passivos das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

O resultado líquido do exercício de 2018 cifrou-se em 976.553 euros.

Considerando o trabalho desenvolvido no âmbito das competências legais que lhe estão atribuídas, o Conselho Fiscal da Sociedade Montepio Seguros SGPS, SA deliberou emitir o seguinte parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas relativos ao exercício de 2018, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas;
2. Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
3. Que se proceda à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade nos termos do Artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 29 de maio de 2019

Conselho Fiscal


José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni - Presidente


Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel - Vogal


Paula Alexandra Flores Noia da Silveira - Vogal



Montepio Seguros SGPS, S.A.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2018

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António L. G. P.' or a similar variation.



Montepio Seguros SGPS, S.A.

Relatório de Sustentabilidade

2018

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António Lobo'.

Índice

01. A Montepio Seguros	5
02. Modelo de Governo	7
03. Envolvimento com stakeholders	11
04. Alinhar a oferta com um mundo em mudança	13
05. Valorizar os Colaboradores	17
06. Investir em ações que beneficiam a comunidade	21
07. Promover o Ambiente	25

A Montepio Seguros

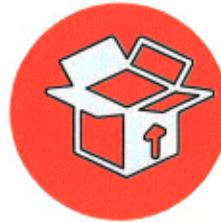


257.594 Milhares €

Prémios Brutos Emitidos

1.592.987 Milhares €

Fundos de Pensões



69,03 ton

Consumo de Papel



620

Colaboradores



49%

Colaboradores do género feminino e

51%

do género masculino



13.689

Horas de cursos e ações formativas em e-learning e presenciais para colaboradores



1.993.717

Kwh

Consumo de Eletroicidade



Montepio Seguros

01

01. A Montepio Seguros

A Montepio Seguros foi constituída sob a forma jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais tendo como participadas:

- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- N Seguros, S.A.
- Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O capital social é de 137.750.000 euros repartido pela Associação Mutualista Montepio Geral com 89,546%, pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., com 8,348% e pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A com 2,105%.

PARTICIPADAS

- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

A Companhia foi fundada em 1986, sendo a primeira seguradora de iniciativa privada e ser criada após o 25 de abril. Desde então a Companhia tem-se dedicado à comercialização de seguros de ramos reais, explorando todos os ramos.

- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

A Lusitania Vida foi constituída em 1987, sendo especializada em seguros do ramo Vida e na exploração de Fundos de Pensões.

- N Seguros, S.A.

A N Seguros atua no mercado de seguros diretos e foi constituída em 2008.

- Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A Futuro é especializada na gestão de Fundos de Pensões e foi criada em 1988.

Modelo de Governo

02

02. Modelo de Governo

MODELO DE GOVERNO

Órgãos Sociais

Nos termos estatutários, a gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por cinco membros eleitos trienalmente, sendo permitida a sua reeleição.



O Conselho de Administração é composto por cinco administradores, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Vogais. O Conselho de Administração gera os negócios da Sociedade com os mais amplos poderes.

A fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente e um Revisor Oficial de Contas.

Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleitos.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito de voto. Reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelos Conselhos de Administração ou Fiscal.

A mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

GESTÃO DE RISCO

LUSITANIA

Em 2018, prosseguiu a implementação do Plano Diretor para a Gestão Integrada de Riscos, que se encontra alinhado com os objetivos do Solvência II, e que permitirá atingir os objetivos estratégicos da Companhia nestas matérias. Foram desenvolvidas ações de adequação do modelo de governação, com o objetivo de ajustar e adequar a Estrutura Organizacional às melhores práticas, no âmbito das Orientações da EIOPA - *European Insurance and Occupational Pensions Authority*.

Principais desenvolvimentos da área de gestão de risco em 2018

- Prosseguiram os trabalhos de implementação da solução informática para suporte aos requisitos técnicos de cálculo e *reporting* regulatório (Regulamento de Execução (EU) 2015/2450 da Comissão), em conformidade com o regime prudencial Solvência II;
- Evolução do Sistema de Governação, com a aprovação e publicação da Política de Investimentos, de acordo com a Diretiva de Solvência II, em linha com as orientações da EIOPA, bem como os normativos da ASF;
- Desenvolvimento e realização dos exercícios de autoavaliação prospectiva dos riscos e de solvência (ORSA) de 2018, no âmbito do processo de planeamento estratégico e na definição do plano de negócios;
- Monitorização trimestral da posição de solvência da Companhia;
- Continuação da implementação da *framework* de Risco Operacional, com o princípio orientador a gestão descentralizada do Risco Operacional: Modelo de Autoavaliação dos Riscos e dos Controlos dos processos de negócio (processos Core, Financeira e Resseguro) e a Plataforma de Registo de Eventos de Risco.

LUSITANIA VIDA

A Companhia tem vindo a desenvolver diversas ações com vista a dar resposta aos desafios da Gestão de Risco e Gestão de Capital.

- Desenvolvimento de uma Política de Gestão de Risco que visa uma gestão integrada dos riscos;
- Definição de estratégias de mitigação de riscos;
- Desenvolvimento do modelo de tolerância e apetite ao risco com base no modelo ORSA.

N SEGUROS

Em 2018 foi dada continuidade à implementação do Plano Diretor para a Gestão integrada de Riscos, tendo-se desenvolvido as seguintes ações em estreita interligação com a Lusitania:

- No âmbito das orientações da *European Insurance and Occupational Pensions Authority* foram efetuadas ações que visam adequar a sua estrutura organizacional às melhores práticas;
- Realizado do exercício de autoavaliação prospectiva dos riscos (ORSA);
- Continuidade ao reforço da estratégia de *derisking* nos ativos financeiros.

FUTURO

Em 2018, a Futuro prosseguiu a validação do sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno. Em relação à função Auditoria Interna foi verificada a eficácia do sistema e os seus controlos, no sentido de uma melhoria da atividade e a mitigação dos riscos. No âmbito do *Compliance* foram desenvolvidos diversos trabalhos com vista à consolidação da função.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Código de Ética

O quadro legal que rege a atividade das Participadas obriga a estabelecer e monitorizar o cumprimento de códigos de conduta que estabeleçam linhas de orientação em matéria de ética profissional, incluindo princípios para a gestão de conflitos de interesses, aplicáveis aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, aos responsáveis por funções-chave e demais trabalhadores e colaboradores.

As Participadas redigiram os seus Códigos de Ética, que definem os princípios e as regras a observar por estas, sem prejuízo de outras disposições legais ou regulamentares aplicáveis a que, por inerência do exercício das suas funções, se encontrem obrigadas.

Envolvimento com stakeholders

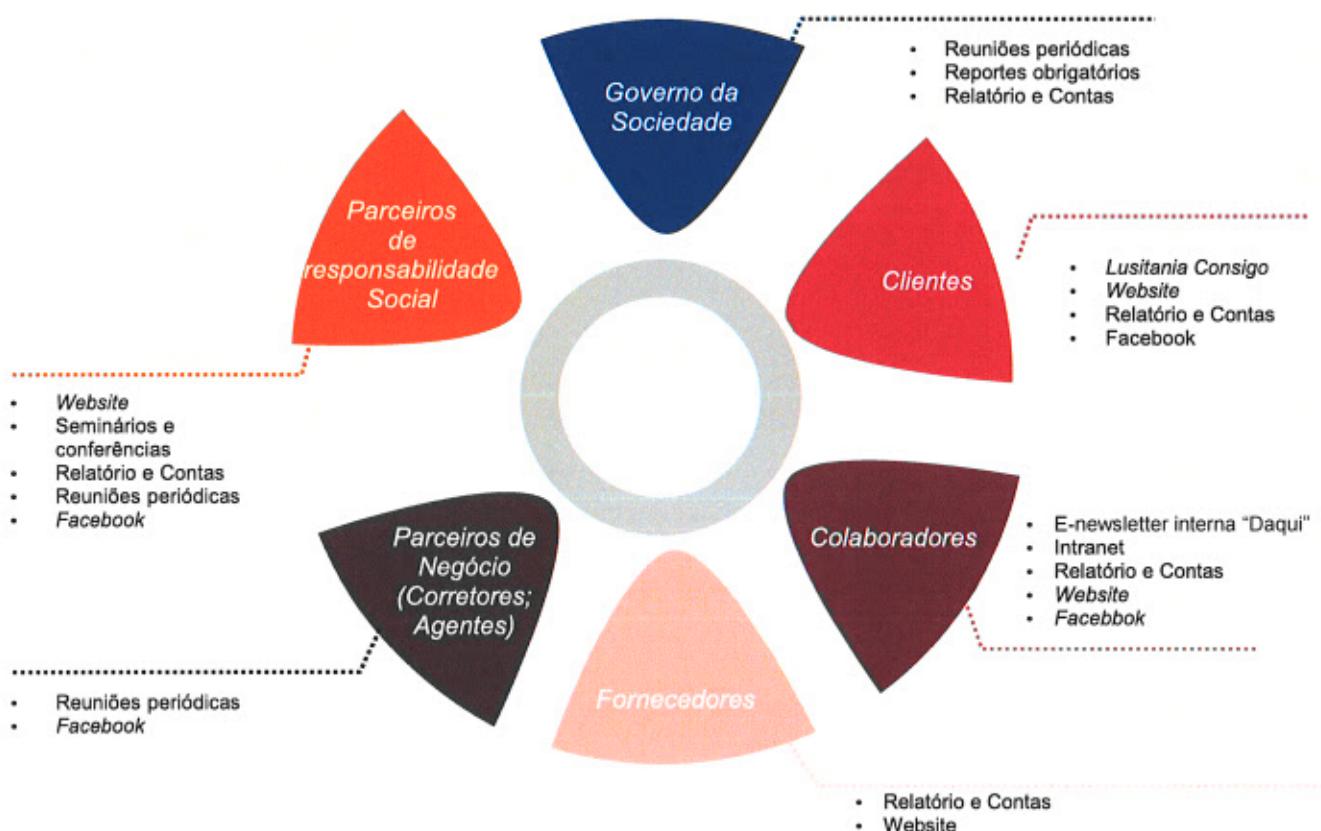
03

03. Envolvimento com stakeholders

Qualquer das Participadas reconhece a importância dos seus *stakeholders*, pelo que, mantém um diálogo constante com as pessoas e entidades que são as suas partes interessadas. Cada Participada tem os seus mecanismos de comunicação com vista a ter a uma relação sustentada com os seus Colaboradores, os seus Fornecedores, bem como com qualquer entidade que seja sua parceira.

A título de exemplo, e de forma a promover o envolvimento e o diálogo contínuo com os seus *stakeholders*, a Lusitania dispõe de canais de envolvimento (internos e externos) específicos, que a seguir se apresentam:

PRINCIPAIS GRUPOS DE STAKEHOLDERS E SEUS CANAIS DE ENVOLVIMENTO



Alinhar a oferta com um mundo em mudança

04

04. Alinhar a oferta com um mundo em mudança

Criação de valor

Prémios de Seguro Direto (em milhares de euros)

	2018	2017
Vida	40.310	32.127
Não Vida	217.284	202.696
VALOR ACUMULADO	257.594	234.823

Fundos de Pensões (em milhares de euros)

	2018	2017
Fechados	1.177.643	1.189.647
Abertos	415.344	384.319
VALOR ACUMULADO	1.592.987	1.573.966

Distribuição de valor

(em milhares de euros)

	2018	2017	
Governo	2.125	2.842	
Fornecedores	18.281	19.541	
VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO	Mediadores (Comissões)	30.798	30.151
Colaboradores	26.758	27.249	
Comunidade	191	163	
VALOR ECONÓMICO ACUMULADO	179.441	154.877	

FORTECIMENTO DE ALIANÇAS E PARCERIAS

Durante o ano de 2018, a Lusitania prosseguiu o alargamento do seu posicionamento geográfico, fortalecendo parcerias existentes e captando novos parceiros de negócio.

Para o efeito, os Agentes de Representação mantiveram-se como foco estratégico da Companhia, tendo sido lançado o Programa Origem como pilar de acolhimento e de desenvolvimento de novos parceiros de negócio.

Esta linha orientadora não descurou o canal bancário, que se manteve como estratégico durante o ano de 2018. O alargamento da oferta direcionada para este canal, com processos de venda facilitados procurou uma maior facilitação da venda e uma melhoria da qualidade de serviço ao cliente.

Rede de mediadores de norte a sul do país

3.720 mediadores no final de 2018

25 balcões

105 lojas de Agentes de Representação

GESTÃO DAS RECLAMAÇÕES

Todas as empresas da Montepio Seguros têm uma grande preocupação no tratamento das reclamações que lhes são dirigidas. A análise das mesmas, permite observar as situações que se encontram menos bem, levando assim a que sejam efetuadas correções, de modo que situações análogas não venham a ocorrer no futuro, garantindo assim uma melhoria na prestação dos seus serviços.

Número de reclamações em 2018 (Lusitania e N Seguros)

- **1167 reclamações em 2018**
- **Taxa de encerramento: 97%**
- **Tempo médio de resposta às reclamações: 12 dias**
- **53% das reclamações relacionadas com sinistros**

Número de reclamações por Participada – 2018

- **Lusitania: 885**
- **N Seguros: 282**

Reclamações por tipologia – 2018

- *Sinistros: 621*
- *Outras situações: 546*

Valorizar os Colaboradores

05

05. Valorizar os Colaboradores

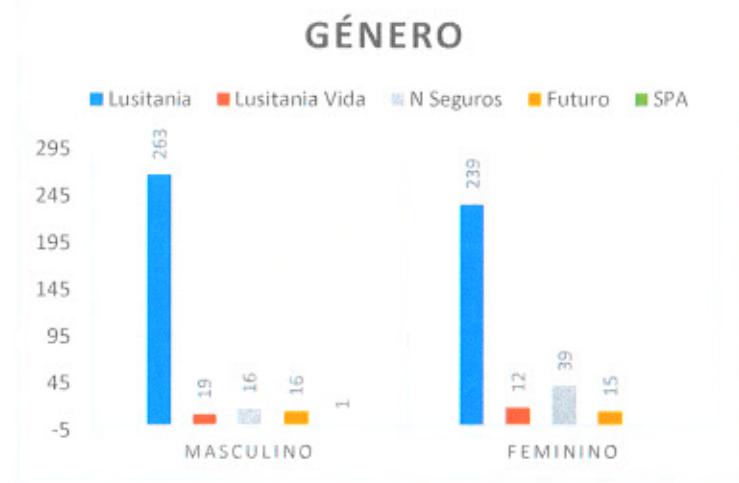
CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA

No final de 2018, a Montepio Seguros era composta por 620 Colaboradores, sendo 502 da Lusitania, 31 da Lusitania Vida, 55 da N Seguros, 31 da Futuro e 1 da Sociedade Portuguesa de Administrações.

620 Colaboradores

- 49% colaboradores do género feminino e 51% do género masculino
- 74% trabalham nos serviços centrais e 26% nas áreas comerciais
- 99% dos colaboradores com contrato permanente
- 37% no Norte; 7% no Centro; 55% no Sul e 1% nas Regiões Autónomas

Colaboradores por género e categoria



Em 2018, foram admitidos 23 colaboradores e registaram-se 29 saídas.

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Formação e Desenvolvimento de Competências

Em 2018 a atividade de formação desenvolveu-se, tanto para colaboradores da Montepio Seguros, como para mediadores.

Cursos e ações formativas em e-learning e presenciais realizados para colaboradores

652 formandos participaram em ações de formação, num total de 13.689 horas

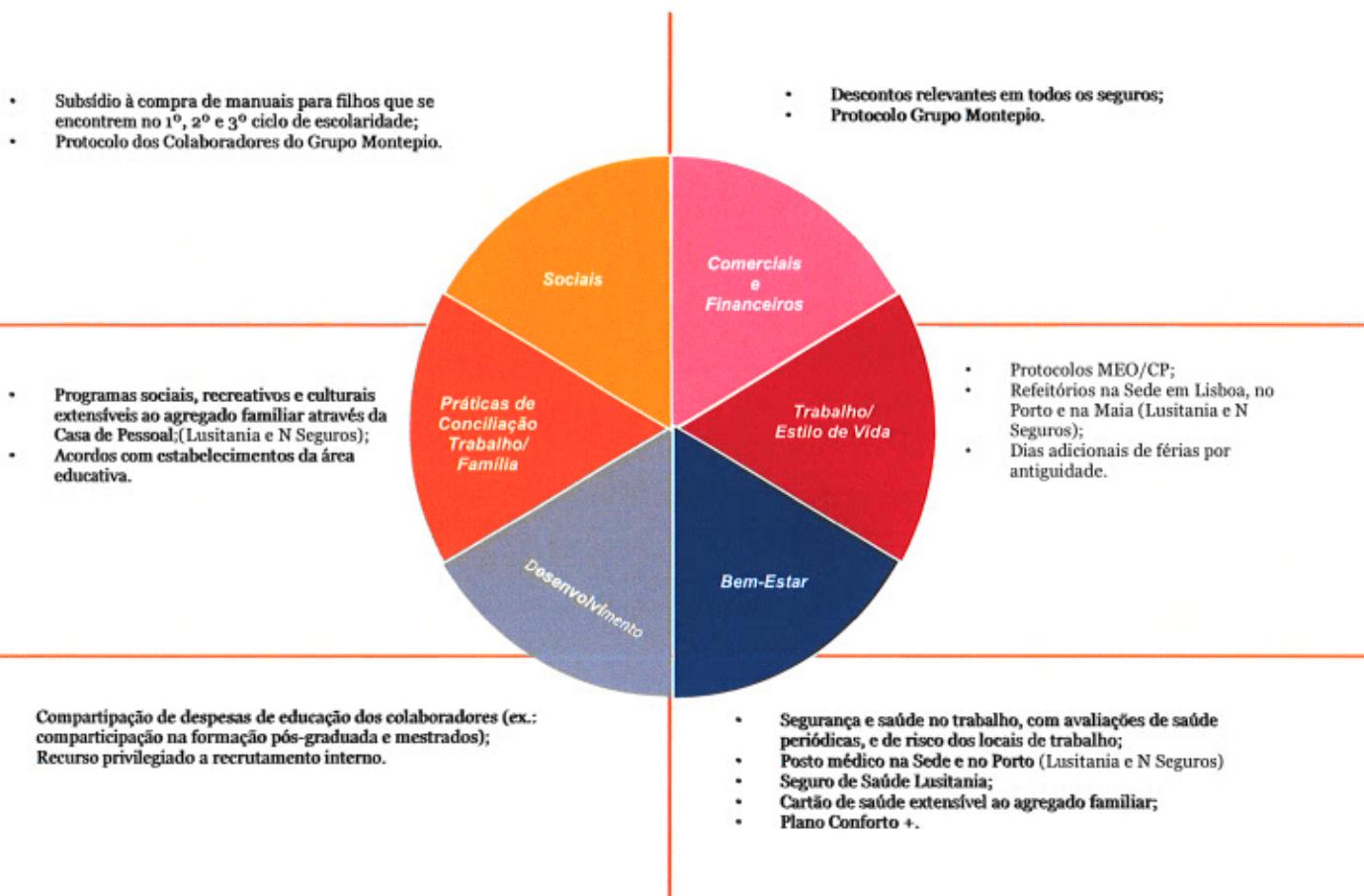
Ações para mediadores da Lusitania

10 ações, envolvendo 244 pessoas, totalizando 1.365 horas

Relatório de Sustentabilidade 2018

Benefícios aos Colaboradores

Em 2018, os Colaboradores da Montepio Seguros mantiveram um conjunto de benefícios, tendo em vista o seu bem-estar e conciliação entre a vida pessoal e profissional.



Investir em ações que beneficiam a comunidade

06

06. Investir em ações que beneficiam a comunidade

Lusitania

Assumindo um papel de Responsabilidade Social, com apoio nas mais diversas áreas, a Lusitania tem-se associado a várias instituições, nas áreas de Apoio à Comunidade, Desporto, Cultura e Ambiente.

Como Mecenas da Cultura manteve também ao longo de 2018, o apoio aos principais Museus do País.

Em alguns casos, a Lusitania apoia as instituições através de ofertas de seguros, ou pela oferta de materiais e presença nos eventos.

Instituições Beneficiadas	Apoio à Comunidade	Desporto	Cultura	Ambiente
Acreditar	✓			
AFID	✓			
Cuidar Melhor	✓			
Ass. Mais Proximidade Melhor Vida	✓			
Nuvem Vitória	✓			
Apoio à Vida	✓			
Fundação Montepio	✓			
Fundação do Gil	✓			
Fundação de Jesus	✓			
Grace	✓			
Apoio à Vida	✓			
Voluntários da Leitura	✓			
IPDJ	✓			
Impossible Runners		✓		
CNC		✓		
Super Açor		✓		
Let's GO Run		✓		
Corrida do Pelicas		✓		
Corrida Montepio		✓		

Relatório de Sustentabilidade 2018

Instituições Beneficiadas	Apoio à Comunidade	Desporto	Cultura	Ambiente
CNF		✓		
Clube Oriental do Pechão		✓		
Clube Ténis Montemor-o-Novo		✓		
Academia Marinha			✓	
Academia Nacional Belas Artes			✓	
DGPC			✓	
DRCC			✓	
DGCN			✓	
CCB			✓	
Museu da Presidência			✓	
Instituto Superior de Agronomia			✓	
Folgatur				✓

Patrocínios e Mecenato

Em 2018 o grande patrocínio apoiado pela Lusitania foi a 1ª Regata de Portugal, um evento com apoio do talento nacional e com o objetivo de criar uma maior proximidade juntos dos Clientes, sob o lema "Junte-se ao Mar de Portugueses".

Lusitania Vida

A Lusitania Vida apoia projetos de cariz social através de donativos. Em 2018 foram atribuídos às seguintes entidades:

- Liga Nacional contra a Fome
- Associação Nacional de Ajuda aos Pobres
- Residência de Velhinhos Irmãzinhas dos Pobres
- Liga Portuguesa Contra o Cancro
- Faculdade de Letras de Lisboa

Futuro

A Futuro integrou a conciencialização sobre a proteção do ambiente tendo apoiado seguintes instituições:

- Montis – Associação de Conservação da Natureza
- Projeto OKAPI, desenvolvido pelo jardim Zoológico
- Associação Hípica Terapêutica de Cascais
- Apoio à Vida
- Aprender em parceria A PAR

Promover o Ambiente

07

07. Promover o Ambiente

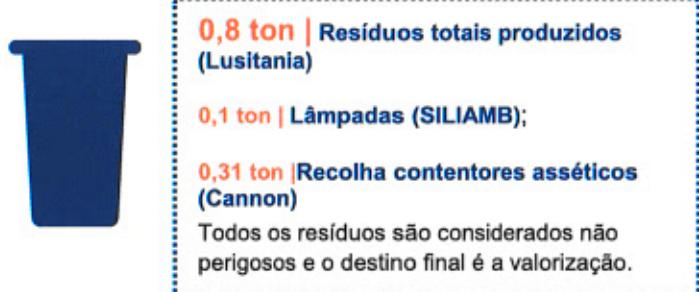
Em todas as empresas que integram a Montepio Seguros as preocupações ambientais estão sempre presentes.

As empresas têm promovido ações no sentido de reduzir o consumo de eletricidade, de combustíveis, de papel e outro de modo a aumentar o seu desempenho ambiental.

Como exemplo, tem-se promovido a substituição da iluminação nos seus edifícios por lâmpadas de consumo reduzido e da colocação de sensores de iluminação.

Outro exemplo é a implementação de uma gestão centralizada com tabelas horárias de funcionamento e monitorização, com controlo de iluminação, climatização e ventilação.

DESEMPENHO AMBIENTAL





Montepio Seguros SGPS, S.A.

[Handwritten signature]

